

Hérica Regina Vieira Santos

**Perfil Educacional e Gerenciamento da
Ação Educativa e Cultural: Propostas para
o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes**

Volume II

Hérica Regina Vieira Santos

**Perfil Educacional e Gerenciamento da
Ação Educativa e Cultural: Propostas para
o Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes**

Volume II

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
SETORIAL PROF. CÂNDIDO ATHAYDE – CAMPUS PARNAÍBA

S237p Santos, Hérica Regina Vieira.
Perfil educacional e gerenciamento da ação educativa e cultural: propostas para o museu do Piauí, Casa de Odilon Nunes [manuscrito] / Hérica Regina Vieira Santos. – 2018.
279 f. : il.

Impresso por computador (printout).
Dissertação (Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia) – Universidade Federal do Piauí, 2018.
Orientação: Prof^a. Ma. Ana Rita Santos Almeida Martins Antunes.

1. Museologia. 2. Ação Educativa - Cultural. 3. Museu do Piauí.
4. Casa Odilon Nunes. I. Título.

CDD: 069

© Copyright 2018

Hérica Regina Vieira Santos

PERFIL EDUCACIONAL E GERENCIAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL: PROPOSTAS PARA O MUSEU DO PIAUÍ- CASA DE ODILON NUNES

Créditos

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa-ação sob o título “Perfil Educacional e Gerenciamento da Ação Educativa e Cultural: propostas para o Museu do Piauí- Casa de Odilon Nunes”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional da Universidade Federal do Piauí.

Universidade Federal do Piauí

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-reitora

Prof. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Pró-reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dr. Helder Nunes da Cunha

Diretor do Campus Ministro Reis Veloso

Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia

Prof. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro

Banca Examinadora

Prof^a Ma. Ana Rita Almeida Martins Antunes | UFPI | Brasil

Prof^a Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro (Avaliadora Interna) | UFPI Brasil

Prof^a Ma. Elenilce Soares Mourão (Avaliadora Externa) | IFPI Brasil

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Hérica Regina Vieira Santos

Revisão

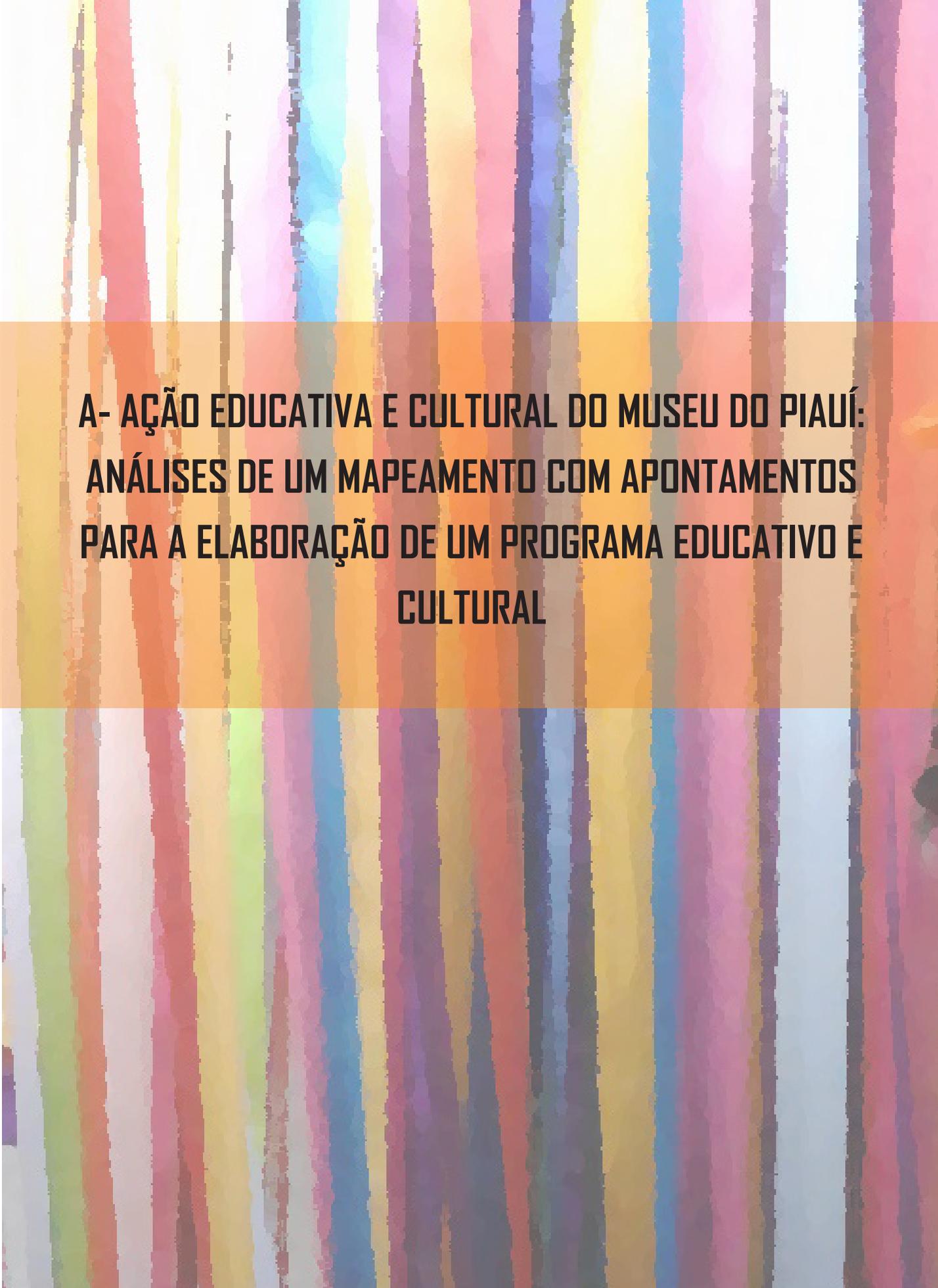
Elenice Maria Nery

Foto capa | Fotos de Chamada

Hérica Regina Vieira Santos

SUMÁRIO

A- AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO MUSEU DO PIAUÍ: ANÁLISES DE UM MAPEAMENTO COM APONTAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL	8
B- POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O MUSEU DO PIAUÍ: DOCUMENTO PRELIMINAR PARA REFLEXÕES E DIRETRIZES INICIAIS PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL DO MUSEU DO PIAUÍ - CASA DE ODILON NUNES	41
I. Política Educacional para o Museu do Piauí – diálogos e perspectivas.....	42
II. Política Educacional. I. Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes.....	54
C- PROPOSTA DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA A AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO MUSEU DO PIAUÍ SIGAEC-MUP E MANUAL DE INSTRUÇÕES	72
I. SIGAEC- MUP: Dispositivos de Planejamento.....	73
II. SIGAEC-MUP: Dispositivos de Avaliação.....	81
III. SIGAEC-MUP: Instruções de uso dos dispositivos e preenchimento das fichas.....	84
D- PROPOSTA DE ORGANOGRAMA FUNDAMENTADO NAS DIRETRIZES INICIAIS DA POLÍTICA EDUCACIONAL	116
I. Modelos de Organogramas utilizados no MUP.....	117
II. Proposta de Organograma elaborado a partir das diretrizes iniciais da Política Educacional.....	119
E- CADERNO DE APOIO PEDAGÓGICO	120



**A- AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO MUSEU DO PIAUÍ:
ANÁLISES DE UM MAPEAMENTO COM APONTAMENTOS
PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA EDUCATIVO E
CULTURAL**

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é fruto de uma investigação teórica e empírica no Setor Educativo do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes (MUP), realizada no período de agosto de 2017 até maio de 2018, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso em Parnaíba- Piauí.

A partir do mapeamento cognitivo desenvolvido no transcurso de nossa pesquisa, compreendemos a necessidade de materializar sistematicamente algumas das principais percepções e descobertas, resultantes dessa investigação. Essa sistematização das ideias tem como objetivo principal ser um instrumento útil de compreensão e reflexão da Ação Educativa e Cultural – (AEC) do MUP, com vistas a contribuir no processo de qualificação desse setor por meio da análise de suas potencialidades e fragilidades e da apresentação de algumas soluções possíveis para os desafios enfrentados. Além disso, esse documento visa:

- Delinear o atual perfil da AEC do MUP;
- Enfatizar aspectos, comumente, pouco ou não observados na rotina do MUP;
- Discutir temáticas relacionadas à Educação Museal e seu gerenciamento com aplicação prática no contexto do MUP;
- Apresentar propostas e/ou direções para a superação das dificuldades apresentadas;
- Propiciar a todos os envolvidos no processo e a quem mais interessar uma análise mais direta e acessível sobre o resultado de nossas investigações;
- Motivar e estimular as mudanças necessárias;

Portanto, esta análise não se esgota em si mesma, mas busca apresentar caminhos possíveis para o alinhamento da dimensão educativo-cultural do MUP aos preceitos e práticas vigentes sobre o tema. Consequentemente, espera-se contribuir para que o Museu caminhe em direção a uma maior sistematização de sua rotina, integrando teoria e prática, visto a interdependência entre esses elementos no cotidiano museal.

Ressaltamos, ainda, que os resultados das análises aqui apresentados não esgotam o tema, nem buscam traçar contornos permanentemente definidos, mas são referenciais “temporários”, “sínteses provisórias” e revisáveis, posto que o fazer museal é um processo constante de revisão, de adaptação e renovação (SANTOS, 2002). Por isso, a partir das reflexões suscitadas, espera-se que as potencialidades sejam empregadas de forma a contribuir com o aperfeiçoamento das ações e que as necessidades insatisfeitas sejam suplantadas por meio da revisão das práticas em curso e da seleção adequada das estratégias para a ação de qualificação, alterando, assim, a realidade atual.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Conceitos orientadores das análises

Antes de prosseguirmos com a análise da dimensão educativa e cultural do MUP, consideramos relevante explicitar alguns dos conceitos sob os quais esta análise se fundamenta. O conceito de Educação aqui empregado é o de processo contínuo de aprendizagem de saberes e habilidades que dura a vida inteira e permeia todos os âmbitos da vida dos indivíduos: familiar, escolar, laboral, social, etc. Nos museus, o tipo de educação que se desenvolve é a educação não-formal, aquela que acontece fora do âmbito de instituições formais de educação, porém é sistematizada e planejada, não seriada nem avaliativa, mas que busca promover a aquisição de saberes e a construção de conhecimentos.

Educação Museal, outro conceito sob o qual se fundamenta esta análise, é compreendida como o tipo de educação que se desenvolve no âmbito dos museus e que se caracteriza como “[...] um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade (PNEM, Art. 2º, Portaria 422/2017). Ou seja, trata-se de um conjunto de métodos e princípios, que têm como referência a relação entre museu e educação, voltado para o processo pedagógico que se realiza no museu. Abrange diferentes formas de mediação entre os públicos e o patrimônio cultural albergado por essa instituição, com vistas à formação, fidelização, instrumentalização e desenvolvimento dos

públicos.

Enquanto que a Ação Educativa consiste em:

Procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades. Pode estar voltada para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando em doutrinação e domesticação, ou para a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Nesse caso, deve ser entendida como uma ação cultural que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida dessa maneira, a ação educativa nos museus promove sempre benefício para a sociedade, determinando, em última instância, o papel social dos museus (CHAGAS, NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 29).

A partir disso, compreende-se a Ação Educativa como um procedimento fundamental para a comunicação do acervo e que pode estar fundamentando em abordagens pedagógicas mais amplas, que orientam a educação como um todo. Quando orientada pela abordagem sociocultural, que valoriza os conhecimentos trazidos pelos educandos e visa promover sua emancipação e, por conseguinte, desenvolvimento, amplia-se para Ação Educativa e Cultural.

1.2 Missão institucional

O Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes (MUP) é uma Instituição pública dedicada à salvaguarda - aquisição, estudo, preservação e comunicação - de coleções paleontológicas, arqueológicas, antropológicas, artísticas e históricas, representativas da diversidade natural e cultural do Estado do Piauí e regiões próximas. Apresenta, dessa forma, acervo eclético composto por artefatos que “[...] são as testemunhas históricas e cronológicas da vivência, da realidade de toda uma vida de existência do piauiense” (PANTALEÃO, 2016, p. 73), assim como destacam a riqueza e complexidade da cultura desse povo.

O MUP está compromissado com a sociedade piauiense por meio da missão de,

Promover o conhecimento e a reflexão sobre a História do Piauí, servir a sociedade em seu desenvolvimento, inclusão e educação através da preservação do patrimônio contribuindo para o reconheci-

mento da diversidade nacional brasileira (CATARINO, 2017, p. 30).

O que evidencia um profundo compromisso com a promoção de uma educação em seu sentido pleno, isto é, aquela que resulta em desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

A missão é uma declaração da finalidade de um museu em relação ao corpo social que o envolve; sua proposta de contribuição para o desenvolvimento deste. É o ponto onde se iniciam os diálogos institucionais com a sociedade, em que o museu se apresenta formalmente enquanto equipamento cultural público e de desenvolvimento coletivo e espera respostas, sobretudo, manifestadas pelas formas de uso de seus serviços. Em fim, trata-se daquilo que a sociedade pode esperar da instituição.

A missão institucional, juntamente com a declaração de visão e valores adotados, constitui a identidade funcional dos museus, a partir da qual estes planejam suas atividades e desenvolvem uma organização estratégica que contribua para que as ações e serviços oferecidos sejam cumpridores desse compromisso social. Compreende-se, dessa forma, que a missão é a diretriz básica para o funcionamento dos museus, ou seja, todos os processos museológicos (preservação, pesquisa e comunicação), devem estar em consonância com a missão institucional e ser planejados de forma a cumpri-la.

A missão institucional do MUP será, portanto, o ponto de partida de nossa análise em relação à AEC. Ao longo desse texto analisaremos, à luz da Museologia, de que forma esse serviço do MUP contribui para o cumprimento dos objetivos declarados em sua missão e alguns dos aspectos que desviam o trabalho educativo dessa meta.

2. PRINCIPAIS AÇÕES E DIMENSÕES DA AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO MUSEU DO PIAUÍ - CASA DE ODILON NUNES

2.1 Desenvolvimento da Ação Educativa e Cultural

Atualmente no MUP o trabalho educacional se cumpre por meio de um Serviço Educativo realizado por equipes responsáveis pelo planejamento de atividades e atendimento aos públicos, quais sejam: educadores, monitores e orientadores de públicos. Essa é uma condição favorável ao bom desempenho do trabalho educacional nesse tipo de instituição, visto que se trata de uma potencialidade que permite aprofundar e dinamizar as atividades educativas, promovendo o encontro qualificado dos públicos com os patrimônios salvaguardados pelos museus.

Contudo, no MUP, apesar de haver uma estrutura definida, com funções e atribuições já estabelecidas para as equipes educativas, esta estrutura ainda não foi devidamente sistematizada e documentada, até o momento. Ou seja, no que se refere à dimensão educativa, o Museu ainda não se desvinculou da perspectiva informal, para o alcance do enfoque e atuação mais profissionais. Isso significa que sua AEC opera sem um Programa Educativo e Cultural – (PEC), um documento de planejamento estratégico desse setor, isto é, um plano de ação imprescindível para o pleno desenvolvimento dos trabalhos educativo-culturais de qualquer museu. Sobre o PEC e sua elaboração discutiremos mais adiante na seção Apontamentos para Elaboração de um Programa Educativo e Cultural.

Mesmo assim, é possível distinguir e categorizar os serviços (programas e projetos) desenvolvidos e dedicados aos públicos diariamente recebidos pelo Museu (público em geral, escolares e professores). Esses serviços compõem um programa de ação para o atendimento aos públicos e serão aqui denominados de subprogramas e identificados como:

- Subprograma de Recepção e Acolhimento de Visitantes;
- Subprograma de Visitação Monitorada;

- Subprograma de Visitas Educativas;

I. Subprograma de Recepção e Acolhimento de Públicos

Esse programa tem o objetivo de estabelecer os primeiros contatos dos visitantes com o Museu, propiciando-lhes uma visão geral dos aspectos básicos da Instituição: conteúdo geral, programação, horários de funcionamento, serviços oferecidos, agendamento de visitas, regras de comportamento, além do recolhimento da taxa de visitação e de assinaturas no livro de visitas, guarda de volumes e entrega de eventuais materiais gráficos disponíveis. Trata-se, portanto, de um acolhimento inicial aos públicos que visitam o MUP e que visa mediar a introdução dos interessados ao contexto objetivo do Museu.

Apesar de se tratar de um programa que não envolve ações com fins educativos propriamente ditos, as ações promovidas por esse programa relacionam-se com a AEC do MUP, pois preparam os visitantes para a experiência educativo-cultural que o Museu oferece. Isso se dá por meio de orientações, informações e alguns provimentos para uma visitação mais cômoda e instrutiva, como guardar volumes e entregar materiais informativos, por exemplo.

Consideramos, ainda, que por meio desse programa o MUP cria oportunidades de visitas mais coesas com o potencial que possui. Ao promover a divulgação/apresentação dos serviços educativos e culturais, o programa permite ao visitante ter uma noção prévia do que é o MUP e do que pode esperar de uma visita. Essa é também uma forma de propiciar aos usuários o planejamento de uma visita mais afinada com suas buscas e expectativas.

Nesse sentido, cabe refletir a respeito dos efeitos desse programa sobre a AEC do MUP e sobre suas particularidades. Inicialmente, é relevante considerar que todo o contexto da visita a um museu influencia em sua qualidade e, por conseguinte, nas situações de aprendizagem. Aspectos como acolhimento, conforto e informações disponíveis, por exemplo, quando deficientes podem gerar sensações de desapontamento e fadiga que dificultam a compreensão de conteúdos, o entretenimento e as aprendizagens (WOOLLARD, 2004).

Nesse sentido, uma boa recepção e acolhimento são essenciais para que os visitantes se sintam

bem-vindos e confortáveis no museu desde o primeiro momento. Cabe mencionar que estes fazem parte, também, dos chamados “Serviços ao Visitante”, que “[...] são as providências tomadas pelo museu no sentido físico, intelectual e social que permite ao visitante usufruir de uma visita informativa, agradável e confortável” (WOOLLARD, 2004, p.113). Esses serviços incluem todo o pessoal que lida com o público, como recepcionistas, orientadores de públicos, monitores, educadores, dentre outros profissionais.

Outra relevante questão diz respeito ao fato de que as instituições educacionais ensinam por meio de todas as suas ações (FIGURELLI, 2013) e que os museus devem educar por todos os meios possíveis. Dessa forma, é válido considerar que a recepção e orientação de públicos constituem gestos educativos de grande valor pedagógico para um. Isso se dá na medida em que essas ações possam ser consideradas como ponto de partida para a compreensão dos visitantes acerca da instituição.

É essencial, entretanto, que os responsáveis por essa ação introdutória estejam conscientes e capacitados para irem ao encontro da proposta educativa que o museu assume. Ou seja, que suas posturas identifiquem o espaço pedagógico em que atuam para que os visitantes, desde o primeiro momento, compreendam o ambiente educativo que é um museu e façam bom uso disso.

No Subprograma de Recepção e Acolhimento de Públicos do MUP atua uma equipe composta por funcionárias da Casa, comumente identificadas como “recepcionistas”. Entretanto, de acordo com as funções que desempenham e que vão além da recepção simples, estas funcionárias atuam como orientadoras de públicos que, segundo o Sistema Estadual de Museus de São Paulo - (SISEM-SP), é uma das diferentes funções da Ação Educativa de um museu e consiste em:

[...] fornecer informações pontuais sobre a instituição assim como orientar os visitantes do museu em relação a sua interação com as exposições e com o fluxo no espaço. Disponibiliza informações relativas ao funcionamento do museu e à programação geral da instituição, assim como informações pontuais sobre as exposições em cartaz (ou seja, não desenvolve uma ação com fins educativos nem com suas metodologias ou sistemas). Em muitas instituições possui a função central de vigia de sala, zelando pelo patrimônio material e orientando o público quanto às regras básicas de comportamento dentro da exposição. Pode exercer outras funções, tais como: responsável pelo guarda-volumes, entrega de material gráfico aos visitantes, manutenção dos espaços, apoio nas visitas educativas. (SISEM-SP, 2015, p. 05).

Esta, assim como as demais funções de uma Ação Educativa, varia de acordo com as particularidades de cada instituição. Em alguns museus a relação do orientador com o público é potencializada (SISEM-

-SP, 2015), isso pode ocorrer por diferentes razões. Entre estas estão o número reduzido de profissionais que atuam especificamente na Ação Educativa; os objetivos propostos na Política de Serviços aos Visitantes e/ou na Política Educacional do museu e, mesmo, a postura particular do profissional que recebe os visitantes. Nesse último caso ocorre que, conforme o SISEM-SP (2015), no contato com o público, o orientador pode avançar no diálogo, com base em seus conhecimentos sobre os conteúdos do museu.

Em todo caso, recomenda-se que haja uma consciência do perfil e do limite dessa - e das demais - funções. É de amplo consenso que para exercer a função de educador, além da comunicação com o público, é necessário conhecimentos aprofundados sobre as exposições e objetos a serem mediados, assim como sobre Educação.

Assim posto, é fundamental que o orientador esteja sempre bem informado a respeito do funcionamento do museu e das atividades em curso, que compreenda o ambiente educativo em que trabalha e que se interesse pelo patrimônio salvaguardado pelo museu. A não observância desses princípios básicos acarreta, dentre outras consequências, o risco de redução do interesse do visitante por estabelecer uma relação de longo prazo com a instituição.

No MUP verificamos que, esse serviço e profissionais não estão inclusos efetiva e formalmente em sua AEC. A equipe não é reconhecida nem se reconhece como agente educativo, o que, diante do que foi exposto anteriormente, pode ser compreendido como uma fragilidade na promoção de uma experiência museal que resulte em satisfação e aprendizagens. Em última instância, deixa-se de aproveitar um potencial capaz de otimizar a experiência no ambiente do Museu e equilibrar a distribuição de funções educacionais entre as equipes do setor.

Ressaltamos ainda que, por conta de fragilidades existentes na comunicação interna, frequentemente faltam informações básicas sobre atividades da programação em curso, aos profissionais do programa. De acordo com os próprios funcionários do setor, isso dificulta uma postura segura diante das dúvidas e demandas dos visitantes. Tal condição pode ser um expressivo obstáculo para uma apresentação acolhedora e convidativa do Museu, podendo, inclusive, contribuir para a elaboração de uma imagem menos atrativa sobre a Instituição.

É na recepção e acolhimento de visitantes, assim como nas demais funções do denominado *front office* (equipes que atuam diretamente ou próximas aos públicos), que os visitantes criam, num primeiro

momento, a imagem da instituição. Isso significa que nesse aspecto o desempenho das equipes representa o museu aos olhos do visitante (FIGURELLI, 2013). Daí a importância de se estabelecer um padrão mínimo de qualidade nesse serviço, que deve sempre avançar na direção de padrões mais elevados.

Dado isso, sugerimos que se busque unificar as equipes que desempenham funções educativas, estabelecendo diálogos entre estas e que o trabalho conjunto seja sistematizado, isto é, esclarecido e distribuído e que tenha, portanto, caráter sinérgico. Propomos também a elaboração de uma Política de Serviços ao Visitante, bem como que sejam desenvolvidas estratégias eficazes para transpor as barreiras de comunicação interna. Isso deve ser pensado de forma que os orientadores de públicos estejam continuamente inteirados acerca das ações e serviços do MUP e, se possível, participem de sua elaboração.

Além disso, é fundamental que esses profissionais se reconheçam como agentes educativos. Isso se dá por meio da capacitação, que no ambiente do MUP pode ser realizada por meio de projetos voltados para a formação de públicos internos. Isso porque é imprescindível que essa equipe compreenda a grande responsabilidade que carrega a respeito da imagem do Museu e da sua credibilidade, elementos fundamentais à conquista e fidelização de públicos.

II. Subprograma de Visitação Monitorada

Esse programa é composto por atividades de visitação monitoradas que visam, sobretudo, tornar os conteúdos e propostas das exposições mais inteligíveis aos públicos visitantes. As visitas monitoradas são aquelas dirigidas por um profissional do museu responsável por realizar a interface e interação educativa junto aos públicos, ou seja, o monitor.

Em geral, no MUP a visitação ocorre de forma monitorada e seguindo roteiros previamente estabelecidos. Esta pode ser classificada de acordo com o tipo de interação que o monitor realiza com os visitantes, existindo duas categorias principais: visita guiada e visita mediada. Assim, o Subprograma de Visitação Monitorada está dividido em dois projetos:

- Projeto de Visitas Guiadas;
- Projeto de Visitas Mediadas;

a) Projeto de Visitas Guiadas: A visita guiada se trata daquela em que os objetos das exposições são apresentados de maneira informativa. Em geral é utilizada a estratégia de exposição na qual o monitor transmite os resultados das investigações sobre as peças. Em outras palavras: o público escuta o que o monitor expõe (MARANDINO, 2008).

No MUP, a visita guiada é realizada por profissionais identificadas como “guias” que atuam no denominado “Serviço de Guia”. O SISEM-SP classifica o guia como:

Profissional responsável por acompanhar as pessoas por um determinado caminho, tendo um percurso ou roteiro previamente determinado, oferecendo informações sobre pontos relevantes, sem a necessidade de construção de uma lógica que os articule. No caso da atuação nos museus, isso implica um profissional que não tem interesse ou capacidade para desenvolver um discurso autônomo e dialógico, ou seja, os discursos não são construídos a partir das demandas dos públicos. (SISEM-SP, 2015, p. 05).

A partir disso, compreende-se que o trabalho desse profissional se restringe apenas a apresentar o que está exposto, sem a preocupação com a adaptação de sua abordagem conforme o perfil dos diferentes públicos.

No MUP, por razões como a falta de capacitação de monitores para sempre atender aos públicos conforme suas demandas, esse serviço regularmente contempla todos os tipos de visitantes: estudantes, professores, turistas, espontâneos, etc. Isso implica em que todos estes usuários, quando atendidos pelo Serviço de Guia (que é o mais usualmente oferecido), experimentem formas similares de contato com os conteúdos do MUP, independentemente das diferentes necessidades, buscas, faixas etárias ou níveis de instrução. Trata-se do contato indireto com o que é exposto, pois se dá a partir da apresentação do monitor guiando a visita, que é essencialmente o fornecimento de dados e explicações sobre os objetos.

Essa condição se opõe às recomendações vigentes sobre o tema, em que os museus devem dar resposta ao desafio de atender aos públicos com equidade, mas segundo suas especificidades. Dessa forma, o modelo tradicional de atendimento, ou seja, a visita guiada não responde à diversidade de demandas de um público cada vez mais plural nos museus.

A visita guiada existe desde o século XVIII, quando os museus se tornaram instituições públicas a partir do advento da Revolução Francesa, sendo altamente propagada nos grandes museus europeus no

século XX. Um dos primeiros profissionais de museu a desempenhar o papel de monitor foi o curador, que também era responsável pela manutenção diária do museu e estudos sobre o acervo (MARANDINO, 2008). Assim, sendo um profissional pouco especializado na função pedagógica, este concebia a visita guiada como um recurso por meio do qual utilizava peças do acervo para ilustrar seus conhecimentos. Nestas, empregava a linguagem discursiva, inibindo a participação do grupo visitante (GRINSPUM, 2000).

Diante disso, vários especialistas questionam os modelos antigos de comunicação e educação em museus, que se encontram em desacordo com as concepções pedagógicas vigentes e com as atuais demandas dos públicos (RAMOS, 2004; MARANDINO, 2008, HERNÁNDEZ, 2011, RUBIALES, 2013). Rubiales (2013) defende o alinhamento dos museus às investigações e teorias contemporâneas de aprendizagens e aponta para o fato de que a visita guiada tradicional, ainda amplamente utilizada nos museus como estratégia educativa, apresenta em sua estrutura mais de cem anos de atraso em investigação sobre aprendizagem.

Apesar disso, no MUP, a visita guiada é um serviço que responde aos visitantes que buscam apenas um entendimento geral do Museu e suas coleções, sem interesse em aprofundamento sobre o conceito das exposições, narrativas e argumentos propostos. No entanto, para um museu que têm os estudantes, sobretudo da Educação Básica, como principais visitantes e os reconhece como público-alvo, como o é no MUP, essa estratégia educativa atualmente se revela pouco eficiente para a provisão das necessidades educacionais desse segmento de público.

O público estudantil de hoje está imerso em novos meios de comunicação que permitem não apenas a transmissão e recepção de informações, mas também a produção, difusão/compartilhamento, discussão, e assim, a construção de conhecimentos a partir de interações multifocais e multimídias. Por isso, na contemporaneidade, tornar o museu um lugar atrativo e ao mesmo tempo educativo, sem, contudo, perder sua essência (um objetivo cada vez mais desafiador), parte do princípio de se compreender e alinhar-se às formas de aprendizagens às quais os públicos recorrem.

b) Projeto de Visita Mediada: a visita mediada trata-se de uma forma de apresentação do acervo que mobiliza diferentes estratégias para fornecer aos visitantes meios de melhor compreender certos aspectos das exposições. Nessa atividade, a interação com o público acontece de forma dialogada, com o intuito de contribuir com o aprofundamento sobre os conceitos abordados nas exposições e promover a ressignificação sobre os objetos.

Nas visitas mediadas do MUP a forma de interação entre mediador e visitante varia conforme as particularidades e demandas de cada segmento de público. Em geral, são utilizados os métodos de interpretação, por meio dos quais se busca despertar reflexões sobre os conteúdos apresentados nas exposições. Esses métodos constituem um conjunto de ações desenvolvidas nesse projeto, em que se destacam e a visita-palestra e a discussão dirigida.

- Visita-palestra: É um tipo de visita em que há pouca interação entre mediador e visitante. Via de regra, são oferecidas informações sobre as exposições e seus objetos. Contudo, os visitantes são instigados a participar das discussões e suas perguntas são bem vindas. Esse método é utilizado com estudantes do Ensino Médio e adultos, para os quais essa estratégia melhor se adequa, devido aos conhecimentos que já possuem, permitindo-lhes interagir com informações mais aprofundadas (GRINSPUM, 2000).

- Discussão dirigida: É usualmente aplicada a grupos escolares do Ensino Fundamental e visitantes de faixa etária equivalente. Ocorre por meio de diálogos criativos entre mediador e visitantes de forma a provocar nestes últimos o interesse em ver objetos e desenvolver novos conhecimentos. Além de oferecerem informações e fatos em intervalos e momentos apropriados, os mediadores lançam perguntas que conduzem o grupo às discussões em que os visitantes expõem seus pontos de vista e têm a oportunidade de ouvir e aprender com os colegas. Esta é considerada “[...] um dos tipos de visita mais satisfatórios para grupos em geral, pois convida à interação em todos os níveis de aprendizagem” (GRINSPUM, 2000, p. 49).

Cabe registrar uma terceira ação que embora não seja, ainda, uma atividade de aplicação rotineira, como as mencionadas anteriormente, é utilizada pelos mediadores do MUP, sobretudo, junto a públicos do Ensino Fundamental, como um meio de propiciar uma construção de maneira mais dinâmica e vivencial de conhecimentos sobre os bens culturais salvaguardados. Trata-se da denominada “descoberta orientada”, em que uma questão problema é lançada junto ao desafio de se descobrir a resposta, por meio da exploração mais livre do acervo.

Conforme Grinspum (2000), para uma visita de descoberta orientada bem sucedida, é necessário que os visitantes acreditem que “[...] a tarefa é solucionável, a informação é compreensível, o desafio da descoberta será envolvente e a informação que irão adquirir será aplicável para o resto da exposição” (Grinspum, 2000, p. 49). Assim, essa é uma estratégia que contribui para instrumentalizar os visitantes a decifrar os códigos da linguagem museal, descobrindo que “[...] os museus são fontes de saber- abre vias de

acesso para a fruição cognitiva, pois ele mesmo torna-se responsável pelo ato de responder à provocação colocada” (RAMOS, 2004, p. 27).

Ramos (2004) analisa essa estratégia de visita monitorada e esclarece alguns de seus aspectos:

Por meio desta, entra-se em contato mais direto com o que é exposto, na medida em que se olha com olhar evadido de questões, e não a partir da apresentação do monitor guiando a visita. As formas de se fazer isso dependem de vários fatores, como faixa etária, o interesse da turma, a prática curricular da escola, o conceito museológico que fundamenta a exposição a ser explorada... Para crianças, geralmente são válidas atividades que lembram a “caça ao tesouro”, isto é, perguntas com o objetivo de localizar certas peças. Mas isso deve, necessariamente, levar a alguma construção de saber. Não basta o exercício pelo exercício. Para adolescentes, o ideal é a composição de tarefas que relacionem objetos expostos. As tramas entre presente e passado apresentam, também, uma alta fertilidade educativa. O fundamental é trabalhar com o parâmetro de abrir visibilidade para os objetos e, com isso levar conhecimento sobre nossa própria historicidade (RAMOS, 2004, p. 27).

É notório que esse tipo de método demanda uma qualificação que perpassa pelo estudo sobre diferentes aspectos norteadores da atividade. Dentre estes estão as narrativas e argumentos do museu, abordagens pedagógicas e conteúdos curriculares das escolas e o perfil dos participantes (faixa etária, nível de instrução, buscas, interesses, necessidades, etc.).

No MUP essa qualificação é um atributo da equipe de mediadores que, atualmente, são profissionais habilitados na função pedagógica (professores) e atuam também como educadores e, ainda, como curadores no Museu. Isso favorece uma melhor compreensão dos aspectos que envolvem essa prática, permitindo a oferta de serviços mais assentes às premissas da Educação para o Patrimônio.

A Educação para o Patrimônio é uma metodologia concordante com os paradigmas vigentes na Educação Museal, que prioriza o desenvolvimento e emancipação dos indivíduos, e consiste em:

[...] formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade (GRINSPUM, 2000, p. 30).

Por outro lado, a função tripla que desempenham esses profissionais, gera sobrecargas que em-

barreiram a realização mais proficiente de seu trabalho. No dia-a-dia, a atuação como mediadores desloca esses profissionais de suas responsabilidades enquanto educadores e curadores. Ou seja, estes frequentemente interrompem trabalhos e exposições em desenvolvimento, a fim de realizarem a atividade de mediação requerida para determinado público, sobretudo os grupos escolares não agendados.

Tal conjuntura dificulta, dentre outros aspectos, a administração do tempo para a realização de procedimentos considerados fundamentais para o bom desempenho das funções educativas e curatoriais que desempenham. Tais procedimentos inclui o planejamento estratégico que envolve, por exemplo, o estudo de públicos; desenvolvimento formal de objetivos e metas, cronogramas e apresentação de resultados; bem como a avaliação, que identifica as demandas dos públicos, além das potencialidades e fragilidades das ações, direcionando a tomada de decisões e o planejamento das atividades.

Ao consideramos esse contexto, deduzimos a necessidade de melhor distribuição das funções educativas no que se refere a esta e a equipe que compõe o Serviço de Guia. Propomos que a função de mediar seja um dos principais atributos da segunda equipe que deve, necessariamente, ser qualificada, isto é, receber formação (continuada), para desempenhar essa importante função.

Esse caminho delimitará melhor as atribuições de cada função, o que propiciará também clareza a respeito das responsabilidades principais de cada equipe. Isso pode evitar dissensos e promover atuações uníssonas. Acreditamos que assim aproveitam-se melhor os recursos humanos da AEC do MUP, ao mesmo tempo em que se distribuem as funções inerentes a esse setor de forma mais equilibrada.

Com base nisso e com a intenção de esclarecer as funções de mediador e educador, comumente vistas como sinônimos no MUP, as distinguiremos a seguir:

No campo dos museus, o mediador - também identificado como monitor - é o profissional que realiza a mediação, isto é, “[...] um processo composto por diferentes estratégias, por meio do qual se constrói significados no momento de encontro entre as partes; no caso do museu, do encontro entre o público e os objetos” (SISEM-SP, 2015, p. 06). Trata-se de um profissional de grande relevância para a Ação Educativa e Cultural de um museu, cabendo-lhe a intermediação estratégica de conhecimentos com os públicos, no momento do fato museal - encontro entre visitantes e patrimônio.

O mediador atua de forma a colaborar, junto aos visitantes, na construção de significados sobre os

temas apresentados nas exposições. É o profissional que auxilia o educador e/ou o curador no ensino dos conteúdos de uma exposição, na aplicação de atividades/exercícios e na elucidação de dúvidas (GRINSPUM, 2000). Ou seja, este normalmente não atua desenvolvendo programações, mas aplicando os conhecimentos gerados.

O educador, por sua vez, desempenha uma função diferente. Seu papel principal é o de promover formas de aproximação entre os públicos e o patrimônio. Sua atuação se estende para além dos visitantes, englobando todos os usuários do museu e os públicos em potencial (também conhecidos como o não-público), em ações educativo-culturais diversas. Seu trabalho se concretiza na programação de projetos, atividades e ações que visam, além da interpretação do patrimônio, ampliar a relação entre o museu, seus públicos e a comunidade no qual está inserido (SISEM, 2015).

Esse profissional deve valer-se de diferentes métodos educativos, para atender a diversidade dos públicos, “[...] sempre buscando o mais adequado a cada qual, de modo crítico e em constante formação” (SISEM-SP, 2015, p. 06). Dentre os métodos utilizados atualmente pelos educadores em museus estão trabalhos editoriais (redigir textos educativos, por exemplo), visitas temáticas, palestras, cursos e atividades lúdico-educativas (jogos, gincanas, produções plásticas, atividades expressivas, etc.).

Portanto, esses agentes atuam na construção de conhecimento junto aos públicos, mediante a elaboração e gestão de projetos e do diálogo com os públicos, utilizando diferentes meios. A mediação é uma das maneiras de agir do educador no processo de Educação Museal, mas não é sua função principal, como no caso do mediador.

Assim, na Educação Museal, existem vínculos intrínsecos entre essas funções (educador e mediador), que permitem uma comunicação eficiente e produtiva com os visitantes. Em museus que buscam a melhor relação possível entre conhecimento e visitantes, se faz imprescindível manter esses vínculos estreitos e firmes, propiciando o diálogo entre esses profissionais, sempre estabelecendo claramente as atribuições específicas de cada função.

III. Subprograma de Visitas Educativas

Esse programa é composto por ações mediadoras desenvolvidas no âmbito de projetos educacionais e culturais elaborados pela equipe de educadores do MUP. Tais projetos estão assentes no método de interpretação do patrimônio¹ e promovem o contato com os conteúdos do Museu em contexto mais concreto e vivencial. Dentre os projetos do Subprograma destacamos:

a) Visitas Temáticas: (usualmente denominadas, pelos educadores, de “aulas temáticas”) em que determinados temas são abordados com maior profundidade. Geralmente apresentam-se temas relacionados às exposições de longa e curta duração, assim como conteúdos afins a estas.

b) Atividades Lúdico-educativas: oficinas de produções plásticas, atividades expressivas, leitura de imagens artísticas, jogos/gincanas, dentre outras. Geralmente ocorrem como desdobramento de visitas mediadas ou no contexto de programações especiais do calendário do Museu, como na Semana dos Povos Indígenas, dia das crianças e Semana das Tradições Populares (relacionada ao dia do folclore), por exemplo.

c) Interações Comunicativas: palestras, bate-papo, entrevistas, rodas de conversas. Nessa ação destaca-se a atividade denominada “Cajuína no Museu”, em que são convidados produtores culturais (artistas, escritores, educadores, dentre outros) para um bate-papo com o público, ao estilo *talk show*. Comumente, são convidados artistas cujos trabalhos se encontram em exposição de curta duração, o que permite aos públicos interagir diretamente com o produtor, aprofundando noções sobre seu trabalho e sobre os conceitos da mostra.

Portanto, para além da dinamização das ações do MUP, esse programa objetiva a exploração e utilização do potencial dos bens culturais institucionalizados e locais como recurso educativo. Nesse sentido, nesse programa, a educação é concebida como um processo que tem como referencial o patrimônio cultural e não exclusivamente as coleções do Museu. Neste, a análise e compreensão dos bens culturais são realizadas na sua dimensão real, associando-os ao saber vivenciado no dia-a-dia dos públicos e, assim, favorecendo o sentimento de pertencimento e apropriação simbólica destes.

1 A interpretação do patrimônio é a atribuição de sentidos aos bens culturais salvaguardados. Nos museus envolve o contato qualificado com os objetos, isto é, formas de analisar e compreender os múltiplos significados que os objetos apresentam. Essa é uma estratégia para a o (re)conhecimento e valorização dos bens culturais, requisito fundamental para o fortalecimento e consolidação da identidade cultural de um povo e tudo o que ela representa.

Com base nas referências abordadas anteriormente, um esboço do atual Programa Educativo e Cultural do MUP seria:

PROGRAMA EDUCATIVO-CULTURAL		
SUBPROGRAMAS	PROJETOS	AÇÕES
a) Recepção e acolhimento de públicos	Acolhimento de Visitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação geral do Museu e de suas programações; • Fornecimento de informações;
b) Visitas Monitoradas	Visita Guiada	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do acervo; • Exposição de dados e informações sobre as peças;
	Visita Mediada	<ul style="list-style-type: none"> • Visita- Palestra; • Discussão Dirigida; • Descoberta Orientada;
c) Visitas Educativas	Visitas Temáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiros temáticos; • Leitura de Objetos;
	Atividades Lúdico-educativas	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas de produções plásticas; • Atividades expressivas; • Leitura/interpretação de objetos e imagens artísticas; • Jogos e gincanas;
	Interações Comunicativas	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras, • Bate-papo/ entrevistas; • Rodas de conversas;

A partir desta síntese é possível compreender mais claramente as ações educacionais desenvolvidas no MUP. Cabe reiterar que os profissionais que desempenham as atividades do Projeto de Visita Mediada,

e que também atuam como educadores, desenvolvem as atividades do Subprograma de Visitas Educativas. Além disso, atuam como curadores em exposições de curta duração, realizando todo o processo curatorial: pesquisa, planejamento, elaboração de elementos expositivos (textos, material gráfico, objetos de apoio, adereços, ornamentos, etc.), material didático, quando necessário, e montagem da exposição, além da divulgação, atividades de apoio relacionadas à exposição, agendamento de públicos e mediação cultural.

Assim, com base nas dificuldades ocasionadas pelo o acúmulo de funções desses profissionais e na disponibilidade de recursos humanos, insistimos a que a distribuição de funções seja repensada e que sejam devidamente discutidas, sistematizadas e formalizadas em um Programa Educativo e Cultural. Reiteramos, ainda, a necessidade de treinamento, formação e/ou capacitação (contínua) das equipes para o trabalho que podem desenvolver e que, conforme a análise precedente, urge aplicação na rotina do MUP.

2.2 Contexto em que a Ação Educativa e Cultural se desenvolve

A AEC do MUP funciona no contexto de um acervo singular e relevante para a história do Piauí. A diversidade de tipologia de objetos, juntamente com a arquitetura e história do edifício em que está instalado, permitem propor diferentes formas de interpretação, isto é, projetos e ações voltados para aprendizagens dos conteúdos do Museu - e além. Ademais, o Museu está localizado em um dos pontos mais movimentados e acessíveis da cidade: o centro histórico. Funciona em horário regular (de terça a sexta-feira nos turnos manhã e tarde e pelas manhãs, aos sábados e domingos), o que possibilita a visita de públicos vindos de diferentes pontos da cidade e com diferentes disponibilidades de tempo.

Além disso, a AEC do MUP apresenta:

- Ações diversificadas: são ofertadas variadas formas de contato com o patrimônio cultural institucional, ou seja, o acervo do Museu, e operacional, aquele que não está registrado como peça da Instituição, como saberes, ofícios, celebrações, patrimônio edificado da cidade, dentre outros, mas que pode ser abordado de diferentes formas com o intuito de aprofundar e gerar conhecimentos. Dentre estas formas de contato com o patrimônio cultural destacamos a visita monitorada, visita temática, cursos, palestras e oficinas. Essa diversidade de ações propicia o atendimento de públicos variados, possibilitando a estes o

atendimento em diferentes demandas.

- Equipes designadas para a AEC: No MUP, diferente de muitos museus de pequeno e médio porte no Brasil, em que um mesmo profissional desempenha várias funções além da educativo-cultural, existem equipes dedicadas especificamente para o trabalho de Ação Educativa e Cultural: orientadores de públicos, monitores e educadores. Isso favorece uma distribuição de tarefas que potencialize os resultados das ações.
- Materiais e equipamentos básicos: As equipes dispõem de equipamentos e materiais básicos para o trabalho (recursos multimídia, materiais e ferramentas de apoio logístico – computador, projetor, impressora, caixa de som, microfone, materiais de escritório e outros necessários para as atividades educativas)².
- Uma equipe multidisciplinar de educadores especializados na função pedagógica: Essa equipe é formada por cinco professores das áreas de Arte, Filosofia e História, que compõem o projeto educativo-curatorial denominado “Museu, a Outra Sala”. O aspecto multidisciplinar dessa equipe chama a atenção por atender ao inciso III, do artigo 4º da Política Nacional de Educação Museal (Portaria 422/2017), que determina como um de seus princípios que o Setor de Educação Museal dos museus seja composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar. Além disso, chama atenção por se conciliar com a abrangência temática da exposição de longa e curta duração. O diálogo entre as diferentes disciplinas fundamentam e enriquecem as abordagens de mediação junto ao público.
- Espaços disponíveis para atividades educativas como palestras, mostras de vídeo e rodas de conversas, por exemplo. Esses espaços são: o auditório e o pátio externo, que comportam um número razoável de pessoas³.

Dentre as fragilidades constatadas, destacamos:

2 Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que alguns desses equipamentos como computador e impressora necessitam de manutenção regular, o que durante o período de nossa pesquisa não foi realizada, comprometendo a eficiência dos trabalhos desenvolvidos. Enquanto que os recursos financeiros ainda não estão definidos, dificultando o planejamento estratégico das atividades.

3 Por outro lado, verifica-se a falta de espaço adequado para a realização de atividades de produção plástica, que são bastante recorrentes na AEC do MUP. As oficinas, exercícios e ateliers artísticos são comumente realizados na sala de reuniões dos educadores, inadequada para essa atividade.

- Ausência de coordenador especificamente para o Setor Educativo, que atue coordenando a AEC e suas diferentes equipes;
- Deficiências na articulação e diálogos entre as equipes educativas, que atuam de maneira praticamente independentes umas das outras. Isso resulta em dissensos sobre temas como os limites e abrangências das funções, abordagens pedagógicas utilizadas e objetivos a serem alcançados;
- Ausência de documentos estruturantes e norteadores da AEC: Política Educacional e Programa Educativo e Cultural⁴. No MUP, a ausência desses documentos se relaciona a algumas das principais fragilidades de sua dimensão educacional, tais como:

- Perfil educacional impreciso, caracterizado pela falta de parâmetros e diretrizes orientadores da AEC como um todo (desde o papel educativo a desempenhar, metas a alcançar e conceito orientador da prática educativa, até a identificação das funções e profissionais e os recursos a serem utilizados) e para todos (funcionários da Casa e agentes externos).

- A aplicação de sistema de planejamento de atividades frágil do ponto de vista Museológico, pois não contempla um orçamento preciso nem ações como avaliação do processo (antes, durante e após atividades) e da opinião dos públicos ou treinamento, formação ou capacitação para as equipes, por exemplo;

Diante dessa conjuntura - que, todavia, não esgota as particularidades da AEC do Museu- e do compromisso assumido em sua missão institucional, sugerimos, antes de tudo, que a educação seja abordada como um conceito que permeie todos os setores do MUP. Expandindo-se para além do Setor Educativo e permeando todo o fazer museológico da Instituição: preservação (coleta, classificação, registro e conservação), pesquisa e comunicação (exposição e ação educativo-cultural).

⁴ A Política Educacional é uma declaração de princípios e de intenções no que se refere à dimensão educativa do museu, que apresenta claramente o que esse serviço oferece e os meios pelos quais são realizados. A partir desta é construído o Programa Educativo e Cultural, que se trata de um plano de ação, que apresenta objetivos, metas, métodos, cronograma, recursos, etc. e contempla projetos e atividades desenvolvidas pelo setor de AEC. O Programa Educativo-cultural é uma aplicação prática da Política Educacional.

Esses não são apenas procedimentos técnicos que se esgotam em si mesmos, mas são geradores de conhecimentos que podem ser utilizados na qualificação da cultura, na análise e compreensão do patrimônio cultural e na construção de novos conhecimentos. Devem ser compreendidos como processos integrados entre si, aos objetivos dos diferentes projetos e às características dos diversos grupos sociais. Em outras palavras: uma ação integrada entre os técnicos que atuam em todos os setores do museu (SANTOS, 2002).

Nesse sentido, se faz necessário que a aquisição de objetos para o acervo seja um procedimento baseado em uma Política de Aquisição e Descarte, e que envolva as equipes educativas. Isso porque a incorporação de novos objetos está diretamente relacionada ao trabalho destas, que atuam promovendo atividades e reflexões sobre o acervo. Isso implica que no processo de aquisição de novas peças, dentre outros procedimentos, sejam realizadas tanto análises sobre sua necessidade e relevância para a narrativa do MUP, quanto sobre seu possível uso educacional: capacidade de gerar novos e diferentes saberes, reforçar e aprofundar os argumentos ou de gerar interpretação, fruição e extroversão.

Do contrário, arrisca-se a que o objeto seja um elemento apenas a ocupar espaço na exposição, sem que para ele sejam elaborados argumentos e reflexões, ou seja, sem que promova conhecimento. É preciso pensar, ainda, em seu custo de preservação e na capacidade do Museu em cumprir com essa função. Se há recursos suficientes para mantê-lo sob a tutela da Instituição, incluindo espaço físico e conceitual na exposição e mesmo na reserva técnica.

Igualmente é imprescindível que as equipes educativas participem dos processos que geram novas exposições de curta e longa duração, visto que estes suscitam em pesquisas, descobertas e análises que as justificam e dão sentido e que não cabem na exposição em sua totalidade. Quando agentes educativos (orientadores, monitores e educadores) são alheios a esses processos, ou seja, quando só conhecem a exposição depois da montagem e não recebem treinamento/orientações sobre os conceitos básicos, prática recorrente no MUP, estes terão acesso apenas ao que está disponível ao público, desenvolverão as ações educativas apenas - ou, sobretudo- a partir de suas leituras da exposição, deixando de conhecer e compartilhar conhecimentos fundamentais para a plena compreensão das exposições.

Não menos importante é a atenção quanto à pesquisa sobre o acervo do Museu, que objetiva a construção de conhecimentos sobre este. A pesquisa museológica não se limita à mera descrição dos objetos (SANTOS, 2002), mas envolve a busca por compreender as diferentes dimensões (materiais, sociais, his-

tóricas, regionais, simbólicas, museológicas, etc.) que os permeia. Produzir conhecimentos sobre os objetos é uma das funções essenciais dos museus que pretendem se distanciarem da concepção de museu como simples depósito de objetos do passado.

Quanto mais se compreende o objeto, mais se podem promover formas de interpretação e apropriação simbólica deste, até porque “[...] para educar o museu precisa produzir conhecimento” (CÂNDIDO, 2014, p. 107). Por isso é importante estabelecer a pesquisa sistemática sobre o acervo do MUP, realizando-a de forma contínua e metódica, visando sempre produzir e aprofundar os conhecimentos, que devem ser divulgados por diferentes meios, incluindo a ação educativo-cultural.

Isso posto, reconhecemos que há uma longa trajetória a percorrer para o alcance das metas educacionais propostas na missão institucional, mas que há caminhos possíveis que começam a ser desvelados. É preciso, entretanto, compreender que as mudanças que os museus necessitam iniciam por seus dirigentes (CÂNDIDO, 2014), na mudança de mentalidade que permite perceber a instituição como um grande organismo, a funcionar plenamente apenas por meio do bom desempenho de cada um de seus múltiplos órgãos, que se comunicam e se influenciam mutuamente.

3. APONTAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL

3.1 Considerações iniciais

Entende-se “programa” como planejamento de ações com base em diretrizes guias para o alcance de objetivos específicos e gerais, em outras palavras: um programa é um conjunto de projetos com objetivos relacionados. No âmbito museológico os programas devem ser embasados em políticas específicas para o campo em questão (preservação, pesquisa e comunicação). As políticas, por sua vez, têm a missão institucional como diretriz geral. Um programa é, sob essa perspectiva, um plano de ação para a concretização de princípios previamente assumidos em políticas.

A elaboração e aplicação adequadas desse plano privilegia a adoção de uma estrutura consistente e coesa para o museu, isto é, esclarece a todos os envolvidos quais os propósitos da instituição e estabelece os eixos ao redor dos quais serão mobilizados esforços coletivos e recursos disponíveis. Além de orientar e, portanto, facilitar a tomada de decisões, este é, ainda, um meio de a instituição se posicionar junto à comunidade a qual serve. Apresentando a esta um conjunto de princípios e ações que contribuirão para a concretização do compromisso social assumido na missão institucional.

Assim, a programação, uma ação de gestão, está relacionada ao alcance eficiente e eficaz de objetivos e metas, para isso deve seguir um encadeamento lógico de ideias e ações em sua realização. Dentre as etapas fundamentais desse encadeamento, que deve partir de um diagnóstico prévio da situação atual da área em questão, destacamos:

- Reconhecimento da natureza do serviço a oferecer e dos públicos a que estão destinados;
- Identificação de objetivos;
- Estabelecimento de metas;
- Identificação dos recursos a ser utilizados;

- Elaboração e realização de projetos;
- Avaliação;

As ideias que permeiam este conjunto de procedimentos, fundamental para qualquer programação museológica, devem ser realistas e aplicáveis, quer dizer, compatíveis com a realidade da instituição, por isso há a necessidade de diagnóstico da situação atual. Além disso, o programa deve seguir um curso permanente de revisão e adaptação às transformações que o museu experimenta, mantendo-se sempre atual e operativo.

3.2. Programa Educativo e Cultural

De modo genérico, um Programa Educativo e Cultural – (PEC) é,

[...] um grupo de projetos relacionados, que tem definições estruturais e conceituais uníssonas, e duração temporal sistematizada, e que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios estratégicos e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente (SISEM-SP, 2015, p. 08).

Logo, trata-se de uma estrutura hierarquizada que apresenta os conceitos e ações basilares da AEC e suas aplicações práticas em projetos compostos por ações e atividades.

A elaboração do Programa Educativo e Cultural – (PEC) é um princípio estabelecido na PNEM (2017) em seu inciso IV, artigo 4º, em que é determinado que cada museu construa e atualize sistematicamente o PEC. A normativa determina, ainda, que o PEC esteja em consonância com o Plano Museológico⁵, e que considere as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicita os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas.

O Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009) em seu Art. 47 determina os aspectos básicos que os programas que compõem o Plano Museológico, incluindo o PEC, devem apresentar, a citar:

5 O Plano Museológico trata-se de uma ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

- Exequibilidade;
- Adequação às especificidades dos distintos programas;
- Apresentação de cronograma de execução
- Explicitação da metodologia adotada;
- Descrição das ações planejadas;
- Implantação de um sistema de avaliação permanente;

Consideramos que um dos pontos de partida para a construção do PEC é a elaboração de uma Política Educacional. Nesta deverão estar presentes as diretrizes básicas da Ação Educativa e Cultural do Museu, tais como: princípios gerais, função educativa do Museu, abordagem pedagógica, conceito orientador, ações e dimensões do trabalho educativo, públicos, objetivos, recursos e avaliação, por exemplo. A PNEM (Artigo 4º, inciso IV) indica que no PEC devem ser explicitados os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam as ações educacionais, por isso o PEC deve ser concordante com o conteúdo da Política Educacional e ser uma aplicação prática desta.

Assim, com base nas diretrizes da Política Educacional devem ser identificados:

I. A natureza do serviço a oferecer: Conforme a função/missão educacional estabelecida na Política Educacional, explicitar a essência do trabalho educativo-cultural a ser desenvolvido pelo Setor Educativo. Esclarecer, por exemplo, como se dará o processo educacional e sua relação com o Museu e o que a educação deverá propiciar. Devem ser, portanto, apresentados os pressupostos que orientam, organizam e permeiam as ações educativo-culturais. No contexto do MUP alguns desses pressupostos podem ser:

- a) Atendimento diversificado, considerando a diversidade dos públicos;
- b) Desconstrução de preconceitos e estereótipos acerca de museus e bens culturais;
- c) Desmistificação e valorização da história e cultura piauiense;

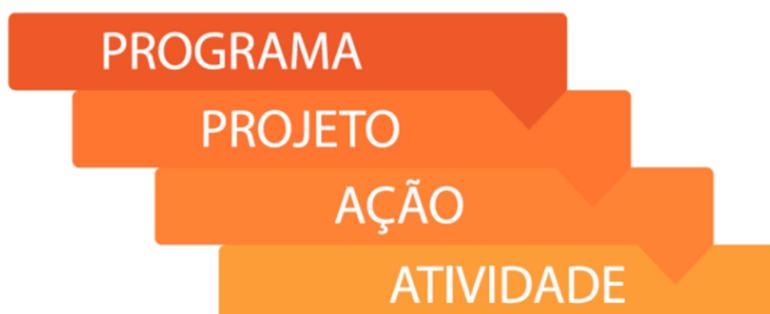
Também devem ser identificados os públicos a que esses trabalhos se destinam. Atualmente a concepção de públicos de museu é mais ampla e heterogênea, pois engloba diferentes segmentos com diferentes demandas. Para melhor direcionar as ações (em termos de abordagens, linguagens, métodos, etc.) se faz necessário determinar a quais públicos estas serão destinadas. Alguns dos segmentos de públicos que podem ser considerados são: estudantes, professores, comunidade local, profissionais de diferentes áreas, funcionários do museu (público interno), turistas, crianças, famílias, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas com necessidades especiais (físicas e cognitivas), grupos étnicos, dentre outros.

Os fins a que se destinam os processos museológicos de conservação, investigação e comunicação de bens culturais (tangíveis e intangíveis), isto é, a preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo (PNEM, 2017), pressupõem o atendimento de diversos públicos pelos museus. A Ação Educativa, como procedimentos que têm o acervo, isto é, bens pertencentes à comunidade, como foco, deve dar resposta ao máximo possível de buscas em torno desses bens. Isso ocorre por meio de projetos que contemplem com qualidade os diferentes fins do processo museológico, portanto responder aos públicos, os mais variados.

II. Objetivos e metas: A partir do que se determinou como a essência do trabalho educativo no Museu e públicos a que estes se destinam, se faz necessário elencar objetivos concretos para conduzir o processo educativo definido. Isso implica em explicitar como esses objetivos serão realizados e estabelecer metas a serem alcançadas em torno destes. A um objetivo relacionado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais, por exemplo, se pode propor a meta de oferecer acessibilidade sensorial e cognitiva. Isso pode ser feito por meio de projetos que privilegiem o contato com o acervo por meio de sentidos além da visão (tato, audição, olfato e até paladar) e/ou além da audição, para pessoas com deficiência auditiva.

III. Recursos a serem utilizados: tão importante quanto definir os princípios e conceitos que nortearão a AEC, é a identificação e alocação dos recursos. No âmbito dos museus, os recursos são os mais variados, estendendo-se para além dos financeiros e englobando pessoas (recursos humanos), equipamentos, materiais (recursos materiais) tempo, espaços e o acervo (principal recurso do museu). Sem a devida clareza acerca destes, mesmo com a mais clara definição do que se pretende realizar na AEC, opera-se com severas dificuldades. Por isso, recursos devem ser manifestadamente identificados, destinados e descritos nos diferentes projetos a fim de se reconhecer as possibilidades de ação e os meios com os quais estas serão postas em prática.

IV. Projetos e Ações: o PEC é uma estrutura ramificada em projetos, ações e atividades, conforme o seguinte esquema:



Estrutura básica de um PEC.
Fonte: Extraído de SISEM-SP (2015).

O SISEM-SP (2015) define estes itens da seguinte forma:

a) Projeto: esforço temporário empreendido para criar um conjunto de serviços, produtos ou conhecimentos, visando a um resultado específico, ou seja, possui um foco de intenção. Um projeto pode ser replicado quantas vezes forem necessárias.

b) Ação: é um ato. Na linguagem corrente pode designar um projeto ou nomear parte dele, mas em termos de escala e tempo, normalmente indica um fazer pontual e de menor espectro do que um projeto. Pode, portanto, ser a implantação, execução ou efetivação das propostas de um projeto, ou de partes dele.

c) Atividade: denota um fazer, uma ação. Na linguagem corrente, entretanto, utilizamos a palavra atividade para nomear uma ação de caráter específico e temporalmente pontual. Em comparação às demais nomenclaturas expostas acima, seria a menor parcela de ação possível. Desta forma um conjunto de atividades, desde que conceitualmente articuladas num propósito específico, pode dar origem a uma ação ou a um projeto.

A partir disso, é possível distinguir cada processo que compõe um PEC e assim traçar seus contornos de acordo com o que se objetiva atingir. A ordem hierárquica determina que os projetos antecedam as ações e que estas, às atividades. Assim, os projetos devem ser apresentados de forma clara e objetiva, bem como apresentar as ações e atividades que o compõe.

Uma forma possível de fazer isso é por meio da descrição minuciosa do projeto, compreendendo aspectos como: apresentação, justificativa, objetivos, considerações metodológicas, recursos, programação e avaliação. Com isso será possível identificar precisamente os critérios que transpassam a constituição de projetos; em que se baseiam; que prioridades atendem; que interferências didáticas propõem, em fim, como será mediado o encontro entre o acervo e o público.

V. Avaliação: Deve ser concebida como um processo contínuo para então ser interventivo, isto é, promover mudanças necessárias; alterar conteúdos e posturas. A AEC deve, por meio do PEC, contribuir para que a avaliação seja uma prática sistêmica e usual no museu.

No PEC, devem ser indicadas as formas de avaliar o programa como um todo, bem como os seus projetos. Podem ser utilizados instrumentos elaborados especialmente para esse fim como livro de opiniões dos visitantes, fichas de pesquisa de públicos, por exemplo, além de outros métodos como grupos de análises, observação do ambiente e de atitudes, dentre outros.

As informações obtidas por meio da avaliação devem ser ponderadas e gerar conhecimentos sobre os projetos, tornando-se referência para o planejamento do programa. Relatórios mensais, bimestrais ou semestrais podem ser elaborados como forma de acompanhamento e sistematização desses resultados, que devem ser devidamente divulgados entre as partes envolvidas.

A avaliação não deve ser simplesmente vista como uma obrigação a ser cumprida, simplesmente, nem como sinônimo de cortes, cancelamentos e supressões. Avaliar é buscar compreender o quanto e como os métodos aplicados estão satisfazendo aos objetivos propostos. Trata-se de investigar se os esforços realizados produzem os efeitos esperados, ou para quês aspectos estes devem ser direcionados. Em fim, é uma forma de evitar desperdício de tempo, material, recursos humanos e todos os outros disponíveis, além de assumir o compromisso com a oferta de serviços mais orientados para a qualidade do que para a quantidade.

3.3 Breves indicações para a elaboração e aplicação do Programa Educativo e Cultural

A elaboração de um PEC deve considerar as seguintes indicações:

I. Estar em consonância com a concepção que orienta o próprio museu, por isso é imprescindível o estudo acerca desta e como pode ser efetivamente aplicada por meio da AEC.

II. Ser aberto o suficiente para o novo e consistente o suficiente para a diversidade das solicitações, por isso deve ser elaborado para abranger um período máximo de cinco anos, após o qual deverá ser revisado e atualizado. E assim, permitir que seja repensado e planejado permanentemente, tendo como fonte a avaliação constante dos processos.

III. Ser participativo, visto que a educação num museu é resultado do esforço (físico e mental) coletivo de vários profissionais que nele atuam e de colaboradores externos, bem como da participação e *feedbacks* dos usuários. Dessa forma, idealmente, os coordenadores (e não autores) do PEC devem envolver esses atores em sua elaboração, promovendo intercâmbios de ideias e gerando novas perspectivas em sua trajetória.

IV. Valorizar o processo, pois elaborar um PEC envolve diálogos entre equipes educacionais, setores do museu e públicos; implica em inquirir os interessados, conhecê-los e inserir suas vozes. Isso desloca a tônica do produto para o processo, evidenciando relações existentes entre os participantes, gerando descobertas, propiciando momentos de diálogos, imprescindíveis, porém muitas vezes renegado ao segundo plano. Essa postura favorece a constituição de um documento realista e aplicável, pautado no comprometimento entre os diversos atores envolvidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas, foi possível verificar os contornos que a educação e ação cultural assumem no MUP: aproximações e distanciamentos da prática museológica e educativa que têm como produto a construção do conhecimento, como proposto na missão institucional. A partir desse estudo pode-se pensar em aprofundamentos sobre os temas aqui apresentados e em estratégias que considerem as potencialidades e fragilidades identificadas para a qualificação do setor educativo, quiçá do Museu como um todo.

Isso pressupõe um planejamento cuidadoso do campo educacional e que este envolva as diferentes equipes e funções do Museu. Que, portanto, a educação seja um caro conceito ao Museu, permeando-o completamente. Assim, antes de tudo, o Museu deve ser tomado como um sistema que necessita do bom desempenho de todos os seus dispositivos para seu pleno funcionamento.

Isso significa que para uma Ação Educativa e Cultural efetivamente alinhada aos deveres que o Museu assumiu com a sociedade e, portanto, elemento que contribui para o cumprimento da missão institucional, é necessário planejamento estratégico impulsionado pelo envolvimento de todos os funcionários. É, sobretudo, por meio dessa perspectiva de ação que os museus podem ser, com efeito, dispositivos educativos e culturais a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, como o Conselho Internacional de Museus – ICOM (2009) bem os classifica.

REFERÊNCIAS

CATARINO, Samila Sousa. **Diagnóstico Museológico do Museu do Piauí**. Parnaíba: Universidade Federal do Piauí, 2017. (Dissertação de Mestrado em Arte, Patrimônio e Museologia).

CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (orgs.). **Subsídios Para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/ Departamento de Processos Museais, 2009.

Comitê Brasileiro do ICOM. **Código de Ética para Museus** – ICOM versão Lusófona, 2009.

FIGURELLI, Gabriela Ramos. **Desenvolvimento do Público Interno**: uma proposta de programa educativo direcionado aos funcionários de museu. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013. (Tese de doutorado em Museologia).

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**: museu de arte e escola, responsabilidade compartilhada na formação de públicos. São Paulo: FEUSP, 2000. (Tese de doutorado em Educação).

HERNANDEZ, Francisca Hernández. **El Museo como Espacio de Comunicación**. Ediciones Trea, 2011. 2 ed.

MARANDINO, Martha (Org.). **Educação em Museus**: a mediação em foco. São Paulo: FEUSP, 2008.

PANTALEÃO, Irismar Rosa da Silva Nunes. **Museu do Piauí, Casa de Odilon Nunes**: memória cultural do povo piauiense. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2016.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **A Danação do Objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Museu e Educação**: conceitos e métodos. Ciências e Letras, Porto Alegre, n.31, jan./jun.2002.

Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP). **Conceitos-chave da Educação em Museus**: documento aberto para discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015.

WOOLLARD, Vicky. Acolhimento do Visitante. In: **Como Gerir um Museu**: manual prático. Paris: ICOM, 2004.

Legislação:

Estatutos de Museus – Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Política Nacional de Educação Museal – (PNEM) – Portaria nº 422, de 30 de novembro de 2017.

**B- POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O MUSEU DO
PIAUÍ: DOCUMENTO PRELIMINAR PARA REFLEXÕES E
DIRETRIZES INICIAIS PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL
DO MUSEU DO PIAUÍ - CASA DE ODILON NUNES**

I. POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O MUSEU DO PIAUÍ – DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

INTRODUÇÃO

Uma Política Educacional, no contexto museal, trata-se de uma declaração de princípios norteadora das ações educativas da instituição. É uma ferramenta de gestão que visa estruturar a prática pedagógica do museu com base em diretrizes orientadoras e pode ser compreendida como,

[...] a perspectiva sobre o papel da função educativa a desempenhar, as linhas orientadoras dessa perspectiva, os recursos e as estratégias dela resultantes e a função atribuída à educação no âmbito da instituição e sua missão (MENDES, 2011, p. 466).

Dessa forma, a Política Educacional é uma declaração de intenções no que se refere à dimensão educativa do museu, apresenta claramente o que esse serviço oferece e os meios pelos quais são realizados. Conforme Eilean Hooper-Greenhill (1991), a Política Educacional deve fornecer um contexto para a tomada de decisões, identificar prioridades e tarefas, bem como ser suficientemente precisa para permitir avaliação.

No contexto do Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes (MUP) propomos a construção de uma Política Educacional de forma participativa junto aos educadores e gestores da Instituição e, idealmente, com a colaboração de outros atores envolvidos no processo educativo do Museu, como os públicos, por exemplo. O referido documento deverá ainda servir de subsídio para a composição, igualmente de forma colaborativa e participativa, de um Programa Educativo e Cultural (PEC) para o Museu. Um PEC trata-se de um documento que visa contribuir para o planejamento, a execução e a avaliação das ações educacionais oferecidas pela Instituição, tendo este, portanto, um caráter operacional da Política Educacional aqui proposta.

Nesse sentido, destacamos o papel primordial do planejamento para a concretização da Política Educacional, pois o planejamento afeta diretamente esse campo de atuação nos museus e sua influência na condução das ações e projetos executados não deve ser ignorado (PNEM, 2014). Sob essa perspectiva,

enfatizamos a relevância do trabalho participativo e colaborativo na criação da Política para que esta seja realista, aplicável e amplamente reconhecida.

Portanto, assumimos como princípios fundamentais das ações, a transparência, o diálogo, partilha e planejamento participativo, o que pressupõe parceria e colaboração entre os profissionais da Instituição nesse processo. Assim, prezaremos por envolver as equipes educativas e a direção do MUP, bem como os demais interessados no processo de elaboração desse documento.

JUSTIFICATIVA

Os museus passaram nas últimas décadas por reformulações conceituais que resultaram na prática, dentre outros aspectos, na descentralização das ações do objeto em favor dos públicos, tornando-os corresponsáveis pela preservação dos patrimônios salvaguardados por essas instituições. Assim, a dimensão educativa e a noção de público de museus assumiram diferentes aspectos e maior abrangência.

É reflexo da ampliação do conceito de educação nos museus, o deslocamento da compreensão da educação como “instrução” para a de “aprendizagem” e “desenvolvimento contínuo”. Dessa forma, a aprendizagem passou a ser entendida como um processo da educação. Diante desses novos conceitos, os museus passaram a direcionar esforços para a promoção da aprendizagem dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias aos públicos, para que estes sejam efetivamente corresponsáveis pela salvaguarda dos patrimônios que os museus abrigam.

No que se refere ao público, os reflexos são percebidos, sobretudo, na noção de “públicos de museus” que expressa a percepção de que “[...] são diversos os grupos que frequentam os museus com perfis, necessidades e expectativas diferentes, e que portanto merecem ser foco de atenção, análise e estudo específicos” (FIGURELLI, 2013, p. 74). Essa compreensão mais ampla efervesceu os debates sobre a educação nos museus, admitida, então, como uma de suas funções centrais.

Em conformidade a essa perspectiva, a administração das atividades educativas nesses espaços

também têm sido pauta de discussões entre especialistas, educadores e profissionais de museus no Brasil e no mundo. Isso vem favorecendo o desenvolvimento de documentos normalizadores e garantindo uma melhor compreensão da prática educativa no ambiente museal. Dessa forma, por meio do debate e da prática, verificou-se que as oportunidades de aprendizagem e entretenimento oferecidas pelos museus podem ser aprimoradas e multiplicadas por meio do gerenciamento eficaz das atividades educacionais e culturais (MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION, 2001).

Entende-se por gerenciamento eficaz o planejamento cuidadoso do trabalho de forma a se fazer melhor uso dos recursos (financeiros, materiais, humanos e de tempo) e, conseqüentemente, maximizar a função educativa dos acervos e atividades. Isso pode ser posto em prática por meio de uma Política Educacional, que pode ser uma estrutura útil para a ação no MUP, pois definirá e estabelecerá os princípios gerais e as diretrizes de ação. Dessa forma, a Política buscará focar e direcionar esforços em curso na Ação Educativa do Museu; definir prioridades e lançar bases para a estruturação de um Programa Educativo e Cultural para a Instituição.

A Política deve ser endossada pela Direção do MUP, idealmente por um Conselho Deliberativo e integrada ao futuro Plano Museológico, pode também fazer parte de um documento separado sobre educação na Instituição. Deve, ainda, ser revisada com frequência com o objetivo de atualizar suas diretrizes conforme o fluxo das mudanças vivenciadas pelo Museu sendo, portanto, uma referência realista, aplicável e eficiente. Outro aspecto fundamental desse documento é sua construção conjunta com as partes interessadas (equipes educativas, direção, professores e públicos) por meio de consulta abrangente e da ampla divulgação entre todas as pessoas que trabalham regularmente para o MUP.

Além de fornecer uma estrutura para a ação, uma Política Educacional serve também, dentre outros benefícios, para aumentar a satisfação no trabalho das equipes. Dessa forma favorecerá melhorias nos serviços, atrairá novos visitantes, poupará tempo - ao estabelecer prioridades claras -, produzirá programas educativos e criará o perfil educacional da instituição sendo, assim um instrumento indispensável no gerenciamento da educação de qualquer museu (HOOPER-GREENHILL, 1991).

O desenvolvimento da Política Educacional implicará na atribuição de maior importância à educação no MUP e na indicação do nível de comprometimento do Museu com os públicos e suas necessidades e expectativas. Igualmente, colocará em destaque as perspectivas conceituais e os processos metodológicos

adotados, contribuindo para o aprimoramento e ampliação do potencial educativo do MUP e originando parâmetros de qualidade que podem ser transferíveis à outros museus na cidade. Assim, uma das maiores contribuições da Política Educacional, além das citadas anteriormente, será a corroboração da seriedade, dinamismo e transparência da educação no Museu.

CONTEÚDOS BÁSICOS DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Com base na Política Nacional de Educação Museal (2017) e nas indicações de Eilean Hooper-Greenhill (1991), apresentamos a seguir alguns aspectos fundamentais a serem abordados na elaboração de uma Política Educacional:

Função Educativa do Museu

Estabelecer a Missão Educativa da instituição. Deve-se explicar tanto como a educação é compreendida quanto o seu papel no Museu. Nesse âmbito deve ser especificado a que fim as ações educacionais deve atender,

“[...] a partir da Missão Institucional do Museu considerando o acervo, as operações institucionais e os anseios dos atores sociais com os quais os projetos estejam sendo desenvolvidos como referenciais importantes para o desenvolvimento das ações educativas” (PNEM, 2014, p. 18).

Abordagem Pedagógica

Os museus são “[...] organizações educativas e, por isso, influenciados também por discussões, teorias e práticas advindas do campo educacional mais amplo” (MARANDINO, 2011, p. 94). Por essa razão, a prática educativa no museu deve estar alinhada com princípios e conceitos sobre educação e outros conhecimentos.

[...] A necessidade de uma teoria de educação, que enquadre a forma como o museu concebe o conhecimento e a forma como os indivíduos aprendem, é um elemento de base para a criação de programas educativamente efetivos e capazes de responder à diversidade das audiências (MENDES, 2011, p. 469-470).

Essa teoria de educação consiste em um conceito fundamentador adequado à concepção de educação adotada pelo museu. Deve garantir coerência nas ações e ser explicitada de forma clara, consciente e refletida.

Conceito orientador

Definir sob que quadro teórico-metodológico as ações educativas serão orientadas. Nesse aspecto, o conjunto de valores, terminologias, saberes e práticas deverão ser conduzidos por esse sistema.

Ações e dimensões do trabalho educativo

Identificar quais procedimentos promovem educação no Museu, quais os condutores e que objetivos contemplam.

Identificação dos públicos

Decidir qual (ais) público(s)-alvo(s) se deseja atingir com as ações educativas e que públicos se pretende alcançar a curto e médio prazo. É importante identificar periodicamente quais as necessidades específicas desses públicos para melhor atendê-lo, bem como determinar os meios de informá-los sobre as atividades oferecidas.

Objetivos em curto, médio e longo prazo

Definir objetivos estratégicos, isto é , metas a ser alcançadas em um período específico com vistas à elevação contínua dos padrões. Essas metas devem contemplar a ampliação e qualificação dos serviços, dentre outras possibilidades de desenvolvimento. Um Plano de Ação, ou seja, um Programa Educativo, que auxilie no cumprimento desses objetivos também deve ser desenvolvido.

Alocação de recursos

Estabelecer a destinação de recursos e orçamentos suficientes para a realização das atividades e desenvolvimento dos projetos educacionais. Quando poucos - ou nenhum - recursos são destinados para o trabalho educativo “[...] mesmo a política mais claramente pensada operará sob severas desvantagens” (HOOPER-GREENHILL, 1991, p. 10). Portanto, o Plano de Ação deve funcionar dentro de um orçamento definido e para isso é preciso identificar quanto dinheiro está disponível e como isso é controlado.

Além dos recursos financeiros, existem diferentes categorias de recursos que também influenciarão as decisões sobre a Política Educacional e que devem ser considerados. Dentre estes, destacamos as coleções (os mais importantes recursos do museu), funcionários, financiadores, tempo, espaço, equipamentos, materiais e documentos de apoio logístico/pedagógico/metodológico.

Nesse sentido, apontamos algumas questões relacionadas a esses recursos que devem ser prioritariamente identificadas:

- **Coleções:**

- O educativo tem acesso a uma coleção de manipulação, serviço de empréstimo, objetos da loja e exposições interativas?

- O uso educacional dos objetos é considerado antes e durante a aquisição?

- **Funcionários:**

- Quantas pessoas estão disponíveis para a Ação Educativa e por quanto tempo? Que habilidades e experiências elas oferecem?

- A formação profissional e acadêmica dos funcionários influencia a diversidade de atividades e os conhecimentos das equipes podem indicar abordagens específicas para as ações?

- **Tempo:**

- O tempo utilizado em ações de planejamento e execução das atividades é satisfatório para sua plena realização?

- Como é definido o tempo de apresentação de uma exposição de curta duração?

- **Espaço:**

- Quais espaços são reservados para usos educacionais?

- Esses espaços são adequados às propostas educativas desenvolvidas?

- **Equipamentos:**

- Quais equipamentos estão disponíveis?

- Os equipamentos disponíveis funcionam satisfatoriamente?

Apoio e participação

Considerando que “[...] as atividades educativas podem ser desenvolvidas por várias pessoas” e que “[...] diferentes atividades exigem diferentes níveis e tipos de especialização” (MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION, 2001, p. 21); analisar de que forma se pode contar com a cooperação dos demais funcionários do Museu. Além destes, identificar que outras pessoas (como estudantes, professores, artistas e profissionais de áreas afins) podem colaborar no desenvolvimento das atividades educativas.

Formação/Treinamento

Uma Política implica em ações de formação e treinamento. Essa prática pode envolver as equipes na aquisição de novas habilidades, bem como habilitar novos agentes educativos (estudantes, professores, artistas etc.) para o trabalho no Museu. A formação para as equipes educativas está respaldada na necessidade de articulação entre teoria e prática nas ações. Essa é uma imprescindível atividade para garantir que esses profissionais possam “[...] dar conta da complexidade que é produzir conhecimento a partir do acervo material e imaterial produzido pelo homem” (PNEM, 2014, p. 20).

Marketing

A divulgação externa das ações educacionais está relacionada à necessidade de dar visibilidade a estas, seu objetivo é “[...] alargar o leque de visitantes, desenvolver a comunicação com a comunidade, informar, partilhar” (MENDES, 2011, p. 472). A divulgação (*marketing*) do trabalho educacional pode estar relacionada ao Programa de Comunicação do museu. É importante decidir o que será divulgado, que serviços serão mostrados, quais segmentos as ações de divulgação devem atingir, quais respostas são desejadas e que métodos serão usados.

Avaliação

Critérios de avaliação devem ser decididos e os resultados considerados. A avaliação é importante, pois,

[...] gera o *feedback* dos resultados do trabalho. Além disso, a avaliação sustenta a reflexão sobre a prática, melhora a qualidade dos projetos e apresenta resultados concretos que servirão para aferir o valor dos mesmos” (MENDES, 2011, p. 473).

REQUISITOS FAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Algumas posturas são capazes de favorecer a criação de uma atmosfera propícia para o desenvolvimento e aplicação da Política Educacional, como:

1. **Apoio e interesse institucional**, sobretudo da direção e dos responsáveis pelo serviço educativo. Isso implica no reconhecimento e suporte à função pedagógica do Museu, assim como na compreensão de seu papel educacional e responsabilidades com os públicos (MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION, 2001).

2. **Envolvimento e participação**. Idealmente, todo o pessoal deve ser envolvido na discussão do papel educacional do Museu, contribuindo com a análise e revisão dos caminhos a serem seguidos. Dessa forma, o processo de criação da política pode ser algo enriquecedor ao propiciar o debate e a partilha e pode, ainda, contribuir com outras reflexões e práticas no Museu, estimulando e fortalecendo o trabalho participativo na Instituição.

3. **Definição das responsabilidades**, para que todos saibam claramente o que se deve fazer. Nesse sentido, reuniões com as equipes podem ser realizadas para a exposição do que estas devem saber antes de se começar a redigir a Política Educacional. O intercâmbio de informações, saberes e experiências também deve ser estimulado para a discussão e planejamento de questões específicas, como os conteúdos básicos do documento.

RECOMENDAÇÕES

Além das reflexões e premissas abordadas ao longo desse texto, apresentamos também as seguintes recomendações elaboradas pela Museums & Galleries Commission (2001), como elementos a ser considerados nas reflexões sobre educação no Museu.

Recomenda-se que todos os museus:

- Reconheçam sua função educativa como fundamental.
- Apoiem programas educativos voltados para todos.
- Tenham uma política escrita sobre educação, que seja endossada pelo Conselho e seja parte integrante do plano diretor (plano museológico).
- Tenham um plano de trabalho por escrito com objetivos de curto e longo prazo.
- Deleguem a responsabilidade pelos programas educativos a um profissional que participe da instância diretiva e que, idealmente, seja um especialista em educação em museus.
- Garantam que o pessoal receba treinamento, assessoria e outros tipos de apoio para que possam cumprir suas responsabilidades educacionais.
- Garantam que o Conselho apoie o papel educacional da instituição.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figurelli (2013) aponta para o fato de que grande parte dos museus não possuem políticas educacionais. Entretanto, a autora considera necessário frisar sua importância, “[...] pois esta é uma diretriz essencial, uma vez que reflete a identidade do museu bem como suas prioridades” (FIGURELLI, 2013, p. 156). Concordamos com a autora no sentido de que ressaltar a relevância da estruturação conceitual, ideológica e prática dos museus e, portanto, valorizar e por em prática a Política Educacional, é um caminho em direção ao alinhamento com o cenário ideal proposto pela Museologia e, notadamente, da Educação Museal.

A identidade educacional e as prioridades são noções elementares para qualquer contexto museológico, sem as quais os esforços podem resultar sem efeitos significativos, comprometendo a qualidade da experiência dos visitantes no museu. Quando, ao contrário, essas noções são bem definidas, estruturadas e aplicadas, assegura-se a eficiência e a eficácia das ações que são, certamente, objetivos pelos quais os museus comprometidos com a sociedade e seus públicos atuam.

Uma Política Educacional é, portanto, um instrumento eficiente na busca por alcançar a qualificação técnica e funcional necessária na dimensão educativa de um museu. É também uma forma de manifestar o interesse e o respeito pelos públicos e seu desenvolvimento. Por isso, é imprescindível pensá-la como um instrumento qualificador e multiplicador da Ação Educativa e Cultural da Instituição.

REFERÊNCIAS

FIGURELLI, Gabriela Ramos. **Desenvolvimento do Público Interno**: uma proposta de programa educativo direcionado aos funcionários de museu. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013. (Tese de doutorado em Museologia).

HOOPER-GREENHILL, Eileen. **Writing a Museum Education Policy**. Leicester: Department of Museum Studies, University of Leicester, 1991.

MARANDINO, Martha. **Por uma Didática Museal**: propondo bases sociológicas e epistemológicas para análise da educação em museus. São Paulo: FEUSP, 2011(Tese de livre docência).

MENDES, Marta. **Esboço de uma Política Educativa para o Museu do Côa**. Actas do V Congresso em Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011, p. 463-478.

Museums & Galleries Commission [MGC]. **Museologia. Roteiros Práticos, 3**. Educação em Museus. São Paulo: Edusp; Vitae, 2001.

Programa Nacional de Educação Museal [PNEM]. **Documento Preliminar do Programa Nacional de Educação Museal**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014. Disponível em: <<http://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DOCUMENTO-PRELIMINAR2.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2017.

Legislação:

Portaria Normativa nº 422, de 30 de novembro de 2017 (DOU de 13/12/2017). Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal – PNEM e dá outras providências.

II. POLÍTICA EDUCACIONAL | MUSEU DO PIAUÍ - CASA DE ODILON NUNES

APRESENTAÇÃO

A Política Educacional | Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes (MUP) é um conjunto de princípios e diretrizes com o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais do referido Museu, fortalecer a dimensão educativa e cultural, orientar a tomada de decisões e subsidiar a atuação dos educadores e agentes educativos no MUP.

O presente documento foi elaborado em consonância com o Código de Ética para Museus – ICOM (2009), Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009) e Política Nacional de Educação Museal (Portaria 422/2017). Está baseado na Missão Institucional do Museu do Piauí, de “promover o conhecimento e a reflexão sobre a História do Piauí, servir a sociedade em seu desenvolvimento, inclusão e educação, através da preservação do patrimônio contribuindo para o reconhecimento da diversidade nacional brasileira”.

Essa Política objetiva ser uma referência realista, aplicável e eficiente. Para isso deve ser:

- Amplamente divulgada entre as equipes do MUP e demais interessados;
- Endossada pela Direção do Museu e idealmente por um Conselho Deliberativo;
- Ser integrada ao Plano Museológico;
- Revisada com frequência com vistas à atualização de suas diretrizes conforme o fluxo das mudanças vivenciadas pelo Museu;

Os principais objetivos da Política Educacional | Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes são:

1. Definir os princípios gerais da Ação Educativa e Cultural;

2. Estabelecer diretrizes para a Ação Educativa e Cultural;
3. Integrar as equipes educativas;
4. Contribuir com o cumprimento da Missão Institucional e no alcance das metas estabelecidas pelo Museu.

1. MUSEU DO PIAUÍ – CASA DE ODILON NUNES

O Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes (MUP), fundado em 03 de maio de 1941 sob o Decreto-Lei nº 355, está localizado na Rua Areolino de Abreu, nº 900, bairro Centro em Teresina, capital do Piauí. É uma Instituição administrada pela Secretaria de Estado de Cultura do Piauí (SECULT) e tem como Missão “promover o conhecimento e a reflexão sobre a História do Piauí, servir a sociedade em seu desenvolvimento, inclusão e educação através da preservação do patrimônio contribuindo para o reconhecimento da diversidade nacional brasileira”. Sua Visão é “Consolidar a posição de referência na sociedade Piauiense sobre a história do Estado, tornando o museu um centro de pesquisa e referência sobre a História do Piauí”.

2. PRINCÍPIOS

1) A educação no MUP será empregada com base nos seguintes princípios:

- a) Valorização da dignidade humana e promoção da cidadania;
- b) Cumprimento da Missão Institucional;
- c) Valorização e preservação do Patrimônio Institucional;
- d) Respeito à diversidade cultural;
- e) Participação comunitária;

- f) Ampliação do acesso da sociedade às manifestações culturais e aos patrimônios do Piauí e do Brasil;

3. FUNÇÃO EDUCATIVA

Para a presente Política, o conceito de educação adotado é o de:

Conjunto de processos contínuos que dura a vida inteira e envolve aprendizagens junto aos vários âmbitos da vivência humana: na vida familiar, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB – Lei 9.394/96, Art. 1º).

1) O papel que a educação deve desempenhar no Museu do Piauí é o de promover o encontro dos públicos com o patrimônio institucionalizado, como objeto de conhecimento, ampliando a leitura e a compreensão sobre a História e cultura do Piauí e estimulando os públicos a criar novas interpretações e significados possibilitando, dessa forma, a experiência da apropriação cultural, crítica e consciente, por parte dos diferentes grupos sociais e culturais.

2) Ao cumprir o estabelecido no item anterior, a Ação Educativa do Museu do Piauí será reconhecida como Ação Educativa e Cultural.

4. ABORDAGEM PEDAGÓGICA

1) A abordagem pedagógica adotada pelo Museu do Piauí será a Abordagem Sociocultural, que tem como principal inspirador o educador, pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire e entende o ser humano como

o sujeito da educação, pois ela se dá por meio da reflexão sobre o homem e pela análise do meio de vida desse homem concreto.

5. CONCEITO ORIENTADOR

1) O conjunto de valores, terminologias, saberes e práticas da Ação Educativa do MUP deverão ser conduzidos pelo quadro teórico-metodológico da Educação Museal, definida como:

Um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade (PNEM, Portaria 422/2017, Art. 2º).

6. AÇÕES E DIMENSÕES DO TRABALHO EDUCATIVO

1) O trabalho educativo-cultural do MUP será denominado “Ação Educativa e Cultural”.

Para a presente Política, entende-se por Ação Educativa:

“Procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades” (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 29).

2) A Ação Educativa do MUP deve estar voltada para a participação, reflexão crítica e transformação da realidade social, sendo, dessa forma, entendida como uma ação cultural.

Para a presente Política, entende-se por ação cultural:

“Processo de mediação que permite ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca” (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 29).

3) A Ação Educativa e Cultural do MUP será desenvolvida pelo Departamento de Ação Educativa e Cultural que atuará sob orientação de um Programa Educativo e Cultural.

Para a presente Política, entende-se como Programa Educativo e Cultural:

Plano de trabalho detalhado da Ação Educativa e Cultural orientado pela Política Educacional, com vigência de cinco anos.

4) O Programa Educativo e Cultural deve apresentar:

- a) Definições conceituais, objetivos, programação e sistema de avaliação permanente;
- b) Atividades educacionais [subprogramas, ações e atividades];
- c) Orientações ao conjunto de atividades educativo-culturais;

5) O Programa Educativo e Cultural deverá ser revisado e atualizado, no máximo, a cada cinco anos, obedecendo às demandas dos públicos e da Instituição;

6) As ações e atividades dos subprogramas do Programa Educativo e Cultural deverão ser exequíveis, adequados às especificações dos distintos programas e subprogramas do Museu, apresentar sistema de avaliação, cronograma de execução, explicitar a metodologia adotada e descrever as ações planejadas, como estabelecido pelo Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009):

Art. 47. Os projetos componentes dos programas do plano museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente. (Estatuto de Museus, Lei 11.904/2009, Art. 47).

7) O Departamento de Ação Educativa e Cultural atuará desenvolvendo os subprogramas que compõem o Programa Educativo e Cultural do MUP. Os subprogramas serão executados por meio de ações compostas por conjuntos de atividades.

Para a presente Política, programa, subprograma, ação e atividade são:

- a) **Programa:** grupo de subprogramas relacionados, que tem definições estruturais e conceituais uníssonas, e duração temporal sistematizada, e que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefícios estratégicos e controle que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente.
- b) **Subprograma:** Esforço empreendido para criar um conjunto de serviços, produtos ou conhecimentos, visando a um resultado específico, ou seja, possui um foco de intenção.
- c) **Ação:** É um ato, um fazer pontual e de menor espectro que um subprograma. Pode, portanto, ser a implantação, execução ou efetivação das propostas de um subprograma, ou de partes dele.
- d) **Atividade:** Ação de caráter específico e temporalmente pontual. É a menor parcela de ação possível. Desta forma um conjunto de atividades, desde que conceitualmente articuladas num propósito específico, pode dar origem a uma ação ou a um subprograma (SISEM –SP, 2015).

8) Os procedimentos que promovem educação no MUP são:

- a) **Orientação de públicos:** acolhimento, orientação, informações básicas sobre o Museu e suas atividades e programação, apoio nas atividades educativo-culturais;
- b) **Visitas guiadas:** monitoramento e apresentação do Museu, exposições e seus conteúdos a visitantes e grupos de visitantes;
- c) **Visitas mediadas:** monitoramento e apresentação das exposições e seus conteúdos utilizando diferentes estratégias para propiciar a interpretação do patrimônio institucional e operacional;
- d) **Atividades educativas e culturais:** cursos, oficinas, workshops, palestras, seminários, roteiros temáticos, gincanas/competições, apresentações culturais, exibição de vídeos/filmes, entrevistas, mostras artísticas e culturais;
- e) **Materiais educativos:** publicações em suportes físicos e virtuais, jogos, cartilhas, textos de

apoio, dentre outros;

- f) **Intercâmbio cultural:** troca de saberes, conhecimentos, serviços e produtos educativo-culturais entre o Museu, instituições (educacionais, sociais e culturais), profissionais, agentes culturais (animadores, culturais, artistas, artesãos, dentre outros) e a comunidade em geral;
- g) **Atividades especiais:** para circulação de conhecimentos e divulgação do acervo: exposições temporárias, itinerantes, eletrônicas, vídeos tutoriais/institucionais;
- h) **Atividades extramuros:** Atividades que visam ampliar o alcance das ações do Museu para além de seu edifício;

9) Os procedimentos da Ação Educativa e Cultural devem:

- a) Atender ao Código de Ética para Museus (ICOM);
- b) Ser cumpridoras da Missão Institucional e educacional;
- c) Ser bem fundamentadas e avaliadas periodicamente;
- d) Ser adequadas aos públicos-alvo correspondentes;
- e) Não comprometer a qualidade, a preservação e ou a conservação do acervo;

10) Os resultados da Ação Educativa e Cultural devem sempre promover benefícios para a sociedade e assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social.

11) Os profissionais da Ação Educativa e Cultural do MUP são:

- a) **Guia:** Profissional responsável por acompanhar e monitorar os visitantes por meio dos percursos ou roteiros possíveis, oferecendo informações sobre os aspectos relevantes das exposições e acervos.
- b) **Orientador de Público:** Profissional responsável por fornecer informações pontuais sobre a Instituição, assim como orientar os visitantes do Museu sobre as regras básicas de comportamento dentro da Instituição e em relação a sua interação com as exposições e com o fluxo no espaço. Disponibiliza informações relativas ao funcionamento do museu e à programação geral da Instituição, assim como informações pontuais sobre as exposições em cartaz. Pode exercer

outras funções, tais como: responsável pelo guarda-volumes, entrega de material gráfico aos visitantes, recolha da taxa de visitação e assinaturas no livro de visitas, manutenção dos espaços e apoio nas visitas educativas.

- c) **Mediador:** Profissional responsável por realizar um processo, composto por diferentes estratégias, por meio do qual se constrói significados no momento de encontro entre os públicos e os objetos.
- d) **Educador:** Profissional responsável por ampliar a relação entre o museu e seus públicos, sendo mediadores entre os conteúdos do Museu e os diferentes públicos (usuários dos serviços do Museu – ver definição de usuários na seção 7: Públicos do Museu). Atua no desenvolvimento de estratégias comunicativas (ações e atividades) para os públicos. Pode exercer outras funções complementares, tais como, construção e gestão de projetos, gestão de pessoas, captação de recursos, etc.).

Observação: A fim de evitar distorções no que se refere aos termos “mediador” e “educador” fica estabelecido que a mediação seja uma ação desenvolvida especificamente no ambiente do museu e/ou de seu entorno. O mediador é um profissional que atua com base nas estratégias comunicativas desenvolvidas pelos educadores. Os educadores, por sua vez, devem possuir formação pedagógica e atuar de maneira interdisciplinar no desenvolvimento de estratégias.

12) Os profissionais das equipes que compõem a Ação Educativa e Cultural do MUP devem:

- a) Ser orientados quanto à abrangência e os limites de suas atividades;
- b) Ser informados previamente acerca das atividades desenvolvidas no Museu;
- c) Participar diretamente em ações que envolvam as dimensões educativo-culturais da Instituição como planejamento, programações anuais, atividades, expografia de longa duração, dentre outras, contribuindo com o desenvolvimento destas atividades;
- d) Participar de cursos de formação/capacitação;
- e) Reunir-se periodicamente para análises coletivas da Ação Educativa e Cultural do Museu;

13) Todas as ações que influenciam diretamente a Ação Educativa e Cultural devem contar com a participa-

ção das equipes desse Departamento.

14) A estrutura organizacional da Ação Educativa e Cultural obedecerá ao Organograma Institucional, sendo administrada pelo Departamento de Ação Educativa e Cultural que, por sua vez, está subordinado à Direção do Museu e ao Conselho Deliberativo.

15) Os núcleos básicos do Departamento de Ação Educativa e Cultural são: Núcleo de Orientação de públicos, Núcleo de Monitoria e Núcleo de Atividades Educativas e Culturais, podendo ser acrescidos a esse Departamento novos núcleos que atendam aos requisitos de promoção da educação e ação cultural.

16) O objetivo do Departamento de Ação Educativa e Cultural é a estruturação (organização e supervisão) da Ação Educativa e Cultural do MUP, orientando as equipes que atuam nesse departamento.

17) Compete ao Coordenador do Departamento de Ação Educativa e Cultural:

- a) Articular e manter bem informadas as equipes/núcleos do Departamento de Ação Educativa e Cultural;
- b) Implementar e supervisionar os subprogramas de Ação Educativa e Cultural;
- c) Divulgar as atividades proposta pela a Ação Educativa e Cultural;
- d) Conseguir colaboradores e/ou patrocinadores para atividades educativas e culturas desenvolvidas no museu;
- e) Prestar informações para os diversos segmentos quando necessário;

18) O objetivo do Núcleo de Monitoria é apresentar e mediar o encontro dos públicos com o patrimônio institucionalizado do MUP.

19) Compete aos guias e mediadores:

a) GUIAS:

- I) Acompanhar e orientar os visitantes quanto ao percurso da visita e regras básicas de comportamento dentro das exposições;
- II) Informar os visitantes acerca dos conteúdos das exposições;

b) MEDIADORES:

- I) Informar os visitantes acerca dos conteúdos das exposições;
- II) Mediar o encontro dos visitantes com o acervo;
- III) Auxiliar no planejamento de atividades educativas e culturais;

20) O objetivo do Núcleo de Orientação de Públicos é orientar os visitantes, bem como prestar informações de funcionamento da Instituição.

21) Compete aos Orientadores de Público:

- a) Prestar informações aos visitantes sobre o MUP;
- b) Orientar os visitantes quanto ao percurso da visita e regras básicas de comportamento dentro das exposições;
- c) Receber correspondências;
- d) Guardar volumes dos visitantes;
- e) Entregar os panfletos informativos de exposições.
- f) Recolher a taxa de visitação e assinaturas no livro de visitação;

7. PÚBLICOS DO MUSEU

1) Consideram-se públicos de museus e públicos das ações educativas:

a) Públicos de museus: “Conjunto de usuários do museu”. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2011, p. 87).

Entende-se por usuário:

“Aquele que usufrui de algum serviço prestado pelo museu, presencialmente ou não” (FIGURELLI, 2013, p. 73).

Estes podem ser classificados de acordo com a relação que mantém com a instituição:

- I) Público Externo:** Comunidade em geral. Esse segmento de público engloba Governo, sociedade civil, patrocinadores, grupos locais e colaboradores.
- II) Público Interno:** Pessoas que têm vínculo com o Museu, ligadas a sua estrutura organizacional e que formam seu quadro de funcionários, nos mais diversos níveis hierárquicos. Esse segmento de público engloba empregados e prestadores de serviço (FIGURELLI, 2013).

b) Públicos das ações educativas: todos os públicos do museu - quaisquer pessoas que visitem o Museu, participem e/ou sejam usuários de suas ações/atividades (incluindo as exposições itinerantes, ações extramuros, virtuais etc.) tendo como objetivo a finalidade da instituição.

Observação: Entenda-se por visitante: “aquele que entra ou entrou, frequenta ou frequentou o museu” (FIGURELLI, 2013, p. 73).

c) Públicos-alvo das ações educativas: Estudantes dos níveis de ensino: Fundamental, Médio e Superior;

2) As categorias de públicos da ação educativa do MUP serão:

- a) Todos os visitantes, uma vez que a visitação sempre seja realizada mediante o contato com o educador, guia ou mediador;
- b) Público interno;

3) Os públicos visitantes da ação educativa do MUP serão divididos nas seguintes subcategorias em:

- a) **Grupos organizados:** grupos de origem escolar ou outros grupos sociais (geralmente ligados a instituições de naturezas diversas), que normalmente apresentam uma uniformidade etária e/ou cognitiva, além de interesses educativos direcionados por seus responsáveis;
- b) **Públicos espontâneos:** visitantes sem uma organização institucional formal, tais como famílias, indivíduos, amigos etc., que visitam o museu autonomamente, por motivos e com interesses distintos.

4) Os públicos atendidos pela Ação Educativa e Cultural do MUP serão:

- a) **Públicos agendados:** aqueles que realizam uma preparação anterior ou um interesse antecipado ainda que seja apenas organizar-se e ligar para realizar o agendamento da visita;
- b) **Públicos espontâneos;**

5) Os públicos que a Ação Educativa e Cultural objetiva alcançar em médio e longo prazos são:

- a) Públicos a se alcançar em médio prazo: grupos organizados da Educação Infantil, (definir outros);
- b) Públicos a se alcançar em longo prazo: Pessoas com necessidades físicas (restrições de mobilidade), cognitivas (Síndrome de Down, Distúrbio do Déficit de Atenção – DDA, Transtorno do Espectro Autista – TEA), sensoriais (deficiências auditivas e deficiências visuais);

8. OBJETIVOS EM CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

Para a presente Política, constituem objetivos em curto, médio e longo prazo:

- a) **Objetivos em curto prazo:** aqueles que se pretende atingir em um período de seis meses a um ano;
- b) **Objetivos em médio prazo:** aqueles que se pretende atingir em um período de dois anos;
- c) **Objetivos em longo prazo:** aqueles que se pretende atingir em um período de cinco anos;

1) As metas e objetivos a serem alcançados em curto prazo são:

- a) Desenvolvimento do Programa Educativo e Cultural;
- b) Sistema de integração das equipes educativas;
- c) Sistema de planejamento das atividades educativas;
- d) Sistemas de avaliação da Ação Educativa;

2) As metas e objetivos a serem alcançados em médio prazo são:

- a) Ampliação de públicos;
- b) Criação de banco de projetos;
- c) Realização de pesquisas sistemáticas sobre o acervo;
- d) Formação de professores;
- e) Formação para o público interno;

3) As metas e objetivos a serem alcançados em longo prazo são:

- a) Manter cursos práticos e teóricos de extensão, aperfeiçoamento e de divulgação cultural;
- b) Instituir concursos e prêmios educacionais;

9. RECURSOS

1) Constituem-se como recursos da Ação Educativa do Museu do Piauí:

- a) **Recursos Humanos:** Equipes e pessoas que trabalham regularmente para o Museu em sua Ação Educativa; Equipes e pessoas que prestam serviços remunerados, voluntários ou curriculares para o Museu em sua Ação Educativa, quais sejam:
 - I) Agentes Educativos: professores, pedagogos, educadores, guias, mediadores, orientadores de públicos;
 - II) Artistas;
 - III) Artesãos;
 - IV) Estagiários;
 - V) Profissionais: museólogos, técnicos administrativos, técnicos de comunicação e informática;
- b) **Recursos Materiais:** acervo institucional e operacional, equipamentos, materiais e documentos de apoio logístico, pedagógicos e metodológicos.
- c) **Acervo Institucional:** “é aquele constituído por coleções sistemáticas de objetos móveis que compõem a coleção registrada formalmente pelo museu em virtude de seu caráter documental” (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 202).
- d) **Acervo Operacional:** são referências patrimoniais não incorporadas ou registradas formalmente como acervo pelo museu. Exemplos: espaços, paisagens, estruturas, monumentos, equipamentos culturais e educativos, manifestações culturais, saberes e fazeres socialmente apropriados (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017).
- e) **Equipamentos:** mobílias, aparelhos diversos e eletrônicos (computadores, projetores, impressoras, microfones, caixas de som, etc.).
- f) **Materiais de apoio logístico:** conjunto de instrumentos, ferramentas e suportes necessários ao desenvolvimento das atividades educativas.
- g) **Materiais de apoio pedagógico:** conjunto de materiais que visam potencializar a Ação Educativa e Cultural em relação aos públicos.

- h) **Materiais de apoio metodológico:** dispositivos que apresentem conteúdos voltados à qualificação e capacitação das equipes educativas e agentes culturais: livros, revistas, jornais, DVD's, CD's e outras mídias.
- i) **Recursos Financeiros:** valores orçamentários destinados à Ação educativa e Cultural.

2) Os recursos humanos da Ação educativa do MUP serão coordenados pelo Departamento de Ação Educativa e Cultural.

3) Os recursos materiais necessários à Ação educativa e cultural deverão ser discriminados conforme a previsão anual e demandas específicas relacionadas aos núcleos. Esses devem ser encaminhados à direção pelo coordenador do Departamento de Ação Educativa e Cultural;

4) Os recursos financeiros destinados à Ação Educativa serão de xx% ao mês da arrecadação mensal dos valores de visitação; acrescidos de outras verbas oriundas de editais e reservas financeiras destinadas às ações e projetos.

10. APOIO E PARTICIPAÇÃO

1) Além das equipes educativas, a Ação Educativa e Cultural do MUP deverá contar com a cooperação dos demais funcionários do Museu no apoio das atividades, respeitando suas funções e capacidades.

2) As parcerias com outras instituições e pessoas (profissionais, estudantes, artistas, artesãos, agentes educativos e culturais) devem ser estimuladas por meio de intercâmbios culturais e de saberes, bem como de estágios e outros programas participativos.

11. FORMAÇÃO E TREINAMENTO

Para a presente política as ações de formação e treinamento são:

Aquelas que envolvem as equipes na aquisição de novas habilidades para o trabalho educativo, bem como as que habilitam novos agentes.

- 1) As ações de formação e treinamento devem ser sistemáticas, instrutivas e contribuir para o desenvolvimento das equipes.
- 2) Todas as equipes educativas devem receber formação e/ou treinamento para o trabalho com os públicos, acervos e exposições do Museu, conforme as necessidades de cada função.
- 3) O processo curatorial das exposições de longa e curta duração no MUP deve reservar espaço (recursos e tempo) para a capacitação dos mediadores, guias e demais equipes educativas do Museu.

12. MARKETING

- 1) A divulgação das atividades educativas e culturais do MUP deverão ter como objetivo principal informar, partilhar, desenvolver a comunicação com a comunidade, bem como ampliar os públicos do Museu.
- 2) Serão divulgados os programas, projetos e ações educativas e culturais do Museu por meio das mídias impressas e virtuais, apresentações e exposições.

13. AVALIAÇÃO

Para a presente política, considera-se avaliação da Ação Educativa e Cultural:

Processo coletivo que intenciona reunir dados sobre a Ação Educativa e Cultural com o intuito de auxiliar no seu entendimento, desenvolvimento e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade de seu funcionamento e do atendimento das necessidades dos públicos.

1) A avaliação da Ação Educativa e Cultural deve:

- a) Ser orientada por um sistema claro e eficiente;
- b) Apresentar caráter quantitativo e qualitativo, determinando o quanto e como os objetivos educacionais estão sendo alcançados pelos programas;
- c) Compreender questões relacionadas aos processos de trabalho e resultados destes processos;
- d) Reunir um conjunto de informações como o contexto, as características, o desenvolvimento, os efeitos e o impacto das ações e outros aspectos relevantes à análise;

REFERÊNCIAS

CALDARELLI, Solange Bezerra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?**. In: Revista de Arqueologia Pública v.11, n.02. Campinas: Unicamp, 2017.

CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (orgs.). **Subsídios Para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/ Departamento de Processos Museais, 2009.

Comitê Brasileiro do ICOM. **Código de Ética para Museus** – ICOM versão Lusófona, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FIGURELLI, Gabriela Ramos. **Desenvolvimento do Público Interno: uma proposta de metodologia para um programa educativo direcionado aos funcionários de museu**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2013. (Tese de Doutorado em Museologia).

Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP). **Conceitos-chave da Educação em Museus**: documento aberto para discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015.

Legislação:

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996)

Estatutos de Museus (Lei 11.904/2009)

Política Nacional de Educação Museal (Portaria 422/2017).

**C- PROPOSTA DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PARA
A AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO MUSEU DO PIAUÍ |
SIGAEC-MUP E MANUAL DE INSTRUÇÕES**

I. SIGAEC- MUP: DISPOSITIVOS DE PLANEJAMENTO

Ficha de Agendamento de Visita - Grupos Escolares



FICHA DE AGENDAMENTO DE VISITA GRUPOS ESCOLARES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

ESCOLA:

ENDEREÇO:

CONTATO (FONE/ E-MAIL):

DIRETOR (A):

AGENDAMENTO

DATA

HORÁRIO

PERFIL DO GRUPO

SÉRIES:

FAIXA ETÁRIA:

NÚMERO DE ALUNOS:

RESPONSÁVEIS PELO GRUPO/CONTATOS:

DISPONIBILIDADE DE TEMPO:

INTERESSES:

NECESSIDADES ESPECIAIS:

VISITAS ANTERIORES:

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELO AGENDAMENTO:

OBSERVAÇÃO:

Ficha de Agendamento de Visita - Grupos Organizados



FICHA DE AGENDAMENTO DE VISITA GRUPOS ORGANIZADOS

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO		
INSTITUIÇÃO:		
ENDEREÇO:		
CONTATO (FONE/ E-MAIL):		
COORDENADOR (A):		
AGENDAMENTO		
DATA		
HORÁRIO		
PERFIL DO GRUPO		
CURSO:		
FAIXA ETÁRIA:		
NÚMERO DE VISITANTES:		
RESPONSÁVEIS PELO GRUPO/CONTATOS:		
DISPONIBILIDADE DE TEMPO:		
INTERESSES:		
NECESSIDADES ESPECIAIS:		
VISITAS ANTERIORES:		
FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELO AGENDAMENTO:		
OBSERVAÇÃO:		

Ficha de Registro e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais – Identificação da Atividade



FICHA DE REGISTRO E AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS

- IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE -

TÍTULO	
AUTORIA	
CATEGORIA	
() Roteiros/ Leituras/Aulas Temáticas	() Conferências/Palestras
() Oficinas/ Workshops	() Cursos
() Exposições	() Entrevistas
Outros: _____	
INÍCIO DA ATIVIDADE	
CONCEITO	
OBJETIVOS	
PÚBLICOS-ALVO	
RECURSOS	
Humanos:	
Materiais:	
Tempo:	
Espaço:	
DURAÇÃO DA ATIVIDADE	

Ficha de Registro e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais – Registros

- REGISTROS -

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for recording educational and cultural activities. It is centered within a larger blue-bordered frame.

Ficha de Acompanhamento e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais – Registro de Planejamento



FICHA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS

ATIVIDADE	
CATEGORIA	
<input type="checkbox"/> Roteiros/ Leituras/Aulas Temáticas <input type="checkbox"/> Oficinas/ Workshops <input type="checkbox"/> Exposições Outros: _____	<input type="checkbox"/> Conferências/Palestras <input type="checkbox"/> Cursos <input type="checkbox"/> Entrevistas
-REGISTRO DE PLANEJAMENTO-	
PERÍODO DA ATIVIDADE	DATA DA CULMINÂNCIA
PÚBLICOS	
RECURSOS	
Humanos:	
Materiais:	
Tempo:	
Espaço:	
METODOLOGIA	

Ficha de Acompanhamento e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais – Procedimentos Avaliativos

-PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS-
AVALIAÇÃO DO PROCESSO
PLANEJAMENTO
REALIZAÇÃO
RESULTADOS OBTIDOS
REGISTROS

II. SIGAEC-MUP: DISPOSITIVOS DE AVALIAÇÃO

Ficha de Pesquisa de Públicos – Público em Geral



CONHECENDO SUA OPINIÃO SOBRE O MUSEU

O Museu do Piauí, Casa de Odilon Nunes está realizando uma pesquisa para melhor conhecer seus visitantes e saber o que pensam da visita. Escutá-los é a melhor forma de melhorar a qualidade dos serviços e atividades propostos.

Contamos com a sua colaboração no preenchimento deste questionário e solicitamos que ele seja entregue **ao final de sua visita**. Desde já agradecemos a sua participação.

Lembramos, ainda, que as informações coletadas são confidenciais e se destinam exclusivamente à pesquisa de públicos do Museu.

Data da visita: ____/____/____	Tipo de visita: () Agendada () Espontânea () Grupo 1 (escolar, universitário, instituições...)	() Individual Informe sua idade: _____
Horário:	Informe a faixa etária: _____	() Grupo 2 (familiar, amigos...)

Em relação à visita que você acabou de realizar, você se sente:

1. () Muito Satisfeito 2. () Satisfeito 3. () Pouco satisfeito

Como você avalia os seguintes serviços? (Marque apenas uma resposta em cada linha)

SERVIÇOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR
1. Acolhimento (recepção, apresentação, orientações gerais...)	()	()	()
2. Conforto (banheiro, temperatura nas salas, assentos, bebedouros)	()	()	()
3. Informações disponíveis (painéis, textos, áudio, filmes etc.)	()	()	()

Como você avalia os seguintes aspectos da visita?

ASPECTOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR
1. Tempo de visitação (período de estadia nas salas de exposição)	()	()	()
2. Compreensão dos conteúdos (clareza das informações)	()	()	()
3. Nível de entretenimento (lazer, divertimento, bem-estar...)	()	()	()

Como você avalia os seguintes aspectos das exposições ?

ASPECTOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR
1. Dinamismo (criatividade, inovação, clareza...)	()	()	()
2. Informações (legendas, referências, textos de apoio, explicações...)	()	()	()
3. Aprendizagens (ampliação, reforço e/ou aquisição de conhecimentos)	()	()	()

Que sugestões você gostaria de nos dar?

Ficha de Pesquisa de Públicos – Educadores



CONHECENDO A OPINIÃO DOS EDUCADORES SOBRE O MUSEU

O Museu do Piauí agradece sua visita e o convida a retornar com os alunos para novas experiências. Queremos sempre aprimorar os serviços ofertados aos públicos, para isso estamos realizando uma pesquisa para melhor conhecer os educadores e estudantes que visitam o museu e saber o que pensam da visita.

Contamos com a sua colaboração no preenchimento deste questionário e solicitamos que ele seja entregue **ao final de sua visita**. Desde já agradecemos a sua participação.

Lembramos, ainda, que as informações coletadas são confidenciais e se destinam exclusivamente à pesquisa do Museu.

Data da visita: ___/___/___		Horário:		
Nível de Ensino		Séries/Cursos		
<input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental 1 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental 2 <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Superior				
Qual o objetivo principal da visita?				
<input type="checkbox"/> Conhecer o Museu <input type="checkbox"/> Pesquisar/Estudar algum tema específico <input type="checkbox"/> Participar de atividades (palestras, cursos, oficinas, etc.) <input type="checkbox"/> Outros: _____				
Com relação ao cumprimento do objetivo destacado anteriormente, você se sente:				
1. <input type="checkbox"/> Muito Satisfeito 2. <input type="checkbox"/> Satisfeito 3. <input type="checkbox"/> Pouco Satisfeito				
Como você avalia os seguintes aspectos da(s) atividade(s) realizada(s)				
ASPECTOS	ÓTIMO	BOM	REGULAR	
1. Organização (agendamento, orientações e informações básicas)	()	()	()	
2. Propostas educativas e culturais (atividades, exercícios e material de apoio)	()	()	()	
3. Informações (explicações, textos de apoio, legendas, referências...)	()	()	()	
4. Tempo da atividade (período de execução)	()	()	()	
5. Compreensão dos conteúdos (clareza das informações)	()	()	()	
6. Nível de entretenimento (Lazer, divertimento e bem-estar)	()	()	()	
7. Aprendizagens (ampliação, reforço e/ou aquisição de conhecimentos)	()	()	()	
8. Dinamismo (criatividade, inovação, clareza...)	()	()	()	

Deixe-nos sua opinião e/ou sugestões

III . SIGAEC-MUP: INSTRUÇÕES DE USO DOS DISPOSITIVOS E PREENCHIMENTO DAS FICHAS

APRESENTAÇÃO

Este material tem como objetivo apresentar um conjunto de orientações acerca do Sistema de Gerenciamento da Ação Educativa e Cultural do Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes (SIGAEC-MUP). Aqui você encontrará informações sobre os dispositivos que compõem o Sistema, tais como: objetivos, funções, formas de uso, instruções sobre o preenchimento das fichas e aplicação destas no cotidiano do Museu. Além disso, ao final do texto, disponibilizamos um breve glossário com alguns termos relacionados ao trabalho educacional e que estão destacados ao longo do manual.

A partir da leitura desse material será possível fazer o uso eficiente e eficaz dos dispositivos que compõem o SIGAEC-MUP, explorando suas potencialidades e recursos e, assim, intensificando os resultados. A aplicação das orientações aqui dispostas é essencial para o pleno funcionamento do Sistema, pois implica em seu uso consciente e monitorado, requisito indispensável para o bom desempenho dessa ferramenta de trabalho.

Boa leitura e bom trabalho!

INTRODUÇÃO

Os museus vêm, nas últimas décadas, atualizando seus serviços conforme o fluxo das mudanças sociais em curso, adequando-os aos novos paradigmas e tecnologias, assim como às expectativas e necessidades de seus **públicos**. Essa adaptação ocorre, sobretudo, por conta da impulsão de contínuas ondas de renovação do **fazer museal**, aquecidas a partir da segunda metade do século XX. O início desse movimento dos museus se deu como consequência da reunião de ideias e experiências de diversos profissionais e pesquisadores de museus e áreas afins, que buscavam atualizar as formas de atuação e usos dessas instituições.

Um dos grandes passos nesse processo de renovação dos museus se trata da delegação de maior importância à sua **Ação Educativa** e Cultural – (AEC). Essa dimensão do fazer museal alcançou maior relevância em função da mudança de perspectiva sobre aspectos fundamentais dessas instituições. Dentre essas mudanças, está o deslocamento do foco dos trabalhos, tradicionalmente direcionado aos objetos, para o atendimento das demandas dos públicos. Isso se traduziu na transferência da preocupação central das atividades desempenhadas nos museus, antes centrada nos objetos e neles esgotada, para atender aos interesses e necessidades dos usuários, atualmente razão pela qual os museus existem.

Essa mudança de perspectiva, em particular, fomentou uma série de empreendimentos por parte dos museus, direcionados ao atendimento das demandas atuais dos indivíduos. A instrumentalização dos públicos para a compreensão e uso dos conteúdos e potenciais museais, por exemplo, foi um desses empreendimentos. Isso conduziu ao incremento da AEC dos museus, com vistas a, dentre outros aspectos, fornecer aos públicos ferramentas para a melhor compreensão e uso de seus acervos, equipamentos, dispositivos, narrativas, e argumentos.

Essa iniciativa demandou aos museus uma postura voltada ao conhecimento de seus públicos, de forma a identificar não apenas seus perfis, mas também as expectativas e necessidades com relação aos serviços oferecidos. Essa ação privilegiou o emprego de esforços mais alinhados com as efetivas demandas dos usuários dos museus, ou seja, conduziu os trabalhos ao encontro das buscas e interesses daqueles que os utilizam, resultando em serviços mais coerentes com a realidade social. Igualmente, derivou em melhor uso dos recursos ao fornecer subsídios para um **planejamento** mais consciente, isto é, que contemple as demandas identificadas, e destine espaço para a **avaliação** das **ações** empreendidas.

Ao assumirem essa postura prospectiva, os museus adotaram uma série de procedimentos básicos, de caráter contínuo e sistemático, para a plena realização de suas funções educativo-culturais. Esses procedimentos, em geral, constituem um sistema de gerenciamento voltado para os trabalhos desse setor. Este tem como finalidade propiciar o alcance dos objetivos estabelecidos na missão institucional e os da **Função Educativa** do museu, por meio de uma cadeia operacional eficiente.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO MUSEU DO PIAUÍ - CASA DE ODILON NUNES | SIGAEC-MUP

O SIGAEC-MUP é um método para o desenvolvimento sistemático e contínuo de conhecimentos acerca de elementos que compõem a Ação Educativa e Cultural - (AEC) do Museu do Piauí – (MUP). Sua função é originar respostas para questões relacionadas a esses elementos e, a partir destas, propiciar o planejamento de estratégias direcionadas ao atendimento das demandas identificadas, de forma eficiente e eficaz. Dentre os elementos que compõem uma AEC e são alvo das operações propostas no SIGAEC-MUP constam os públicos, as ações educativo-culturais, o planejamento, realização e a avaliação de ações.

O Sistema é composto por dispositivos de planejamento e de avaliação, conforme a classificação abaixo:

CATEGORIA	DISPOSITIVOS
PLANEJAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Ficha de Agendamento de Visita - Grupos Organizados; Ficha de Agendamento de Visita - Grupos Escolares; Ficha de Registro e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais; Ficha de Acompanhamento e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais;
	<ul style="list-style-type: none"> Ficha de Pesquisa de Públicos: Público em Geral; Ficha de Pesquisa de Públicos: Educadores;
AVALIAÇÃO	

O SIGAEC-MUP pode contribuir com:

- Concepção, condução e avaliação de ações;
- Realização da auto avaliação das equipes;
- Identificação de perfis dos usuários;
- Mapeamento das demandas dos públicos;

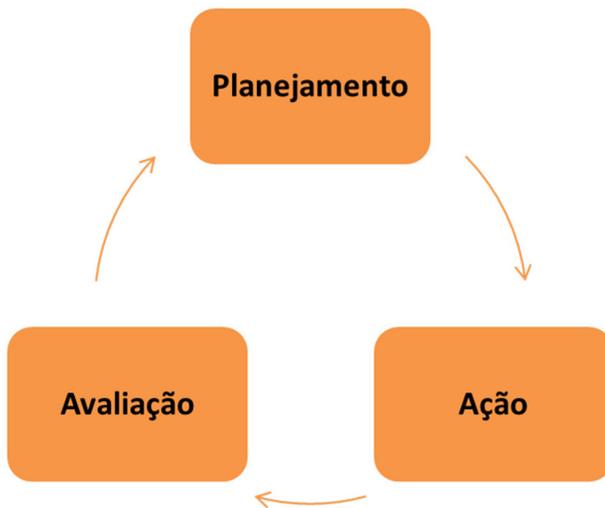
- Obtenção de informações qualitativas sobre as ações;
- Análise das informações coletadas de forma quantitativa em estudos estatísticos;
- Diagnóstico dos efeitos das ações;
- Verificação da efetividade dos métodos utilizados;

O uso adequado do SIGAEC-MUP deve proporcionar eficiência e eficácia para as ações educativo-culturais. Compreende-se por eficiência: a quantidade mensurável de eficácia na proporção do esforço requerido para consegui-la (horas de trabalho, dinheiro ou espaço, equipamentos, dentre outros recursos). Trata-se de um parâmetro quantitativo baseado na economia de recursos. A eficácia, por sua vez, é compreendida como a medida da qualidade com a qual se chegam aos resultados (LORD; MARKERT, apud CÂNDIDO, 2014). Em outras palavras, trata-se do uso consciente dos recursos disponíveis, isto é, compatível com a realidade da Instituição, de forma a se obter os melhores resultados possíveis.

DISPOSITIVOS DO SIGAEC-MUP

Funcionamento geral

Os dispositivos que compõem o SIGAEC-MUP devem operar em um esquema de circularidade, isto é, integrados e em equilíbrio, encadeando-se sistematicamente. Assim, a avaliação deve ser conduzida de forma a subsidiar o planejamento das ações e este, por sua vez, deverá reservar espaço para a avaliação das ações. Esse modelo operatório funciona em sistema de realimentação, no qual cada etapa do processo fornece elementos para a estruturação dos demais.

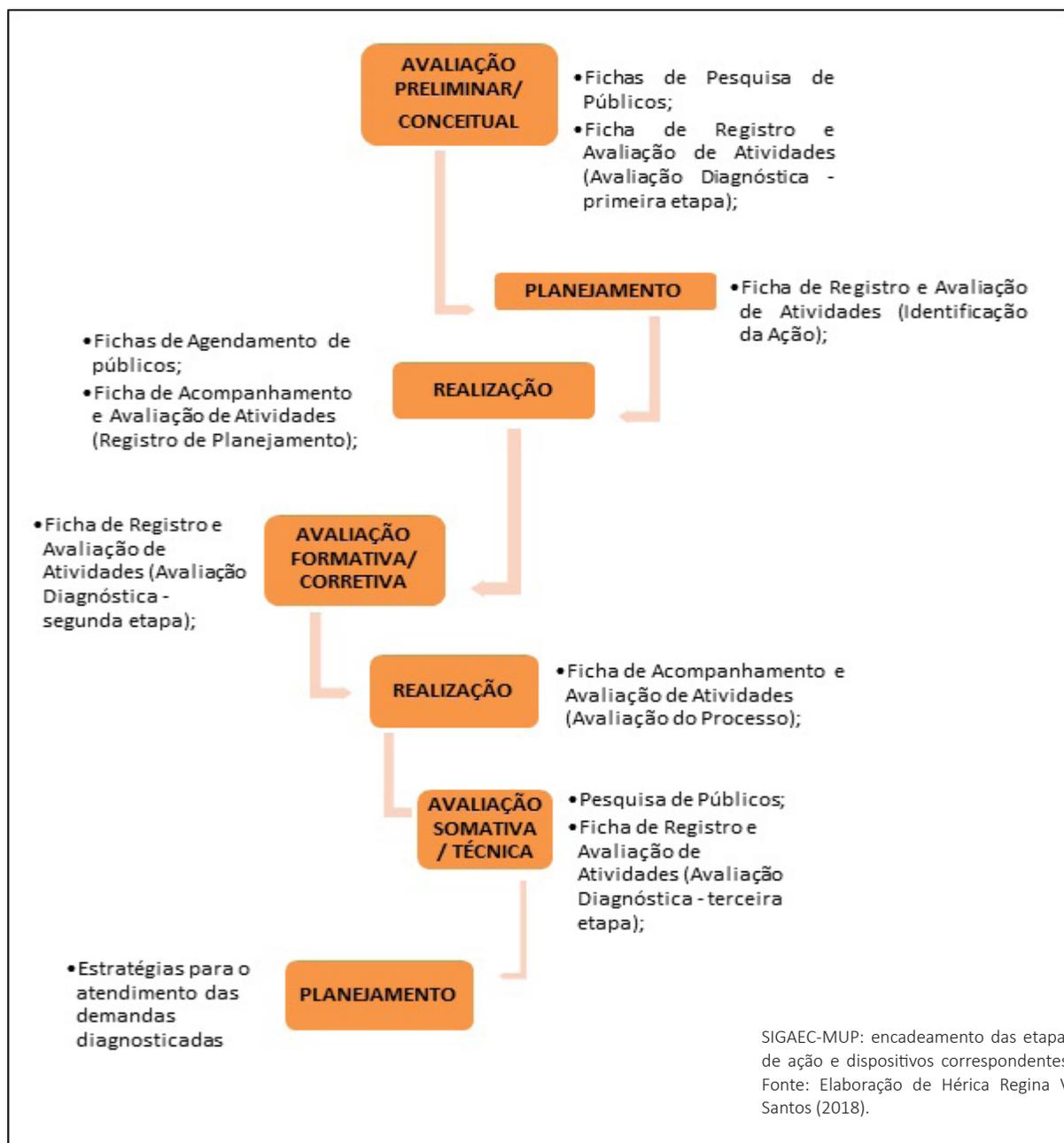


Esquema operatório em circularidade.
Fonte: Elaboração de Hérica Regina V. Santos (2018).

Nos procedimentos avaliativos do SIGAEC-MUP, é possível identificar potencialidades, fragilidades e lacunas existentes tanto nas ações educativo-culturais quanto no planejamento destas. A partir disso, devem ser programadas estratégias que respondam às demandas diagnosticadas, alimentando o ciclo operatório. Assim, as ações são frutos do planejamento que, por sua vez, é baseado nos resultados dos procedimentos avaliativos. Este último compreende a análise de diferentes aspectos relacionados à AEC e é caracterizado por dois métodos distintos e complementares.

O primeiro, denominado Avaliação Diagnóstica, trata-se de um ciclo composto por três etapas (preliminar/conceitual, formativa/corretiva e somativa/técnica). Esse método se destina à avaliação das ações educativo-culturais propriamente ditas, promovendo a análise global destas desde a constatação de sua necessidade, realização e aprimoramento, até os efeitos que produz. O segundo método, denominado Avaliação do Processo, está centrado nas metodologias e nos procedimentos adotados no planejamento e na realização de atividades, ou seja, busca detectar o desempenho das técnicas e instrumentos utilizados.

O esquema a seguir apresenta uma visão geral do SIGAEC-MUP, identificando o encadeamento das etapas e os dispositivos a serem utilizados nestas.



Dispositivos de Planejamento

O objetivo desses dispositivos é propiciar o planejamento das ações com base em informações coletadas sobre o perfil, necessidades, expectativas e opiniões dos públicos. Além disso, intencionam facilitar a elaboração, registro, acompanhamento e avaliação de atividades, contribuindo com sua monitoria, desenvolvimento e qualificação contínuos.

Esses instrumentos estão especificamente voltados ao (re) conhecimento dos grupos que visitam o MUP, isto é, suas proveniências, experiências e buscas, com vistas ao planejamento de formas de atendimento adequadas às especificidades destes. Direcionam-se também ao desenvolvimento, inventariação e estudo de ações educativo-culturais, com o intuito de qualifica-las.

A tabela a abaixo identifica sucintamente as atribuições dos dispositivos de planejamento do SI-GAEC-MUP:

DISPOSITIVO/FICHA	FUNÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS
AGENDAMENTO DE VISITA - GRUPOS ORGANIZADOS E ESCOLARES	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar e organizar visitas de grupos; • Obter informações sobre grupos que intencionam visitar o MUP; 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar ações educativo-culturais de acordo com os perfis dos grupos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização de esforços; • Economia de recursos; • Promoção de experiência museal mais significativa aos públicos;

REGISTRO E AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver, documentar e avaliar ações educativo-culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar banco/repertório de ações/projetos; • Analisar o desenvolvimento, realização e resultados de ações educativo-culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inventariação das ações; • Facilidade de acesso ao conjunto de trabalhos desenvolvidos; • Diagnóstico global das ações; • Planejamento de estratégias para a qualificação das ações e serviços;
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar a realização de atividades educativo-culturais; • Avaliar o desempenho dos métodos e processos utilizados; 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o funcionamento das ações; • Analisar a eficácia e eficiência das estratégias adotadas; • Fundamentar a avaliação global sobre as ações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de particularidades das ações (participação, facilidades, dificuldades, descobertas, produtos, etc.); • Verificação do aproveitamento dos recursos, esforços e métodos adotados;

Por meio desses instrumentos, é possível, por exemplo, obter informações sobre grupos que intencionam visitar o Museu, por meio das fichas de agendamento de visita. Assim como criar um banco de ações/projetos, que pode ser acessado facilmente, além de desenvolver registros que contribuirão com a percepção acerca dos trabalhos realizados.

I. Fichas de Agendamento de Visita de Grupos Organizados e de Grupos Escolares

O uso desses dispositivos deve ocasionar a identificação prévia dos grupos que pretendem visitar o Museu. Ambas as fichas são compostas por três grupos de informações que devem ser registradas nos campos de preenchimento, quais sejam:

a. Identificação da Instituição/Escola: Nessa seção deverão ser apresentadas informações básicas sobre a instituição visitante. O preenchimento de todos os campos desse setor é imprescindível para a identificação básica das instituições e de formas de contato com seus responsáveis.

Por meio dessa identificação se pode, ainda, realizar um levantamento dos estabelecimentos/entidades que visitam frequentemente ou visitaram o MUP e, de acordo com o perfil destas, estabelecer parcerias e enviar mensagens e/ou e-mails sobre a programação do MUP.

b. Agendamento: Nessa seção deverão ser informados a data e o horário da visita. Em caso de alteração na data e/ou horário agendados, respeitando a disponibilidade das equipes do Museu, o primeiro agendamento deve ser tachado (traçar uma linha sobre o texto) utilizando o espaço ao lado para o registro do novo agendamento.

Exemplo:

AGENDAMENTO		
DATA	05/04/2018	10/04/2018
HORÁRIO	14:30	15:30

c. Perfil do Grupo: Essa seção está destinada ao registro de informações inerentes ao grupo visitante. O preenchimento dos campos apresenta objetivos específicos, a saber:

- Séries, curso e faixa etária: Direcionar a escolha das abordagens educativo-culturais e conteúdos mais adequados aos conhecimentos e necessidades do grupo.
- Número de alunos/visitantes: Fornecer bases para a organização e distribuição dos grupos nos espaços e percursos do MUP.

- Responsáveis pelo grupo: Permitir formas de contatos com os condutores dos grupos.

Informar os nomes, funções e contatos pessoais das pessoas que acompanharão o grupo.

- Disponibilidade de tempo: organizar atividades que melhor se adequem à disponibilidade de permanência no MUP.

Informar o tempo aproximado que o grupo visitante dispõe para a realização da visita.

- Interesses: Conhecer os objetivos da visita e propiciar melhor atendimento das demandas do grupo.

Os interesses podem ser os mais variados, desde simplesmente conhecer o MUP, participar de algum evento até a realização de pesquisas específicas sobre seus conteúdos.

- Necessidades especiais: planejar as atividades que contemplem satisfatoriamente as necessidades dos visitantes, comprometendo-se com a busca por um atendimento igualitário dos usuários.

Dentre essas necessidades podem estar o uso de banheiros adaptados, a utilização de abordagens, linguagens e/ou recursos que facilitem o entendimento dos conteúdos do MUP, ou mesmo de formas de apresentação acessíveis (física, sensoriais e cognitivas) do acervo do Museu.

- Visitas anteriores: Propiciar a escolha de atividades que possam complementar e aprofundar a experiência anterior, evitando repetições e promovendo novas formas de interação com os conteúdos do Museu.

É importante identificar a natureza das atividades realizadas em experiências anteriores (como visita às exposições, participação em oficinas, cursos, palestras, atividades culturais, etc.) e se possível, a data ou o período da visita para que sejam analisados os serviços oferecidos.

- Funcionário responsável pelo agendamento: Propiciar a resolução de questões referentes ao contexto do agendamento.

O campo deve ser preenchido com o nome completo do funcionário.

- Observação: Adicionar informações complementares.

Utilizar esse campo também para o registro de cancelamento da visita.

Exemplo 1:

OBSERVAÇÃO: GRUPO COMPOSTO POR 10 ESTUDANTES DO 7º ANO, 10 ESTUDANTES DO 8º ANO (ENSINO FUNDAMENTAL) E 10 ESTUDANTES DO 3º ANO (ENSINO MÉDIO).

Exemplo 2:

OBSERVAÇÃO: VISITA CANCELADA EM 10/04/2018

NOTAS:



- I. As fichas devem ser preenchidas à tinta e com letra legível;
- II. Após o preenchimento das fichas, as informações de data e horário devem ser repassadas para a agenda. Isto significa que para cada agendamento registrado em agenda deve haver uma ficha preenchida com informações mais detalhadas sobre o grupo;
- III. Todas as fichas devem ser mantidas em arquivo separado por tipo de grupo (instituições diversas e escolares);
- IV. Mesmo as fichas das instituições que cancelaram a visita devem ser arquivadas para usos posteriores (contatos, análises, pesquisas, etc.);

II. Ficha de Registro e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais

Inicialmente devem ser registradas nessa ficha as ações em curso, para a instituição do cadastro integralizado, isto é, que englobe a totalidade dos projetos. Em seguida avança-se seguindo o roteiro do SIGAEC-MUP conforme o fluxo dos trabalhos, ou seja, devem ser registrados novos projetos à medida que estes forem surgindo. Em ambos os casos, realiza-se a identificação básica da ação (os aspectos conceituais, objetivos, públicos, recursos, etc.). A ampliação e aprofundamento do registro por meio da realização e descrição do processo avaliativo e anexação de elementos imagéticos (fotografias, conteúdos publicitários, dentre outros) também devem ser realizados. No caso das ações em curso recomenda-se a pesquisa em arquivos diversos, como anotações, banco de imagens, documentos; bem como a realização de diálogos coletivos, para a identificação básica, avaliação e o registro imagético da ação.

Esta é uma forma de documentação de trabalhos, desenvolvida para o melhor aproveitamento das ideias, propostas e ações. Seu funcionamento se dá por meio do registro sistemático das ações de forma a se produzir uma estrutura facilitadora tanto do acesso, quanto da inventariação e elaboração de ações e, portanto, a utilização destas. O conjunto dos registros das ações deve compor um repositório ou banco de dados que permita consultas, seleções, compartilhamento e outras operações sobre as ações registradas.

Apresentamos a seguir as seções e campos que compõem essa ficha, seguidos de orientações para o preenchimento.

a) Identificação da atividade: Realiza-se uma apresentação detalhada do projeto, conforme as seguintes orientações:

- Título: deve ser uma síntese da atividade.
- Autoria: registrar o autor (a) ou grupo que elaborou a atividade como um todo.
- Categoria: Assinalar o tipo de atividade ou anotar no espaço “outro”, no caso de a atividade não se enquadrar em nenhuma das categorias apresentadas.
- Início da atividade: Informar a data ou período (mês/ano) em que a atividade foi realizada pela primeira vez. No caso de atividades sem previsão de início deve ser escrito “data a ser

definida” a lápis. Após a realização da atividade substituir pela data de início, utilizando caneta.

- Conceito: Discorrer sobre o conteúdo da ação explicitando sua estrutura (preceitos, organização, procedimentos/etapas, etc.).
- Objetivos: Descrever a finalidade da atividade e as metas que se pretende alcançar com esta.
- Públicos-alvo: Identificar o(s) público (s) a que se destina a ação.
- Recursos: Identificar os recursos humanos (todas as pessoas envolvidas no planejamento e execução da atividade), materiais (objetos, utensílios e equipamentos), espaço (local/ambiente) e duração da atividade (tempo de sua execução).

b) Procedimentos Avaliativos: Essa seção é composta por um método avaliativo que visa à análise da ação e seus diferentes estágios: concepção, realização e conclusão. Esse processo permite compreender os efeitos da ação e mapear seu percurso, identificando elementos que contribuem e/ou dificultam seu desenvolvimento e resultados esperados. É também uma forma de compreender a conformação dos projetos; reconhecer suas substâncias e os ingredientes necessários para sua nutrição.

O processo avaliativo deve iniciar antes da elaboração do projeto/ação, isso porque a elaboração de projetos deve ser resultado de avaliações preliminares, nas quais se encontram as justificativas e critérios fundamentais para suas existências. Isso significa que ações devem ser concebidas a partir das demandas dos públicos e em consonância com os objetivos e recursos institucionais, identificados previamente. Isso propicia o melhor direcionamento dos esforços, que serão aplicados conforme as necessidades e expectativas diagnosticadas, evitando-se desperdícios. Conseqüentemente, essa ação resultará em maior economia de recursos (humanos, materiais, financeiro e tempo) ao destiná-los precisamente às finalidades adequadas.

O processo como um todo deverá fornecer um conjunto de informações que deverá ser registrado na seção “Procedimentos Avaliativos” – “Avaliação Diagnóstica”. O contexto, as características do desenvolvimento e realização, assim como os efeitos/impactos da iniciativa são alguns dos aspectos a serem consi-

derados nas etapas da Avaliação Diagnóstica.

- Avaliação Preliminar/Conceitual: Nesse campo devem ser descritos, a partir de uma investigação prévia, os motivos que originaram a elaboração da ação e outras informações relevantes a essa justificativa. Portanto, essa avaliação precede o desenvolvimento de ações, colaborando com sua definição. Essa avaliação prévia torna-se “conceitual” ao incidir sobre os pré-requisitos estipulados para uma ação educativo-cultural. Logo, para além de justificar a existência da ação, esta destina-se à determinação das atividades, temas, públicos, objetivos, estratégias e os recursos adequados à ação.
- Avaliação Formativa/Corretiva: Nesse campo devem ser registradas as fragilidades e potencialidades identificadas no decorrer do processo de realização. Igualmente registram-se proposições de melhorias e sugestões práticas. Essa avaliação se relaciona aos objetivos estipulados para a ação e sua finalidade é possibilitar a realização de ajustes e/ou correções que permitam o alcance desses objetivos.
- Avaliação Somativa/Técnica: Nesse campo devem ser levantadas questões técnicas:
 - ✓ Intrínsecas das ações em relação aos objetivos estabelecidos, isto é, em que medida as particularidades da ação atenderam às demandas dos públicos e do Museu.
 - ✓ Referentes às metodologias e procedimentos adotados no planejamento e na realização: potencialidades e aspectos não satisfatórios (fragilidades e lacunas).

Nesse âmbito utilizam-se os dados registrados na Ficha de Acompanhamento e Avaliação de Atividades (Avaliação do Processo), detalhada mais adiante.

- ✓ Sobre os efeitos produzidos a partir da ação: descobertas, ajustes, melhorias, avanços, ideias, posturas, etc.

Essa etapa da avaliação incide sobre a ação como um todo: planejamento, execução e resultados, por meio da apreciação crítica. Sua finalidade é colaborar com o aprimoramento

ramento das ações e equipes, ou seja, refinar as metodologias e técnicas de trabalho e de planejamento, a partir da realização de um balanço geral do processo.

- **Registros:** Anexar conteúdos ilustrativos referentes à ação, tais como materiais de divulgação (panfleto, folder, flyer...), material de apoio (cartilha, folheto, boletim...), registros fotográficos, dentre outros.

III. Ficha de Acompanhamento e Avaliação de Atividades Educativas e Culturais

Essa ficha se destina a recolha de informações, em contexto prático, sobre as ações desenvolvidas, portanto deve ser utilizada para a documentação de experiências pontuais. Trata-se de um método para o provimento de registros e avaliação das ações, portanto se vincula à ficha apresentada anteriormente.

As informações a serem inseridas nos campos que compõem as seções “Registro de Planejamento” e “Processo Avaliativo” se referem ao contexto específico de execução da atividade em questão.

a) Registro de Planejamento:

- **Período da Atividade:** Intervalo de tempo em que a atividade se desenvolve em horas, dias, semanas ou meses.
- **Data da Culminância:** Dia inicial e final da realização da atividade.
- **Públicos:** Participantes efetivos da atividade. Podem ser grupos organizados, escolares, espontâneos, dentre outros.

Para estudos estatísticos, é importante especificar a quantidade e procedência dos participantes, identificando as instituições, organizações, locais de origem, dentre outras informações relevantes à identificação.

- **Recursos:** Especificar os recursos (humanos e materiais) necessários à realização da atividade.
- **Metodologia:** Descrever os métodos e processos (estratégias, ferramentas, referências,

etapas, trabalhos etc.) empregados na execução da atividade.

b) Procedimentos Avaliativos:

O método de avaliação da experiência educativo-cultural referenciada nessa ficha é denominado “Avaliação do Processo”, que visa à análise crítica dos processos de trabalho e os resultados destes. Essa estratégia propõe uma avaliação mediadora, isto é, enfoca o transcurso da ação e os objetivos metodológicos, ao invés de um resultado pragmático. Em outras palavras, esse método avaliativo valoriza, sobretudo, as relações estabelecidas, o processo. Considerada dessa forma, a avaliação pode ser percebida como “uma forma de estabelecer diálogo com a realidade e um meio para modificá-la” (FIGURELLI, 2013, p. 93).

No SIGAEC-MUP, a Avaliação do Processo contempla os seguintes aspectos do trabalho:

- Planejamento: Avaliar as condições de planejamento, considerando fatores como contexto, tempo, disponibilidade das equipes envolvidas, etc.
- Realização: Avaliar a conjuntura da execução da atividade, considerando seu andamento (processos, participação, peculiaridades etc.), dificuldades e facilidades.
- Resultados Obtidos: Identificar os ganhos decorrentes da atividade, tais como objetivos alcançados, descobertas realizadas, oportunidades criadas, materiais produzidos, dentre outros.
- Registros: Imagens fotográficas da execução da atividade.

NOTAS:

I. Para resultados mais fidedignos à realidade, os processos avaliativos devem ser conduzidos pelas equipes envolvidas no planejamento e realização da ação;

II. Para a eficácia e eficiência da avaliação e, por conseguinte, do planejamento é indispensável a utilização de métodos apropriados, que orientem os procedimentos técnicos do ciclo avaliativo. Mais adiante apresentamos uma sugestão de método para a realização do ciclo avaliativo.

III. Os resultados da avaliação devem ser analisados de forma a permitir um diagnóstico a partir do qual se desenvolvam estratégias que respondam às demandas identificadas.

Dispositivos de Avaliação

A finalidade desses dispositivos é reunir informações sobre as percepções dos públicos, em fonte primária, isto é diretamente destes. Esses instrumentos, diferente dos que se interessam pelos processos avaliativos, destinam-se ao registro da avaliação dos públicos em relação às experiências educativo-culturais no Museu. Por meio destes é possível reunir informações qualitativas, por meio da identificação das respostas dos públicos em relação aos serviços oferecidos; bem como informações quantitativas, por meio de análises estatísticas sobre o perfil e opiniões dos participantes.

Funcionam, ainda, como um canal de comunicação por meio do qual se busca ouvir, compreender e pensar os públicos como construtores ativos, ao invés de receptores passivos. A partir desses *feedbacks* é possível pensar estratégias (linguagens, meios, conteúdos, ações, etc.) que efetivamente estimulem e atraiam públicos, pois “o sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impertinente, eternamente insatisfeito. Quer estar permanentemente excitado e já se tornou incapaz de silêncio” (BONDÍA, apud CÂNDIDO, 2014, p. 107).

DISPOSITIVO/FICHA	FUNÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS ESPERADOS
<p>PESQUISA DE PÚBLICOS EM GERAL</p> <p>/</p> <p>PESQUISA DE PÚBLICOS - EDUCADORES</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar opiniões de participantes sobre experiências educativo-culturais no MUP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar públicos; • Conhecer o nível de satisfação dos participantes; • Compreender o impacto e a extensão das ações e serviços; • Identificar as necessidades e expectativas dos públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunizar a análise sobre o fazer museal, a auto avaliação das equipes e a reflexão sobre os serviços oferecidos; • Trazer à luz situações/aspectos obscuros sobre a experiência dos públicos; • Perceber as condições concretas das ações e serviços; • Situar o nível em que se encontra e o que se pretende alcançar em relação a esses serviços; • Auxiliar o direcionamento das ações e/ou mudanças necessárias à qualificação dos trabalhos;

I. Ficha de Pesquisa de Públicos – Público em Geral

Destina-se à coleta de informações globais acerca da experiência no MUP, bem como específicas sobre a Ação Educativa e Cultural. Portanto, nos formulários estão incluídas questões sobre os aspectos e serviços gerais do Museu, noções qualitativas da visita e das exposições, que focam na Ação Educativa e Cultural, além de espaço para as sugestões dos participantes. Esse formulário pode ser aplicado aos visitantes espontâneos, turistas, grupos organizados, famílias, dentre outros visitantes, que devem se identificar na seção “tipo de visita”.

Algumas das informações possíveis de se obter com esse formulário são:

- Quem são de fato os visitantes do Museu;
- Opiniões, expectativas e demandas dos visitantes;
- Identificação de quem não visita o Museu: O chamado “não-público” ou “visitantes potenciais”. Isso pode ser constatado por meio da análise de quais pessoas estão pouco - ou não - representadas nos públicos do Museu. Após essa identificação é igualmente importante tentar compreender quais são as barreiras a essa visita e buscar meios de rompê-las (CÂNDIDO, 2014).



É observável que todo o contexto da visita influencia em sua qualidade e nas situações de aprendizagem. Assim, aspectos relacionados ao acolhimento dos visitantes, conforto, informações disponíveis, etc. podem estar relacionados a sensações de desapontamento e fadiga, que dificultam a compreensão de conteúdos, o entretenimento e as aprendizagens. Por isso é essencial diagnosticar e suplantando as barreiras que prejudicam a qualidade da experiência integral no Museu e, obviamente, da educativo-cultural.

II. Ficha de Pesquisa de Públicos – Educadores

Esse formulário foi desenvolvido para coletar informações sobre o trabalho educativo-cultural do MUP sob o ponto de vista dos educadores que visitaram o Museu com alunos. Esse questionário pode ser

aplicado a professores de todos os níveis de ensino, assim como aos instrutores de cursos diversos (artísticos, técnicos, profissionalizantes, esportivos, etc.) e educadores da modalidade não-formal da educação.

Algumas informações possíveis de se obter com esse formulário são:

- Opinião dos educadores sobre as atividades oferecidas pelo MUP;
- Séries, cursos e níveis de ensino priorizados pelos educadores para as visitas ao Museu;
- Objetivos relacionados às visitas e o nível de satisfação em relação aos objetivos estabelecidos pelo educador;
- Avaliação, em diferentes aspectos, das atividades educativo-culturais propostas;
- Expectativas e necessidades dos educadores;



Considerando que, em geral, o público-alvo das ações educativo-culturais do MUP são estudantes, é imprescindível estabelecer relações com professores e demais agentes educativos responsáveis pelo processo de aprendizagem dos alunos. Estas são as pessoas mais qualificadas para apreciar criticamente a relevância do trabalho educativo do MUP em relação às aprendizagens necessárias aos educandos. Estão, ainda, capacitadas a fornecer informações que contribuam com o direcionamento das ações pedagógicas e culturais do Museu. Portanto, ouvir o que os educadores têm a dizer é fundamental para tomada de decisões acerca das ações educativo-culturais.

III. Análise das Informações Coletadas

As fichas de pesquisa de públicos adotam três critérios valorativos, especificamente “ótimo”, “bom” e “regular”. Isso se dá pela necessidade de objetivar ao máximo essas avaliações, para facilitar a interpretação dos participantes, as análises das equipes (tabulação) e também para que as informações possam ser utilizadas em estudos comparativos (CÂNDIDO, 2014).

Além de facilitar exercícios de tabulação e outras generalizações, a adoção dessa estrutura asso-

ciada a da prática de avaliação regular facilita a monitoria de mudanças. Dessa forma, é possível identificar avanços e retrocessos na Ação Educativa e Cultural em diferentes momentos. Essas alterações podem ser distinguidas a partir da adoção de alguns padrões, que serão apresentados adiante, na orientação para a tabulação dos dados.

Como forma de estreitar sensivelmente a abertura desses critérios, permitindo que as escolhas dos participantes sejam mais bem compreendidas, foram reservados espaços em ambas as fichas para a inclusão de sugestões/opiniões mais subjetivas e particulares dos participantes. Estas podem justificar os critérios valorativos apontados nas seções objetivas da avaliação, por isso devem ser cuidadosamente analisadas e consideradas na análise global.

A tabulação dos dados das questões objetivas devem considerar as classificações, ou critérios valorativos da seguinte maneira:

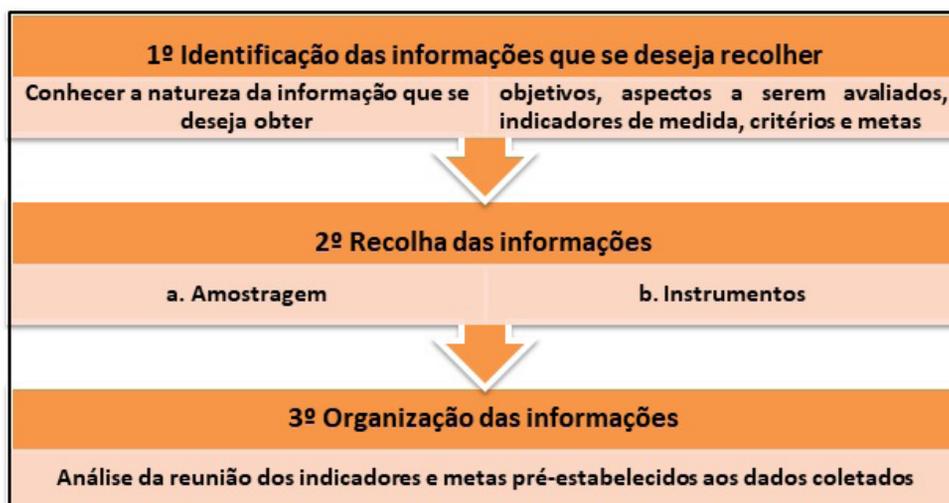
CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS INVESTIGADOS	INDICADOR DE EXPERIÊNCIA MUSEAL*	REFERÊNCIAS
ÓTIMO	Elevado	Ideal	Está associado à boa prática profissional; Nível que deve ser desejado e alcançado em todos os aspectos da Ação Educativa e Cultural.
BOM	Mediano	Básico/mínimo aceitável	Pode ser compreendido como adequado, mas necessita ser melhorado.
REGULAR	Baixo	Inadequado	Corresponde ao não atendimento dos requisitos mínimos de uma boa experiência museal.

* Baseado no objetivo de propiciar uma experiência museal significativa por meio de um contexto favorável ao bem-estar geral dos visitantes.

SUGESTÃO DE MÉTODO PARA A REALIZAÇÃO DO CICLO AVALIATIVO

No que se refere ao âmbito educacional, avaliação em museus consiste na determinação do quanto e de como os objetivos educacionais e culturais estão sendo alcançados pelos projetos propostos (FIGURELLI, 2013). Assim, podemos conceituar a avaliação da AEC como um procedimento técnico com propósito de estudar e produzir conhecimentos sobre os processos e efeitos das ações educativo-culturais. Estes conhecimentos, por sua vez, destinam-se à promoção do aprimoramento dos serviços.

Portanto, a avaliação é um procedimento que requer método, não podendo ser realizado à revelia de procedimentos básicos que permitem sua operacionalização, sob o risco de desalinhamento entre objetivos e resultados. O método aqui apresentado envolve um ciclo de três passos a ser aplicado nos Procedimentos Avaliativos dos Dispositivos de Planejamento. O esquema a seguir apresenta sucintamente esse método.



Identificação das informações que se deseja recolher

Esse é o primeiro passo a partir do qual serão desencadeados os demais. Em avaliação, essencialmente, é imprescindível ter clareza sobre as informações que se busca, para se projetar os meios de alcançá-las. Assim, para a identificação destas é necessário, inicialmente, definir fatores como:

- Objetivos que se deseja alcançar com a avaliação;
- Aspectos a serem avaliados (conteúdos, materiais de apoio, aprendizagens, atitudes de desempenho dos envolvidos, tempo e impacto da ação);
- Indicadores – quantitativos e/ou qualitativos - que ajudarão a medir as respostas;
- Critérios que servirão de parâmetros (faixa etária, nível de escolaridade, grupo social, etc.);
- Metas a serem cumpridas (quantidade de participantes, tempo de pesquisa, demandas, etc.);

Além de impulsionar o processo, a definição e organização desses fatores agregam confiabilidade à avaliação (FIGURELLI, 2013).

Recolha das informações

a. Amostragem

Após o primeiro passo, é necessário delimitar o campo de investigação empírica, isto é, selecionar uma amostragem de participantes para a pesquisa. Essa amostragem pode abranger um conjunto concentrado de pessoas, como grupos em visitação no Museu, ou um conjunto geograficamente disperso de participantes, como pesquisadores, educadores, visitantes espontâneos, famílias, etc. Os participantes desse último conjunto podem ser abordados durante a visita ao Museu ou em momento posterior, por meio da disponibilização de formas de contato.

Em ambos os casos é necessário levar em consideração a facilidade de acesso às pessoas e suas condições de participação na pesquisa, para evitar problemas com o controle de sua realização. Por razões de compatibilidade com a carga de trabalho das equipes do MUP, sugerimos a seleção de poucos grupos, mas que estes sejam representativos do conjunto dos participantes/usuários da atividade/serviço em investigação. A determinação do tamanho da amostra, o controle de sua representatividade e o cálculo da confiabilidade são realizados a partir de regras estatísticas.

No que se refere ao MUP, especificamente, pode-se utilizar como parâmetros estatísticos a frequência com que determinados grupos visitam o Museu e/ou características das visitas, como sua duração, atividades desenvolvidas e interesses, por exemplo. No caso de conjuntos concentrados de pessoas, esses dados podem ser consultados nas fichas de agendamento de visita (grupos organizados e escolares) apresentadas anteriormente. Quanto aos conjuntos geograficamente dispersos, recomendamos o uso do livro de visita ou outro dispositivo que permita a análise de aspectos relevantes à seleção da amostragem. No caso de visitas espontâneas, por exemplo, esses aspectos podem ser o contexto da visita (eventos culturais ou educativos/instrutivos, exposições de curta duração, período de férias, etc.).

Exemplo Prático (1):

Consideremos a necessidade de seleção de uma amostragem representativa de grupos escolares que participam de **atividades de desdobramento** da visita às exposições, para a avaliação de seus impactos na experiência museal desses visitantes. Ao analisar as fichas de agendamento de visita desses grupos é possível identificar aqueles que participaram das atividades em avaliação. Dentre as escolas que demonstram interesse por atividades de desdobramento, verificou-se a incidência da priorização de turmas do Ensino Fundamental a partir do quinto ano, para a participação nessas atividades.

A partir dessa informação estatística, seleciona-se uma amostragem que inclui grupos escolares a partir do quinto ano do Ensino Fundamental e que participem de atividades de desdobramento. Essa amostragem deve ser numericamente satisfatória, isto é compatível com a disponibilidade das equipes do MUP e, ao mesmo tempo, capaz de propiciar análises com resultados confiáveis (generalizáveis aos grupos compatíveis ao selecionado como amostra). Da mesma forma, o controle da representatividade estaria assegurado por meio da seleção de grupos partícipes do conjunto daqueles envolvidos na avaliação.

Exemplo Prático (2):

Tomemos como ponto de partida a avaliação sobre uma exposição de curta duração. Nessa pesquisa se busca identificar o nível de compreensão do público em geral, acerca dos conteúdos da mostra. Ao analisar o livro de visitas, por exemplo, verifica-se que durante a realização de eventos culturais há uma quantidade maior de visitação espontânea às exposições de curta duração. Logo, verifica-se o segmento de público mais acessível à pesquisa: os espontâneos. Sua concentração em eventos culturais facilita a obtenção de uma amostragem ilustrativa do público em geral.

Aprofundando a análise, mediante a observação do ambiente e/ou por meio da análise de informações contidas na Ficha de Pesquisa de Públicos – Público em Geral, constata-se que, dentre os visitantes espontâneos, predominam os jovens e adultos, entre 18 e 55 anos, aproximadamente. A partir desses dados é possível selecionar uma amostragem de participantes para a pesquisa, composta por visitantes espontâneos, entre jovens e adultos dessa faixa etária. A quantidade de indivíduos ou grupos estará sempre subordinada a critérios relacionados à capacidade de trabalho das equipes envolvidas na avaliação e à confiabilidade do resultado das análises.

b. Instrumentos

Após a definição da amostragem para a pesquisa, é hora de selecionar os métodos e instrumentos para reunir as informações desejadas. Existem diferentes estratégias de pesquisa que melhor se adequam às especificidades da investigação, algumas possibilidades são:

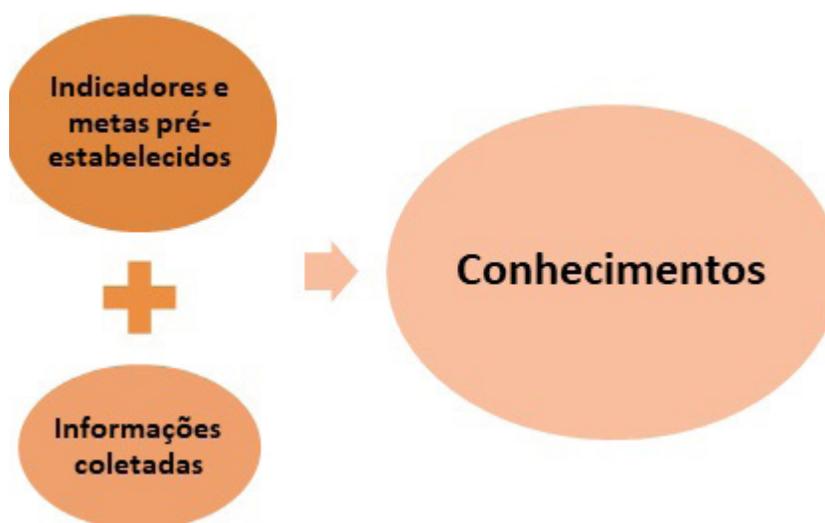
- Aplicação de questionários, entrevistas, testes e escalas;
- Listas de verificação;
- Observação do ambiente e comportamentos;
- Promoção de grupos de discussão;
- Análises de documentos e relatórios;

Assim, ao se realizar uma avaliação acerca de uma atividade aplicada frequentemente no MUP,

por exemplo, a utilização de instrumentos que permitam a obtenção de informações em escala (média ou larga), como questionários, testes, reforçados com a observação de comportamento (atitudes, discursos, expressões, etc.), pode ser mais útil na resolução do tema em questão do que entrevistas individuais. Isso porque essas estratégias alcançam uma maior quantidade de participantes em menor tempo. Além disso, esses métodos oferecem uma gama de informações qualitativas e quantitativas que propiciam uma análise ampla da situação.

Organização das informações

Trata-se de reunir as informações obtidas aos indicadores e metas pré-estabelecidos. Nesse processo os dados coletados são relacionados aos fatores definidores da pesquisa estabelecidos no primeiro passo e, a partir disso, realizam-se análises e reflexões sobre os resultados obtidos.



Após serem organizadas, as informações recolhidas por meio das práticas avaliativas se tornarão conhecimentos. Estes fornecerão os elementos necessários à tomada de decisões ao longo da realização

das ações, isso assegura que as decisões resultem em ações eficientes e eficazes para atingir os objetivos propostos (FIGURELLI, 2013).

GLOSSÁRIO

Ação Educativa: Procedimentos que promovem a educação no museu, tendo o acervo como centro de suas atividades. Pode estar voltada para a transmissão de conhecimento dogmático, resultando em doutrinação e domesticação, ou para participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Neste caso, deve ser entendida como uma ação cultural que consiste no processo de mediação, permitindo ao homem apreender, em um sentido amplo, o bem cultural, tendo em vista o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade que o cerca. Seus resultados devem assegurar a ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social. Concebida dessa maneira, a ação educativa nos museus promove sempre benefício para a sociedade, determinando, em última instância, o papel social dos museus (CHAGAS, NASCIMENTO JÚNIOR, 2009).

Ações: Uma Ação é um ato. Na linguagem corrente pode designar um projeto ou nomear parte dele, mas em termos de escala e tempo, normalmente indica um fazer pontual e de menor espectro do que um projeto. Pode, portanto, ser a implantação, execução ou efetivação das propostas de um projeto, ou de partes dele (SISEM-SP, 2015).

Atividades de Desdobramento: Ações realizadas após a visita às exposições do museu. Têm o intuito de explorar os conteúdos apresentados e contribuir para que a motivação provocada pela visita ao museu possa promover a vontade de desenvolver estudos e pesquisas a partir das quais possam ser aprofundadas as discussões realizadas no museu (UFRJ- MUSEU NACIONAL).

Avaliação: Operação descritiva e informativa, um processo que intenciona reunir dados sobre o “objeto” em análise com o intuito de auxiliar no seu entendimento, no seu desenvolvimento e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade do funcionamento do museu e do atendimento às necessidades dos públicos (FIGURELLI, 2013).

Diagnóstico Global: Avaliação geral que engloba todos os aspectos que compõem o objeto de estudo.

Fazer Museal: Conjunto de atividades realizadas no museu. Em geral essas atividades estão relacionadas à conservação e comunicação de bens patrimoniais institucionalizados.

Função Educativa: Também designada “Missão Educativa”, trata-se do papel que a educação deve desempenhar no museu. Está relacionada à finalidade das ações educativas, isto é, a que objetivos estas ações devem atender.

Planejamento: Processo voltado à organização de estratégias que visam à obtenção de resultados específicos. Em geral, o planejamento é composto pelas etapas de definir objetivos, programar atividades, estimar os recursos necessários e orçar (CÂNDIDO, 2014).

Públicos: Conjunto de usuários do museu, isto é, aqueles que usufruem de algum de seus serviços, presencialmente ou não. Assim pode ser considerado como público qualquer pessoa que visite o museu ou participe de suas ações/atividades (exposições itinerantes, ações extramuros, virtuais etc.) tendo como objetivo a finalidade da instituição (excetuam-se assim, por exemplo, os prestadores de serviços) (SISEM-SP, 2015).

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo**: diagnóstico, museologia e planejamento. Porto Alegre: Medianiz, 2014. 2.ed.

CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (orgs.). **Subsídios Para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/ Departamento de Processos Museais, 2009.

FIGURELLI, Gabriela Ramos. **Desenvolvimento do público interno**: uma proposta de programa educativo direcionado aos funcionários de museu. Lisboa: Universidade Lúsofona de Humanidades e Tecnologias, 2013. (Tese de doutorado em Museologia)

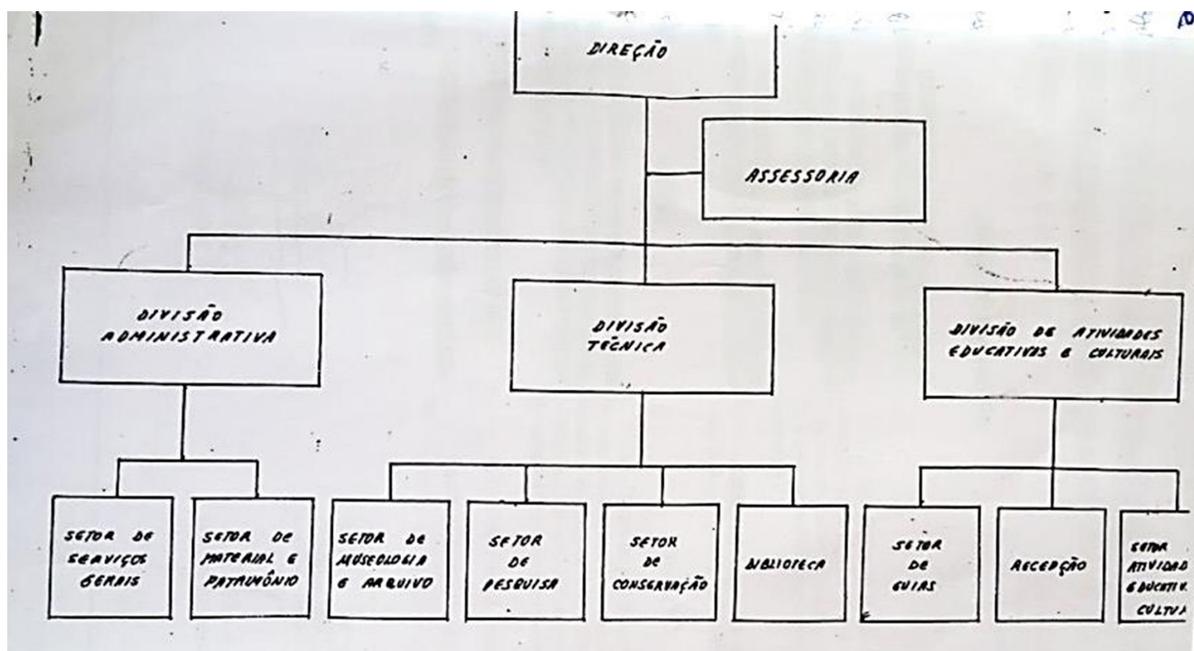
MUSEU NACIONAL – UFRJ. Colaboração Museu- Escola. In: **Guia de Visitação ao Museu Nacional: Como organizar a Visita**. Disponível em: < <http://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/9/ativcomplementar.htm> > Acesso em 24 de abril de 2018.

Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP). **Conceitos-chave da Educação em Museus**: documento aberto para discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015.

D- PROPOSTA DE ORGANOGRAMA FUNDAMENTADO NAS DIRETRIZES INICIAIS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

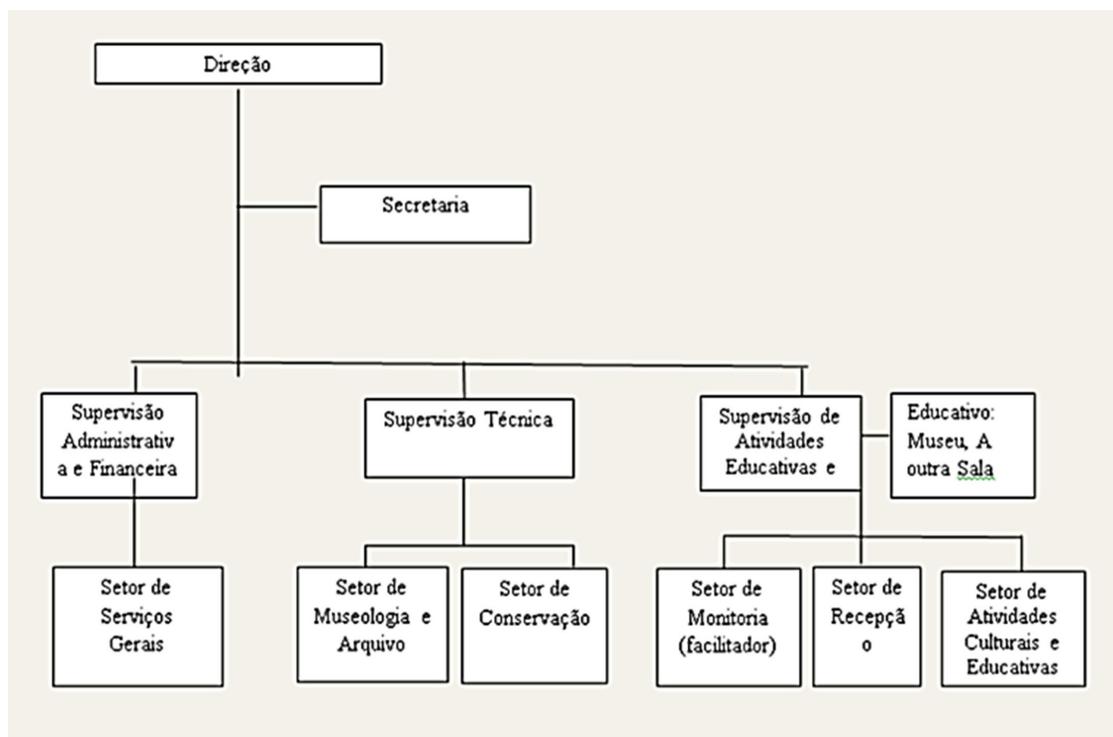
I. MODELOS DE ORGANOGRAMAS UTILIZADOS NO MUP

Organograma elaborado com base nos setores e funções estabelecidos no Regimento Interno do MUP, datado da década de 1980:



Fonte: Diagnóstico Museológico do Museu do Piauí (CATARINO, 2017).

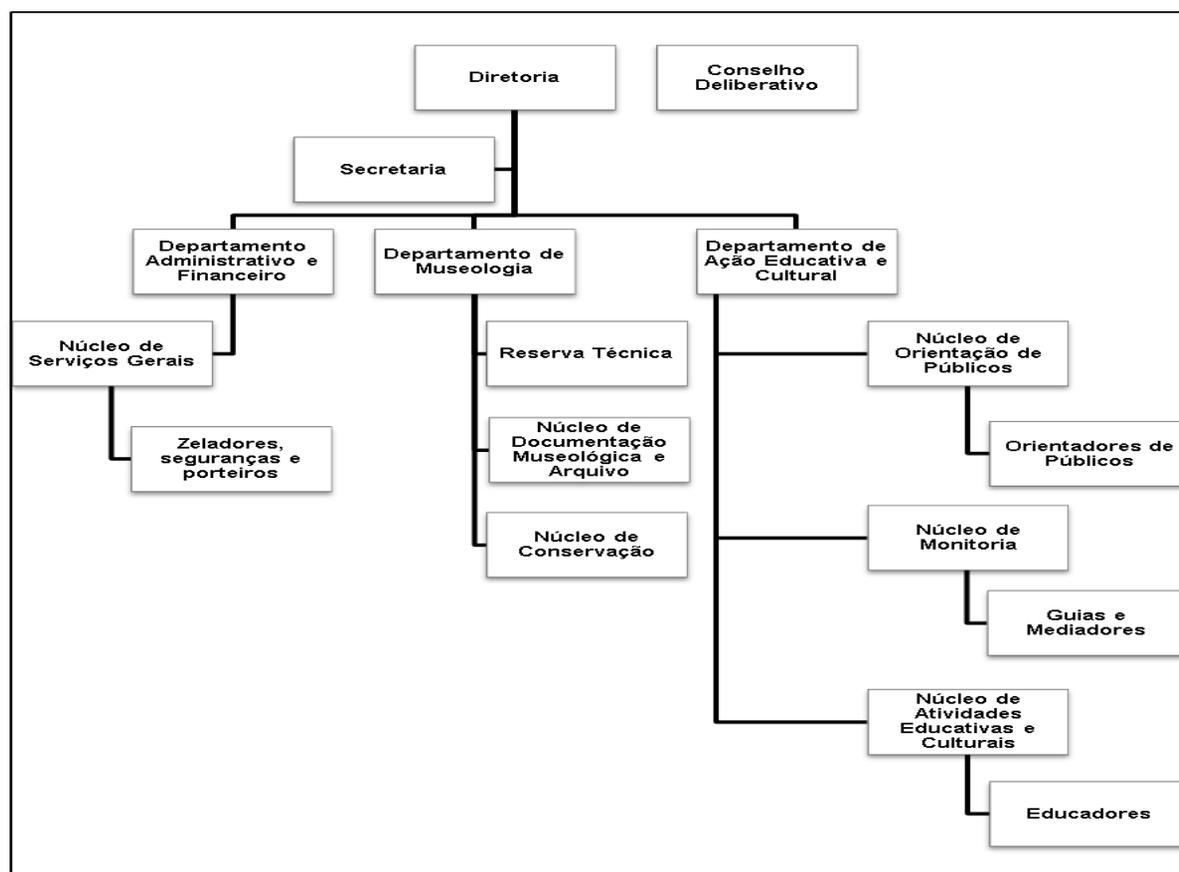
Organograma elaborado com base no Diagnóstico Museológico do MUP (2017):



Fonte: Diagnóstico Museológico do Museu do Piauí (CATARINO, 2017).

II. PROPOSTA DE ORGANOGRAMA ELABORADO A PARTIR DAS DIRETRIZES INICIAIS DA POLÍTICA EDUCACIONAL

Organograma elaborado de acordo com as diretrizes iniciais da Política Educacional - MUP



Fonte: Elaborado por Hérica R. V. Santos, 2018.

E- CADERNO DE APOIO PEDAGÓGICO

Museu do Piauí



Caderno de Apoio Pedagógico

©Copyright 2018 Hérica Regina Vieira Santos | Universidade Federal do Piauí

Este caderno integra um conjunto de produtos frutos da pesquisa-ação intitulada “Perfil Educacional e Gerenciamento da Ação Educativa e Cultural: propostas para o Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Reis Veloso, em Parnaíba, Piauí. Foi produzido em parceria com a equipe de educadores do Museu do Piauí, integrantes do projeto educativo-curatorial “Museu, a Outra Sala”.

Organização: Hérica Regina Vieira Santos

Foto da Capa: Hérica Regina Vieira Santos - Cocar em exposição no Museu do Piauí

Coordenação do PPGAPM: Prof.^a Dr.^a Áurea da Paz Pinheiro

Orientadora: Prof.^a Mestra Ana Rita Antunes

Diretora do Museu do Piauí: Dora Medeiros

Educadores do Museu do Piauí: Ariosvaldo Saraiva | Elaini Pacheco | James Wagner | Osani Arimatéa
| Francisco Petrônio

Caro (a) Professor (a),

Este material foi concebido com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de atividades educacionais no âmbito do Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes (MUP). Aqui você irá encontrar textos de apoio, informações, sugestões para o trabalho com alunos além de fichas de atividades. Esse material pode ser adaptado conforme seus objetivos curriculares e com o perfil do grupo.

Acreditamos que o trabalho criativo e motivador dos professores é imprescindível para a construção de novos olhares sobre os bens culturais e naturais albergado pelo MUP, assim como para sensibilizar as diferentes gerações sobre a importância da manutenção da memória e identidade do Piauí, ação fundamental não apenas para a salvaguarda desse rico e complexo patrimônio, mas também para compreensão do presente e projeção do futuro.

Assim, não pretendemos apresentar uma receita pronta para uso, mas promover uma melhor compreensão acerca do potencial pedagógico do MUP e abrir caminhos para a criação, exploração e ação. Esperamos com isso que a capacidade construtiva inerente aos professores amplie e aprofunde as possibilidades de usos do Museu do Piauí enquanto equipamento educativo e cultural.

Bom trabalho.

Apresentação

Neste caderno reunimos informações e exercícios sobre o Museu do Piauí (MUP), um espaço que apresenta o Piauí de diferentes épocas, por meio de objetos, documentos, imagens e outros recursos.

O MUP é um espaço aberto aos públicos e dedica-se à salvaguarda e comunicação dos patrimônios do Piauí, com fins de educação e entretenimento. Um de seus principais objetivos é promover reflexões sobre a história do Estado, para isso os objetos museais são utilizados de forma a promover leituras e novos significados. Assim, o MUP oferece muitas possibilidades de produção e aprofundamento de conhecimentos, bem como o aprimoramento das formas de interpretação da realidade.

No Museu, diferentes recursos são utilizados na busca por proporcionar experiências significativas: Objetos, imagens, ambientes, gestos, palavras, sons e outros elementos que compõem sua narrativa. Esses recursos possibilitam o desenvolvimento dos visitantes em variados aspectos para além do cognitivo, contemplando também as dimensões sensorial, afetiva e emocional, imprescindíveis ao pleno desenvolvimento humano.

Aos professores cabe conhecer as potencialidades educativas do MUP e juntamente com as equipes do Museu desenvolver formas de aprofundar a experiência museal com os alunos.

Contamos com você!

Introdução

O que são museus hoje em dia e quais as suas finalidades educativas? Que serviços oferecem?

Os museus passaram por muitas mudanças ao longo do tempo, adaptando-se às demandas da vida contemporânea. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) define o museu como “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”.

Hoje, museus são instituições públicas sociais, culturais e históricas, promotoras de argumentos culturais, políticos e éticos, por isso se vinculam a uma temporalidade e às peculiaridades de uma sociedade. Assim, são espaços educativos e culturais destinados a todas as pessoas. São instituições de memória, mas também de diálogos e reflexões. São ainda ambientes de encantamento e entretenimento, apresentando variadas tipologias: museu histórico, científico, de arte, da imagem e do som, de território, museu-escola, ecomuseu, museu-casa, dentre outros.

As exposições apresentam uma leitura dos acontecimentos, uma perspectiva entre outras possíveis. Portanto não intencionam difundir a “realidade absoluta”, mesmo porque a totalidade da realidade não cabe nas exposições museais. Francisco Régis Lopes Ramos (2004) ressalta que “qualquer exposição é sempre uma leitura possível e, por isso mesmo, nunca pode assumir a condição de conhecimento acabado”.

Em geral, os museus buscam comunicar um conceito ou uma interpretação da realidade. Contudo, é preciso ter em mente que o museu é fruto de escolhas, intencionalidades e pesquisas. Os objetos expostos resultam de uma seleção e constroem determinado discurso (PEREIRA *et al*, 2007).

A exposição é uma das principais atividades desse tipo de instituição que, usualmente, têm exposições de longa e de curta duração. A primeira apresenta a temática central do museu, é por meio dela que a instituição é caracterizada, enquanto que a segunda, também chamada de “exposição temporária”, apresenta geralmente parte do acervo museológico que não foi explorado na exposição de longa duração e/ou peças oriundas de outras entidades e pessoas. As exposições de curta duração também podem ser “[...] palco de inovações, ousadias, aprofundamento de temas e conceitos” (PEREIRA *et al*, 2007).

Acervo Museológico são bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que compõem o campo documental de determinado museu. (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009). Em outras palavras, é o conjunto de objetos e manifestações culturais registradas e preservadas em um museu.

Por meio da Ação Educativa, o museu realiza a mediação entre conhecimentos e públicos. Idealmente os procedimentos educativos devem estar voltados para a promoção da participação, reflexão crítica e transformação da realidade social. Segundo Chagas e Nascimento Júnior (2009), essa postura permite a apreensão, em um sentido amplo, do bem cultural para o desenvolvimento de uma consciência crítica e abrangente da realidade circundante. Os autores seguem explicando que essa ação deve resultar na ampliação das possibilidades de expressão dos indivíduos e grupos nas diferentes esferas da vida social.

Assim, ao utilizarem abordagens voltadas para o desenvolvimento dos públicos, os museus proporcionam o encontro dialógico com o patrimônio, produção de conhecimento, interações, diálogos e mesmo estranhamento, dúvida, questionamento e também oportunidades de lazer, admiração e fruição estética. Pois, como ressalta Ramos (2004), “O museu educativo não vem para confirmar o existente; sua tarefa consiste em refletir sobre o que somos e o que podemos ser”.

Fruição Estética é o ato de tirar prazer daquilo que possui um formato artístico, seja pela sua beleza e feiura, ou pelos sentimentos que despertam nos seus admiradores, como a raiva, tristeza, alegria, revolta e etc.

Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes

O Museu do Piauí (MUP) está localizado no centro histórico de Teresina, capital do Piauí. O MUP surgiu em 1934 como uma seção do Arquivo Público do Estado, sob a coordenação de Anísio Brito, educador e historiador piauiense. A Instituição foi oficializada em 03 de maio de 1941 por meio do Decreto Lei nº 355 e em 1980, “[...] após uma restauração financiada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e organizada pela Fundação Joaquim Nabuco, na gestão do então secretário de cultura Prof. Wilson de Andrade Brandão” (MUSEU DO PIAUÍ, 2018), o Museu ganhou seu próprio espaço no edifício do século XIX, originalmente construído como residência pelo o comendador Jacob Manoel de Almendra, onde funciona

até hoje. Em 1999 o MUP recebeu um novo nome: “Museu do Piauí - Casa de Odilon Nunes” em referência ao centenário do ilustre historiador piauiense, Odilon Nunes.

Para cumprir o objetivo de preservar o patrimônio histórico do Estado e do país e testemunhar o perfil cultural do povo piauiense, o MUP conta com um acervo eclético formado por artefatos que remontam à Pré-história atravessando os períodos Colonial, Imperial e Republicano até a década de 1950. Além disso, o MUP abriga um significativo acervo de obras de arte e de peças contemporâneas da cultura regional, caracterizando o Museu como um importante espaço cultural de preservação e salvaguarda das histórias e memórias do Piauí.



Museu do Piauí: cerimônia de reinauguração, após reforma em 2017.
Fonte: Assis Fernandes | O DIA.

O Museu oferece aos visitantes oportunidades de interação e fruição do patrimônio que preserva; permite estudos sobre a História do Piauí, o que inclui costumes, crenças, formas de saber-fazer, celebrações, lugares etc. Há, ainda, atividades que permitem a sensibilização dos diversos públicos, como palestras, oficinas, cursos, visitas monitoradas, jogos, roteiros temáticos e mostras de vídeo, por exemplo. E, por meio de uma linguagem própria, o Museu envolve os visitantes em ambientes multissensoriais, privilegiando

aprendizagens múltiplas.

□ Museu e a História

Através de seu acervo e de ações educativas e culturais, o MUP oferece uma visão sobre diferentes aspectos da história do Piauí, apresentando-a como um processo e não como um produto pronto. Nisso, estão presentes múltiplas identidades e, por conseguinte, múltiplas verdades, pois existem variados entendimentos dos fatos, que se moldam conforme a perspectiva adotada.



Binóculo que pertenceu ao Visconde da Parnaíba, presidente da província do Piauí no século XIX.

Nesse ambiente cabem análises, questionamentos, dúvidas, debates, críticas... Pois o Museu é um espaço aberto, dedicado à formação dos públicos em suas múltiplas potencialidades. Isso inclui o posicionamento crítico, atitude que o Museu busca incentivar através de suas atividades e narrativa.

Narrativa é forma pela qual o museu apresenta temáticas e discussões. É composto pelos recursos de comunicação, a disposição e formas de exibição dos objetos, percursos propostos e outros meios de manifestar determinadas ideias.

O Museu e seus públicos

Para estimular o posicionamento crítico, o olhar investigativo e tornar a visita uma oportunidade de diálogo e aproximação com os bens culturais institucionalizados, o MUP busca tornar o trabalho estimulante, provocativo, dialógico e formativo, junto aos públicos. O objetivo dessa abordagem é que o visitante se sinta instigado a refletir sobre os fatos, somando aos seus conhecimentos prévios o que vê, ouve e sente no Museu e assim construir sua própria interpretação da realidade.

Nesse processo não existem receitas ou modelos prontos, cada indivíduo constrói significados conforme os contextos pessoal, sociocultural e físico. Essa construção de significado faz parte do processo de aprendizagem que é sempre um diálogo entre o indivíduo e o ambiente.



Visitante realizando leitura de obras da Pinacoteca do MUP em 2017.

Assim, tantas quantas forem as possibilidades de contextos trazidos pelos visitantes ao Museu, serão as de interpretações possíveis da realidade. Sob esse ponto de vista, já não cabe aos museus determinar o que os visitantes devem ou não aprender, mas sim abrir caminhos para a compreensão da realidade que aborda em sua narrativa, incentivando modos de percebê-la, convidando ou mesmo provocando os públicos ao uso dos sentidos, à experiência emotiva assim como à reflexão crítica e adoção de posicionamento ativo.

O acervo do Museu

O acervo do MUP é eclético contemplando, assim, diferentes aspectos da história do Piauí e regiões próximas. Por meio desse acervo, o Museu apresenta a diversidade e complexidade de nossa natureza e cultura; narra a construção do Estado a partir dos contributos dos povos nativos e dos que aqui se instalaram ao longo do tempo, bem como o resultado do encontro dessas populações (indígenas, africanas e europeias).



Esculturas populares em madeira

A exposição de longa duração contempla aspectos dos costumes indígenas, materializados em artefatos - instrumentos, ferramentas e utensílios de uso cotidiano - de povos nativos do Piauí a partir da Pré-história; oferece uma visão da vida de povos africanos trazidos como escravos para o Estado e recortes da vida colonial, imperial e republicana no Piauí. O Museu também apresenta elementos da cultura popular em seus aspectos materiais e imateriais por meio de amostras do artesanato das várias regiões do Estado e de manifestações culturais diversas como folguedos, danças e lendas, por exemplo. Expõe, ainda, a face religiosa do Piauí, identificado como o Estado mais católico do Brasil (IBGE 2010).



Rádio da década de 1940

O MUP reúne em sua Pinacoteca uma coleção de pinturas de artistas piauienses como Lucílio de Albuquerque, Afrânio Castelo Branco, Nonato Oliveira, Jota A., Hostyano Machado, Dora Parentes, dentre outros. Além destas, outras obras de arte como esculturas, desenhos, fotografias, além de documentos históricos e restos fossilizados de animais e plantas estão presentes na exposição de longa duração do MUP.



Machados de pedra polida, procedentes da cidade de Caracol- PI

O Museu também realiza exposições de curta duração, que abordam temáticas diversas relacionadas ao seu acervo e à vida contemporânea, estabelecendo conexões entre passado, presente e futuro, bem como convidando os públicos a aprofundar conceitos, refletir, desmistificar fatos, dialogar e fruir.

Sugestões para o trabalho com alunos

Planejamento

Existem variadas formas de se abordar o MUP e seus conteúdos com estudantes dos diferentes níveis educacionais. Entretanto, a concretização dos objetivos da visita está diretamente relacionada ao planejamento cuidadoso da atividade. Para isso é preciso ter em mente que o processo de conhecer um

museu e seu acervo não se inicia no exato momento da visita, nem necessariamente se encerra ao final do percurso das exposições. É fundamental que o educador conheça a Instituição (perceba as linguagens utilizadas, explore o ambiente, sinta seu discurso, argumentos e potencialidades) e os serviços que esta oferece para então planejar e propor aos alunos atividades que melhor se conectam com as futuras experiências de antes, durante e após a visita.

A preparação das ações educativas pode ser feita em parceria com as equipes educativas do MUP, pois estas poderão auxiliar na exploração do acervo e das exposições, além de indicar as diversas formas de uso do ambiente e as interações disponíveis. Dialogar, trocar expectativas e propostas são atitudes importantes no planejamento de atividades no Museu e na construção e fortalecimento do vínculo museu-escola. Nesse contexto, o professor pode indicar suas metas e demandas para que dessa forma a visita contemple os objetivos escolares e os pressupostos do MUP.

As visitas com alunos podem ter os mais variados objetivos desde simplesmente conhecer o Museu e seu conteúdo, até realizar investigações e estudos sobre temas específicos como história, cultura, arte, geografia, ciências etc. O Museu apresenta múltiplas potencialidades pedagógicas que podem - e devem - ser exploradas pelas escolas. Portanto, para além da diversão, que também é importante e deve ser contemplada, a visita deve ser planejada como um momento de aprendizagem, priorizando o aprofundamento de conhecimentos.

Antes da visita

É fundamental preparar os alunos através de atividades preliminares para que estes possam compreender melhor aquilo que o museu pretende comunicar. Ramos (2004) aponta para o fato de que o tipo de saber a que o museu induz, é específico desse ambiente, não se desenvolvendo em outros lugares, por isso o estudante, pouco habituado a esse tipo de processo de aprendizagem e dessa forma quase desprovido de meios para interpretar as nuances da linguagem museológica, necessita de atividades preparatórias que objetivem sensibilizá-lo à linguagem do museu. “Do contrário, não se vê, ou pouco se vê. É por isso que a visita ao museu deve começar na sala de aula.” (RAMOS, 2004).



Grupo de estudantes de Teresina durante atividade preparatória para a visita a um museu em 2015

Um caminho possível é reservar algumas aulas para aprendizagem de conceitos como cultura, patrimônio e identidade, correlacionando-os. O conceito de patrimônio, em especial, deverá ser abordado em suas variadas dimensões (cultural, natural, tangível/material e intangível/imaterial) e relacionado à vida cotidiana dos alunos, de forma que os bens culturais não sejam entendidos como algo produzido apenas por pessoas e grupos sociais específicos e distantes das realidades dos alunos.

É importante também apresentar os museus como instituições de preservação, conservação e comunicação dos patrimônios. Será interessante disponibilizar textos para leituras coletivas, promover diálogos, pesquisas, reflexões, expressões, análises, comparações entre passado e presente, projeções do futuro, etc. Esses procedimentos estratégicos ajudam não somente na ampliação da compreensão dos conceitos básicos, mas também na desconstrução de concepções estereotipadas sobre os museus, bem como sobre o passado.

Igualmente relevante é apresentar o MUP para os alunos, sua história, acervo e propostas, além dos cuidados a serem observados durante a visita (quanto à movimentação, toque dos objetos, uso de celulares, máquinas fotográficas e porte de alimentos, por exemplo).

Além da visita guiada, outras atividades podem ser planejadas para a visita ao MUP como investigações sobre determinados assuntos nas quais os alunos atuariam como “detetives” em busca de pistas e/ou evidências nos objetos; aulas temáticas, visitas mediadas, oficinas e jogos, por exemplo.

A visita

Durante a visita, é importante que os educadores e agentes educativos que acompanham o grupo assumam posturas que favoreçam a formulação de perguntas, o levantamento de hipóteses e comparações.



Grupo escolar no MUP, durante visita mediada pelo educador Francisco Petrônio, em 2017

Dentre os recursos que contribuem para esse contexto interativo, destacamos o silêncio e a fala. O silêncio é a abertura de espaço para fruição, observação, inquietação e entrega perceptiva. A fala, por sua vez, é a oportunidade de instigar a participação e a troca de percepções entre e com os alunos por meio de perguntas e fomentação de dúvidas. Dessa forma, o aluno é convidado a exercitar a leitura dos objetos e através deles. A liberdade de atribuir novos e diferentes significados, criar sentidos e ser sujeito de sua experiência no MUP deve ser assegurada aos alunos.

Avaliar a visita coletivamente também é importante, pois esse é o momento de reunir as percepções dos alunos e compreender a receptibilidade das informações contatadas e os mecanismos de aprendizagem.

Após a visita

Fazer uso da experiência da visita em ações de desdobramento em sala de aula, ou mesmo no Museu, é um método de aprofundamento e promoção de maior significado à atividade.



Grupo escolar durante oficina de gravura, atividade realizada após visita ao acervo do MUP em 2017

Para além do relatório de visita, existem inúmeras possibilidades de exploração do conjunto de informações e saberes adquiridos na visita. Algumas dessas possibilidades estão relacionadas às produções plásticas (desenhos, pinturas, gravuras, recorte e colagem, construções tridimensionais) e cênicas (danças, encenações, performances...), elaboração de vídeos, textos coletivos mediados pelo professor, painéis, ilustrações, gincanas, exposições, dentre outras.

Instigações

Dialogar sobre os objetos, espaços, sons, odores e todas as sensações capturadas durante a visita é uma forma de desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e emotivas no ambiente do Museu. Essa abordagem pode, ainda, reduzir o caráter de passividade na visita ao acervo ao estimular o olhar investigativo e o exercício de interpretação das linguagens, narrativas e propostas da Instituição. Além de propiciar a compreensão crítica global dos significados dos conteúdos do Museu, estas são habilidades que podem ser levadas para as demais esferas da vida dos alunos, permitindo que estes sejam indivíduos socialmente mais dinâmicos.

As leituras aqui sugeridas têm como objetivo estimular os professores/mediadores a abrir um caminho próprio para a promoção do diálogo com os conteúdos do MUP. Portanto, as sugestões apresentadas não devem ser aplicadas de forma rígida nem exclusiva, pois existem vários métodos de abordagem para leitura de objetos, que podem auxiliá-lo nesse processo, conheça-os!

Dicas:

- Ao promover leituras da edificação, objetos e imagens do MUP, deixe os alunos, por algum tempo, analisarem sem interferência alguma.
- Com o objetivo de compartilhar reflexões, promova também diálogos, mantendo a curiosidade dos alunos em relação aos elementos analisados.
- À medida que for desenvolvendo os questionamentos, explicita os termos desconhecidos pelos alunos.
- Apresente cada objeto, selecionado para a leitura, comparando-o com outros do presente (e até mesmo do passado) e projetando os do futuro.
- Busque instigar nos alunos o estabelecimento de relações de oposição e de convergência entre objetos.
- Acrescente informações relevantes para a compreensão dos objetos, como suas formas de uso, por exemplo.

Reflexões sobre os discursos, narrativas e argumentos do Museu

A partir daqui, apresentaremos o edifício e um pouco dos conceitos e conteúdos das atuais salas de exposições do MUP, além de algumas sugestões de **perguntas e desdobramentos** referentes a estes. Além do próprio edifício, você poderá escolher um ou mais objetos de cada sala e utilizar esses roteiros e/ou criar novas questões a serem lançadas aos alunos de forma a gerar debates, reflexões e novas questões.

Sobre o edifício: de residência à Museu do Piauí

O MUP está sediado em um edifício histórico datado de 1859 e com estrutura construída em pedra, com o objetivo de ser a residência do português Manoel Jacob de Almendra - Comendador da Ordem de Cristo - e sua família. A edificação apresenta características neoclássicas identificadas pelas linhas sóbrias, presença de pilastras, simetria da disposição das portas e janelas, que são em forma de arcos plenos, emolduradas por cunhais em massa, muito utilizadas nas construções mais antigas de Teresina (CRC/SECULT, 2012).

O comendador Manoel Jacob de Almendra faleceu antes de concluir a residência. Foram seus herdeiros, a esposa Lina Clara de Castelo Branco e filhos do casal, os responsáveis pela conclusão da obra. Após o falecimento de Lina Clara, o casarão passou a pertencer ao seu filho, Antônio de Almendra e depois às suas irmãs Raimunda Leonor e Lina Leonor, que alugaram o prédio para o então Governo Provincial em 1873. Em 1892, já no período republicano, o imóvel foi vendido ao Governo Estadual, onde continuou funcionando como Palácio do Governo até o ano de 1926, quando passou a abrigar o Poder Judiciário até 1975. Em 1980, após passar por reformas que mantiveram seu estilo arquitetônico, o palácio se tornou o Museu do Piauí.



Fachada do edifício do Museu do Piauí.
Fonte: FUNDAC

Perguntas e desdobramentos...

- 1) Quantos anos esse casarão parece ter? Por quê?
- 2) A quem pode ter pertencido? E para quê foi construído?
- 3) Parece bem conservado?
- 4) Quais as formas e cores predominantes do edifício?

Sobre objetos artísticos e históricos: da Pré-história à vida contemporânea

Sala Cultura Indígena

Objetos em exposições em museus são recortes de lugares e momentos, que podem mediar o olhar dos visitantes sobre determinadas histórias. No MUP, a sala “Cultura Indígena” representa os primórdios de nossa história. Apresenta e valoriza as raízes ancestrais do Piauí, desde a ocupação do território pelos

primeiros grupos humanos que se tem conhecimento, até a atualidade. Isso contribui com a promoção do (re) conhecimento de grupos étnicos de origem indígena do Estado.



Cocar indígena

Artefatos pré-históricos em exposição nos revelam que o Piauí é um território habitado há milhares de anos e dão indicações sobre como teria sido a vida por aqui em épocas remotas. Os materiais, técnicas, formas e dimensões dos objetos informam níveis de desenvolvimento intelectual e social das pessoas que os produziram, assim como os hábitos que possuíam e a região que habitavam.



Detalhe de painel com reproduções de pinturas rupestres encontradas no Piauí

Perguntas e desdobramentos...

- 1) O quê é esse objeto?
- 2) Para quê serve?
- 3) De que material é feito?
- 4) Em que época provavelmente foi produzido e por quem?
- 5) Como teria sido a vida nessa época?
- 6) Há objetos semelhantes nos dias atuais?

Sala Cultura Afro

A sala “Cultura Afro” apresenta os indícios da vida de grupos africanos que foram trazidos ao Piauí Colonial como escravos. Esse cenário é composto por dois ângulos de visão onde é possível perceber tanto

a face árdua do trabalho cativo e a rejeição ao cativo por meio da luta e resistência contra a escravidão, quanto a identidade marcante desses grupos, seus costumes e crenças.



Amostras de telhas de cerâmica produzidas por escravos no século XIX



Atabaques, representando a cultura africana

Se por um lado a dimensão coercitiva da escravidão é evidenciada pelos instrumentos de castigo e penitência e por uma amostra do universo do trabalho escravo, por outro, a religiosidade, sons, festas e jogos também estão entre os fragmentos dessa história.

Nesse ambiente, dentre outras alternativas, é possível ampliar as possibilidades de estudos sobre parte da história da escravidão no Piauí e no Brasil. Isso pode ser feito a partir da problematização das relações sociais (as relações entre senhores e pessoas escravizadas), o universo do trabalho forçado e a memória evocada pelos objetos expostos, por exemplo. Também é possível abordar o legado cultural deixado pelos grupos africanos e problematizar a situação social do negro no Brasil.

Perguntas e desdobramentos...

- 1) Que tipos de trabalhos eram realizados pelos escravos?
- 2) Como os instrumentos de castigo eram usados?
- 3) De que forma os escravos resistiam à escravidão?
- 4) Como eram suas tradições e costumes?
- 5) Quais tradições e costumes podem ser observados nos dias de hoje?

Salas Piauí Colonial, Imperial e Republicano

Nas salas dedicadas ao Piauí colonial, imperial e republicano são apresentados objetos e cenários que retratam uma parte da vida nesses períodos, assim como das batalhas travadas por independência, liberdade, democratização e outros interesses. Nesses ambientes objetos como instrumentos musicais, utensílios domésticos e mobílias, que recriam cenários intimistas, são confrontados com armamentos, uniformes militares e munições, evidenciando a vida marcada pelas amenidades e tensões sociais.

Figuras históricas são rememoradas por meio de objetos pessoais e imagens; os velhos tempos e seus valores são revisitados, não como mero saudosismo, mas como forma de compreensão da complexidade do processo historiográfico. Aqui, o passado é evocado para auxiliar a compreensão do presente e as possibilidades de futuro.



Espada e sabre utilizados na colonização do Piauí



Mobília doméstica do período imperial

Perguntas e desdobramentos...

- 1) Por que esse objeto foi escolhido para essa exposição?
- 2) Que função desempenhava?
- 3) O que esse objeto pode revelar sobre o cotidiano das pessoas da época em que foi produzido?
- 4) Que objeto no presente passou a substituí-lo? Quais as semelhanças e diferenças entre eles?
- 5) Que diferenças existem entre os modos de vida do passado e do presente?

Sala Arte Sacra

A sala “Arte Sacra” apresenta a face religiosa presente no processo histórico do Estado. Esse espaço foi desenvolvido de modo a conduzir o visitante a uma dimensão distinta, para além do visual, durante a visitação. Para isso, a arte santeira piauiense, objetos eclesiásticos e outros artefatos se juntam aos jogos de luz, sombras e sons que compõem a narrativa dessa mística exposição.



Crucifixo em madeira

Perguntas e desdobramentos...

- 1) Em sua opinião, como a religião influenciou a história e cultura do Piauí?
- 2) Como a fé é expressa atualmente? E que influência tem na vida contemporânea?
- 3) Que diferenças existem entre objetos religiosos e objetos comuns?
- 4) Que características das imagens dessa exposição lhe chamou mais a atenção? Por quê?

Sala Cultura Popular

Na sala “Cultura Popular” estão expostos elementos representativos da vida do povo piauiense das diferentes regiões do Estado. Nessa seção os aspectos intangíveis do patrimônio cultural como saberes, ofícios, formas de expressão, celebrações, modos de ser e viver estão materializados em objetos artesanais, comemorativos, simbólicos e de uso cotidiano, bem como nas ferramentas de trabalho e outros elementos da cultura popular.

Perguntas e desdobramentos...

- 1) Quais desses objetos ainda estão presentes na vida cotidiana?
- 2) Como são utilizados? E por quem?



Esculturas e objetos artesanais em cerâmica

Pinacoteca

A Pinacoteca do MUP expõe pinturas de vários artistas piauienses de diferentes épocas, técnicas e temáticas. Isso possibilita uma ampla exploração das obras por meio de leituras, análises, roteiros estéticos, produções plásticas, dentre outras possibilidades.

Durante a apreciação das obras é importante empenho e criatividade no incentivo à superação de desafios como resistências escondidas atrás do “eu gosto, eu não gosto”. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2010) aponta que o avanço nessas resistências é importante para “convocar a disponibilidade para entrar em contato, aproximar, possibilitar o encontro com a Arte, que também é o encontro com a História e com a Cultura”. Espera-se com isso que o refinamento do olhar interfira também nas formas de atuar no mundo.

O IBRAM (2010) recomenda, ainda, deixar claro que apreciar arte é lançar mão dos recursos que cada um possui, não importa se vai da ingenuidade à erudição. Embora conhecimentos sobre a Arte (histó-

ria, tendências estéticas, autores, etc.) ampliam a visão do todo, para ser admirada a Arte não exige nenhuma compreensão profunda. “A função estética – o belo, o surpreendente – ou o polêmico são alguns dos ingredientes que podem ser captados pela sensibilidade humana” (IBRAM, 2010).



Etevaldo Lima e Silva (Jandaia)
Mulher na janela, 1993, 99,5x74,8 cm

Perguntas e desdobramentos...

1. ICONOGRAFIA:

- Qual o assunto da obra?
- É um tema subjetivo ou reflete alguma preocupação social, moral, religiosa, política?
- Reconhece algum objeto ou personagem? Quem são as pessoas representadas? O que estão fazendo? Há algum sentimento expresso nos rostos das figuras?

2. TÉCNICA

- Que cores foram utilizadas? As figuras estão centralizadas ou deslocadas do centro? Nota-se a marca do pincel? Há texturas?
- Qual a forma que mais se repete?
- Que materiais foram empregados na obra?
- Em sua opinião, a obra foi executada rapidamente ou exigiu um período de execução longo? Que tipo de habilidade o artista deve ter necessitado para produzi-la?

3. FRUIÇÃO ESTÉTICA

- Que ideias e sentimentos a obra lhe transmite?
- O quadro traz alguma lembrança ou experiência particular?
- É possível associá-la com outras obras, fatos, conceitos, músicas ou memória familiar?

Sugestões de atividades

Para que o patrimônio institucionalizado do museu dialogue com os públicos e assim seja efetivamente objeto de conhecimento, são necessárias ações que possibilitem leituras, criação de hipóteses, trocas de saberes e perspectivas sobre os objetos museais, pois “[...] o objeto não fala por si só. Cabe ao professor como mediador do processo de aprendizagem possibilitar diferentes formas de interações com os objetos” (PEREIRA *et al*, 2007).

Assim, com base em uma metodologia de diálogo com os objetos, propomos exercícios de educação do olhar e de compreensão do Museu. Esses exercícios privilegiam o aprofundamento da percepção por meio de questões provocativas que buscam estimular o aluno a realizar outras formas de leituras sobre os objetos.

1. Roteiro de compreensão estética

Em relação à Arte, linguagem ainda pouco acessível à maioria das pessoas, o processo educacional deve ser orientado desde o princípio para uma instrumentalização que facilite a leitura e o entendimento das obras (CARVALHO; MACEDO; MOURÃO, 2005). Roteiros de compreensão estética podem ser excelentes recursos para propiciar uma percepção mais substancial das obras de arte. Conforme Abigail Housen, citada por Pereira *et al* (2007), há quatro estágios para a compreensão estética, que são: a observação, a construção, a imaginação e o conhecimento. Para cada um desses campos é possível formular perguntas direcionadas à obra de arte em exposição, de modo a apurar a compreensão estética dos visitantes. Utilize a **Ficha de Compreensão Estética: “O Guaraní de Lucílio de Albuquerque”**, para instigar os alunos a realizarem uma análise aprofundada da obra.

2. Descobrindo um objeto

Esse exercício fornece questões para visitas dialógicas nas quais alguns objetos deverão ser selecionados para a leitura. Por meio da observação e análise, o aluno deverá levantar hipóteses, exercitar a imaginação histórica e a descrição analítica e comparativa dos objetos. Para isso, disponibilizamos a **Ficha de Exploração e Interpretação: “Descobrindo um objeto”**, que deverá ser entregue aos alunos juntamente com lápis ou caneta para anotações das descobertas. É importante que, ao final da atividade, as descobertas e as dúvidas sejam compartilhadas entre os alunos, professores e demais agentes educativos.

3. (Re)construindo o edifício do Museu

Promova uma leitura da arquitetura do Museu abordando aspectos como o estilo arquitetônico, materiais utilizados na construção, cores/formas predominantes e questões sobre o que comunica a arquitetura do prédio. Explore a fachada e o ambiente interno (salas, pátio, escadaria, corredores...). Utilizando a **Ficha de Intervenção “Fachada”**, explique aos alunos que o desenho da fachada do edifício apresenta algumas lacunas em relação à realidade e oriente que, em um exercício de imaginação e percepção, sejam acrescentados novos e diferentes elementos (portas, janelas, plantas, pessoas, em fim o que a imaginação sugerir) que devem ser coloridos livremente completando o desenho e criando uma nova fachada. Promova o compartilhamento e análise dos resultados obtidos.

4. Patrimônio pulsante: Cajuína do Piauí

Esse exercício objetiva promover uma aproximação dos alunos com um patrimônio do Piauí apropriado simbolicamente e presente no dia-a-dia das pessoas.

A Cajuína é uma bebida não alcoólica de tonalidade amarelo-âmbar, feita a partir do suco de caju. Trata-se de um elemento cultural que reforça a identidade do Estado e o sentimento de pertencimento do povo piauiense. A “Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí” foi um conjunto de manifestações inscritas no Livro de Registro dos Saberes, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em maio de 2014, sendo a partir de então considerada patrimônio cultural de caráter imaterial brasileiro. A bebida e seus simbolismos foram imortalizados pela canção “Cajuína”, do músico baiano Caetano Veloso.

Converse com os alunos sobre a Cajuína e as práticas socioculturais associadas à bebida. Pergunte se eles conhecem a canção de Caetano Veloso (se houver equipamento disponível, será interessante reproduzir a música para os alunos). Utilize a **Ficha de Aproximação: “Patrimônio Cultural – Cajuína”**, para promover uma apreciação e análise da letra.

Referências

CARVALHO, Fernanda Pearce; MACEDO, Maria Isalina de Moura Cortez; MOURÃO, Elenilce Soares. Análise Formal da Obra de Lucílio de Albuquerque. **História da Arte e da Arquitetura no Piauí**. Teresina: Instituto Camilo Filho, 2005.

CHAGAS, Mário; NASCIMENTO JÚNIOR, José do (orgs.). **Subsídios Para a Criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/ Departamento de Processos Museais, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Conhecendo Museus**. [São Paulo, Brasília]: Fundação José de Paiva Netto, IBRAM. 2010. 5 DVDs.

MUSEU DO PIAUÍ. **Histórico Institucional**. Teresina: Secretaria de Estado de Cultura, 2018.

PEREIRA, Júnia Sales *et al.* **Escola e Museus: diálogos e práticas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Superintendência de Museus; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ Cefor, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A Doação do Objeto: O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

Sites consultados:

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/286>

<http://www.fundac.pi.gov.br/materia.php?id=900>

<http://www.piracuruca.com/index.php/historia/250-museu-do-piaui-de-sobrado-residencial-a-palacio-do-governo>

<https://cidadeverde.com/noticias/106436/censo-2010-piaui-continua-sendo-o-estado-mais-catolico-do-brasil>

<https://cidadeverde.com/noticias/110555/conheca-a-historia-da-familia-dalmendra-e-do-museu-do-piaui>

<https://crcfundacpiaui.wordpress.com/2012/07/05/patrimonio-edificado-de-teresina-museu-do-piaui/>

<https://www.portalodia.com/noticias/teresina/museu-do-piaui-e-reaberto-apos-mais-de-tres-decadas-sem-reforma-294337.html>

<https://www.significados.com.br/fruicao/>

Apêndice: Fichas de Atividades

FICHA DE COMPREENSÃO ESTÉTICA: "O Guarani" de Lucílio de Albuquerque



O Guarani

Lucílio de Albuquerque

Sem data

Técnica: Óleo sobre tela

46 x 84 cm

Acervo do Museu do Piauí

1. Observar	2. Imaginar	3. Construir
O que você está vendo?	O que você acha que significa o título da obra?	Para onde se dirige o seu olhar quando olha pela primeira vez a obra?
O que há em primeiro e em segundo planos?	Que sentimento essa pintura lhe transmite?	O que sugere a postura do personagem?
Observe o personagem da cena.	O que você imagina quando olha para a pintura?	Que tema é abordado na obra?
O que ele está vestindo?	Por que será que o personagem foi representado vestido dessa forma?	
Sobre o quê ele está posicionado?	Que idade você acha que o personagem da obra teria?	
Em que tipo de ambiente ele está?		
Observe o uso de sombra e luz na imagem.		
Onde há mais e menos luminosidade?		

FICHA DE COMPREENSÃO ESTÉTICA: “O Guarani” de Lucílio de Albuquerque

4. Conhecer

O autor

Lucílio de Albuquerque (Barras-PI, 1877 – Rio de Janeiro, 1939) foi um pintor, desenhista, vitralista e professor. É considerado o artista plástico piauiense que mais se destacou na esfera artística nacional do início do século XX.

Estudou na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro a partir do final do século XIX, entre 1906 e 1911 frequentou a École Nationale Supérieure des Beaux-Arts (Escola Nacional Superior de Belas Artes) e a Académie Julian, ambas em Paris. A partir de 1916 foi professor de desenho figurado da Escola Nacional de Belas Artes e diretor da Instituição entre os anos de 1937 a 1938.

Essencialmente figurativas, as pinturas abordam temas como mitologia, paisagens urbanas e campestres, homens da terra e retratos da família. As imagens de Lucílio Albuquerque apresentam as novas ideias e padrões estéticos vigentes na Europa em sua época, sobretudo aqueles relacionados ao Impressionismo e ao Simbolismo.

Em relação ao Impressionismo, são os recursos técnicos que mais aproximam a obra de Lucílio às tendências desse movimento. Dentre tais recursos, destacamos a valorização da cor em relação à forma, supressão de contornos nítidos das figuras e efeitos de luminosidade (registro das tonalidades conforme a incidência da luz natural; uso de sombras luminosas e coloridas e contrastes de luz e sombra de acordo com a lei das cores complementares, ao invés do claro-escuro). No que se refere ao Simbolismo a obra de Lucílio se aproxima desse movimento pelo subjetivismo, predomínio da emoção, do sonho e da imaginação

Estudos revelam que a obra de Lucílio também apresenta características acadêmicas, apresentando influências de mestres renascentistas como Rafael, através de esquemas compositivos geométricos triangulares, mas que também transparecem características expressionistas ao ressaltar as formas para valorizar o conteúdo. Portanto, sua obra é de caráter eclético, pois não se detém a um estilo específico (CARVALHO; MACEDO; MOURÃO, 2005).

A obra

A obra “O Guarani” é um tema inspirado no personagem Peri, um índio forte, guerreiro, destemido e virtuoso, da obra homônima escrita por José de Alencar. Conforme Carvalho, Macedo e Mourão (2005), a obra de Lucílio materializa o pensamento visual do artista. Na pintura, os aspectos físicos e a vestimenta de Peri não condizem ao modelo do índio brasileiro, remetendo às características europeias, assim como o ambiente representado não condiz com o meio natural onde vivia o indígena. Assim, na obra se percebe uma interpretação romantizada do índio, típica da visão indianista que chegaria tardiamente à pintura no Brasil, na qual o indígena é idealizado e por vezes retratado como herói nacional.

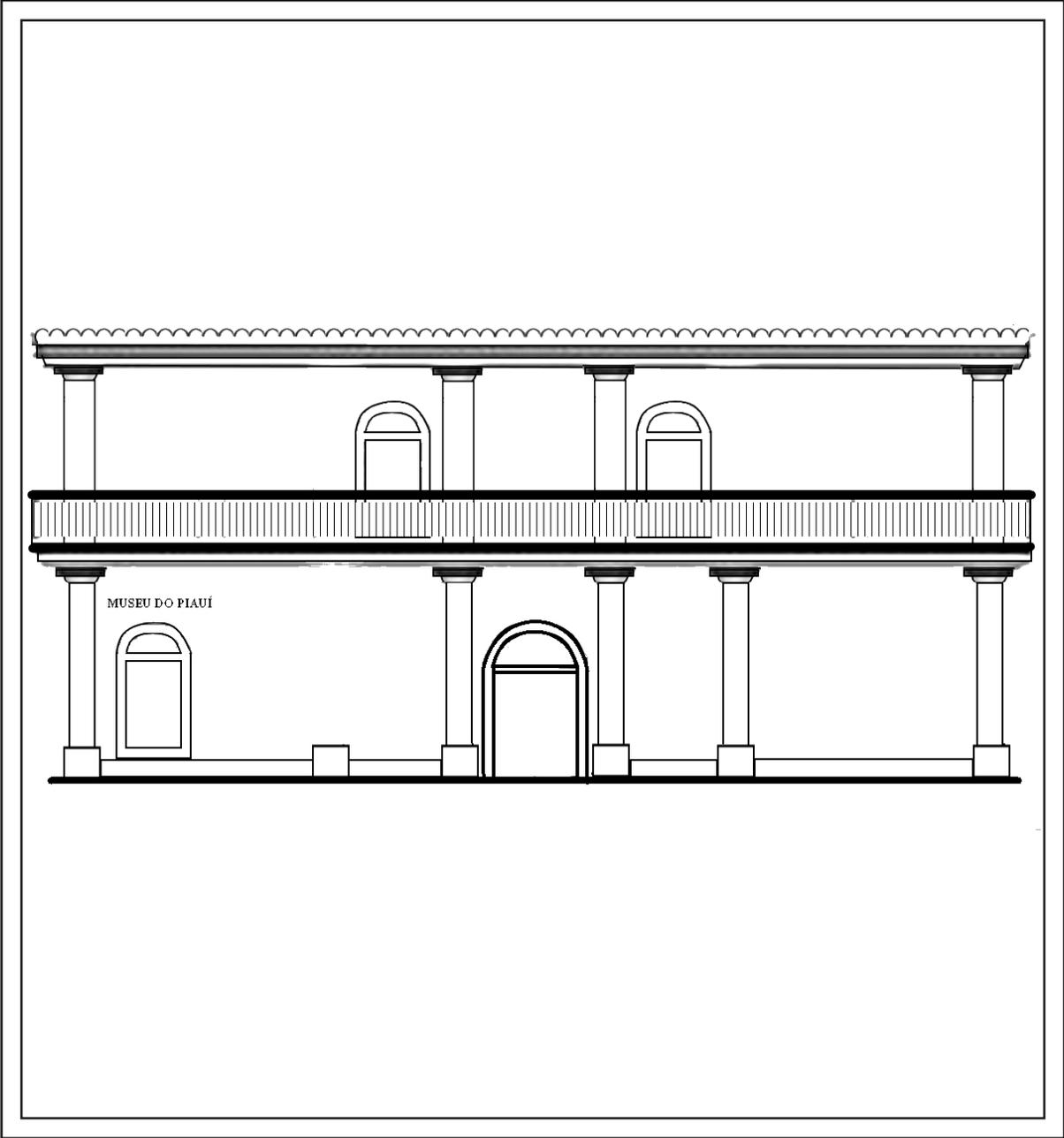
FICHA DE EXPLORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO: “Descobrimo um objeto”

Principais aspectos a observar	Outras perguntas	Aspectos descobertos	Aspectos a pesquisar
<p>Aspectos Físicos:</p> <p><i>O que parece ser este objeto?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Que cor tem? • De que material é feito? • É natural ou industrial? • O objeto está completo? • Foi alterado, adaptado ou consertado? • Está usado? 		
<p>Construção:</p> <p><i>Como foi feito?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Onde foi feito? • Foi feito à mão ou à máquina? • Foi feito em uma peça única ou em partes separadas? • Com uso de molde ou modelada à mão? • Como foi montado? (com parafusos, pregos, cola ou encaixes?) 		
<p>Função: <i>Para que foi feito?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quem o fez? • Para que finalidade? • Como foi ou é usado? • O uso inicial foi mudado? 		

FICHA DE EXPLORAÇÃO E INTERPRETAÇÃO: “Descobrimo um objeto”

<p>Forma (Design):</p> <p><i>O objeto tem uma boa forma?</i></p> <p><i>É bem desenhado?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • De que maneira a forma indica a função? • Ele é bem adequado para o uso pretendido? • O material utilizado é adequado? • É decorado, ornamentado? • Como é a decoração? • O que a forma e decoração indicam? • Sua aparência lhe agrada? 		
<p>Valor: <i>Quanto vale este objeto?</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para as pessoas que o fabricam? • Para as pessoas que o usam? (ou usaram?) • Para as pessoas que o guardaram? • Para as pessoas que o venderam? • Para você? • Para um museu? 		

FICHA DE INTERVENÇÃO: "Fachada"



FICHA DE INTERVENÇÃO: "Fachada"

Você sabia que o prédio do Museu do Piauí foi construído para ser uma residência? Nele viveu uma rica família de Teresina, os Almendra, durante a segunda metade do século XIX.

Você conhece outra edificação antiga? Qual?

Que características esse edifício apresenta?

Em que época você acha que foi construído? E para quê serviu?

Atualmente, essa edificação ainda preserva o uso inicial ou é utilizado para outro fim, como no caso do prédio do Museu do Piauí?

Faça um desenho desse edifício que você conhece:

FICHA DE APROXIMAÇÃO: Patrimônio Cultural - Cajuína

Você sabia que a canção “Cajuína” foi composta pelo músico baiano Caetano Veloso em homenagem ao poeta piauiense Torquato Neto, de quem era grande amigo? Você pode pesquisar um pouco mais e descobrir maiores detalhes sobre a história da música. Complete a letra da música com as palavras abaixo.

CAJUÍNA
Caetano Veloso

_____ a que será que se destina?
Pois quando tu me deste a _____ pequenina
Vi que es um _____ lindo e que se acaso a sina
Do _____ infeliz não se nos _____
Tampouco turva turva-se a lágrima _____
Apenas a matéria _____ era tão fina
E éramos olharmo-nos intacta retina
A cajuína cristalina em _____.

vida homem
rosa
nordestina
Teresina Menino
ilumina
existirmos

FICHA DE APROXIMAÇÃO: Patrimônio Cultural - Cajuína

Ligue as palavras às obras que você acha que se parecem com elas



Nonato Oliveira, "Anjo Torto", 1992



Píndaro Castelo Branco,
"Sem Título", 1979



Cícero Manoel da Cunha,
"Composição em Arco e Cruz"



Antônio de Paula Amaral,
"Turbulência"

vida
rosa
homem
nordestina
Teresina
menino
ilumina
existirmos

Produto do:

mapm

MESTRADO
ARTES, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA